



AGENDA BRASILEIRA

TEMAS DE UMA SOCIEDADE
EM MUDANÇA

André Botelho

Lilia Moritz Schwarcz

[ORGANIZADORES]



COMPANHIA DAS LETRAS

AGENDA BRASILEIRA

TEMAS DE UMA
SOCIEDADE
EM MUDANÇA

André Botelho
Lilia Moritz Schwarcz
[ORGANIZADORES]



SUMÁRIO

Introdução — Um país de muitas faces

André Botelho e Lília Moritz Schwarcz

Imagens da África no Brasil

Valdemir Zamparoni

Amazônia: povos tradicionais e luta por direitos

Neide Esterci

Arte e classicismo no Brasil: criando paisagens e relendo tradições

Luciano Migliaccio

Arte contemporânea brasileira: multiplicidade poética e inserção internacional

Luiz Camillo Osorio

Campo e cidade: veredas do Brasil moderno

Nísia Trindade Lima

É carnaval!

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti

O lugar do centro e da periferia

Bernardo Ricupero

Cidadania e direitos

Maria Alice Rezende de Carvalho

Ciência & Tecnologia no Brasil: um tema sempre atual

Silvia Figueirôa

Cinema brasileiro contemporâneo: pensar a conjuntura e viver impasses na sociedade do espetáculo

Ismail Xavier

Culturas populares: patrimônio e autenticidade

José Reginaldo Santos Gonçalves

Democracia: srcens e presença no pensamento brasileiro

Bolívar Lamounier

Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Desigualdade e diversidade: os sentidos contrários da ação

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Educação no Brasil

Dalila Andrade Oliveira

Estado e sociedade: uma relação problemática

Brasílio Sallum Jr.

Ficção brasileira 2.0

Wander Melo Miranda

Futebol, metáfora da vida

Eduardo Gonçalves Andrade, Tostão

Gênero, ou a pulseira de Joaquim Nabuco

Mariza Correa

Homossexualidade e movimento LGBT: estigma, diversidade, cidadania

Júlio Assis Simões

Iberismo e americanismo

Luiz Werneck Vianna e Fernando Perlatto

Identidade nacional: construindo a brasilidade

Ruben George Oliven

A imprensa brasileira: seu tempo, seu lugar e sua liberdade — e a ideia que (mal) fazemos dela

Eugênio Bucci

Índios como tema do pensamento social no Brasil

Manuela Carneiro da Cunha

Indústria cultural: da era do rádio à era da informática no Brasil

Marcelo Ridenti

Intelectuais: perfil de grupo e esboço de definição

Fernando Antonio Pinheiro Filho

Internet e inclusão digital: apropriando e traduzindo tecnologias

Hermano Vianna

Justiça e direitos: a construção da igualdade

Maria Tereza Aina Sadek

Mandonismo, coronelismo, clientelismo, República

José Murilo de Carvalho

Meio ambiente no Brasil

Fabio Feldmann

Militarismo, República e nação

Celso Castro

Música popular brasileira: outras conversas sobre os jeitos do Brasil

Heloisa Maria Murgel Starling

Partidos políticos no Brasil

Jairo Nicolau

Patrimônio: história e memória como reivindicação e recurso

Silvana Rubino

Periferia: favela, beco, viela

Celso Athayde

Poesia no Brasil: funciona

Eucanaã Ferraz

Público e privado no pensamento social brasileiro

André Botelho

Racismo no Brasil: quando inclusão combina com exclusão

Lilia Moritz Schwarcz

Região e nação: velhos e novos dilemas

Elide Rugai Bastos

A inserção do Brasil no mundo

Rubens Ricupero

Religiões no Brasil

Antônio Flávio Pierucci

Saúde pública ou os males do Brasil são

Gilberto Hochman

Segurança pública: dimensão essencial

debate tenso sobre questões, novamente, da identidade nacional? O que estamos sugerindo, em suma, é que há uma interconexão de sentido entre os temas e uma intertextualidade entre os artigos que podem e devem ser exploradas pelos leitores. O livro, nesse sentido, é um campo aberto, e cabe a cada um experimentar novas possibilidades.

Ainda assim, vale a pena mencionar que, quando organizávamos esta *Agenda*, chegamos a dispor os temas em diferentes grupos de afinidade.

Nesse sentido, destaca-se um primeiro subconjunto voltado para o que se poderia denominar de “povo brasileiro”. De um lado, estariam os assim chamados “brasileiros” (e não só eles, claro): ameríndios, afro-brasileiros, povos amazônicos. De outro, pautas que recobrem a expressão “marcadores sociais das diferenças” em questões como desigualdade e diversidade, racismo, gênero, envelhecimento, dentre outros temas que compõem esse subconjunto. Outro ainda é formado por verbetes que investigam a fundo a sociedade brasileira, decompondo-a em questões como, por exemplo, identidade nacional, campo e cidade, região e nação, violência e religiões. Um terceiro subgrupo volta-se diretamente para as relações entre o Brasil e o mundo: centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, relações internacionais são alguns dos temas que lhe dão forma. As mudanças e transformações verificadas na sociedade brasileira, flagradas da ótica de alguns dos seus atores coletivos mais emblemáticos, são tratadas em temas como cidadania, trabalho e trabalhadores, movimentos ecológicos, movimento LGBT e periferia, entre outros. O Estado brasileiro, suas políticas públicas e a competição política aparecem em artigos sobre Estado e sociedade, partidos políticos, justiça e direitos, militarismo, democracia, segurança pública, ciência e tecnologia, saúde pública e educação, entre outros. Culturas políticas e sociabilidades representam outro subconjunto, formado por temas como público e privado, iberismo e americanismo, mandonismo, coronelismo e clientelismo, carnaval, futebol, telenovelas, imprensa e inclusão digital. Por fim, vale destacar o núcleo temático que recupera os movimentos culturais e a cultura contemporânea, e reúne assuntos como intelectuais, indústria cultural, culturas populares, patrimônio histórico, teatro e dramaturgia, música popular brasileira, literatura, poesia e cinema contemporâneos, e artes plásticas clássicas e contemporâneas.

Como se pode notar, temos aqui um cardápio amplo, criado por interlocutores que partem de diferentes arenas de atuação: professores, profissionais de diversas áreas, militantes, políticos e agentes sociais garantem perspectivas, problemas e pontos de vista variados.

Certamente a reunião e divisão dos temas em subconjuntos, experimentada acima, não se pretende exaustiva ou derradeira. Além disso, e mais uma vez, a organização pretende ser apenas analítica, e

não substantiva. Gostaríamos, sobretudo, de sugerir uma compreensão de conjunto dinâmica, como dinâmicos são os processos, os fenômenos, as relações e as ações compreendidas em qualquer um dos verbetes que compõem este livro. Sua riqueza e complexidade não permitem, enfim, que sejam ordeiramente arrumados e classificados em compartimentos estanques.

Vimos falando nesta apresentação de uma “agenda contemporânea”, e isso pode parecer estranho ao percorrer o índice do livro e as páginas que se seguem, uma vez que os ensaios aqui reunidos, de maneira geral,

não se detêm apenas no que está ocorrendo hoje na sociedade brasileira; e tampouco se propõem a dar conta de todas as questões emergentes

neste momento. Na verdade, ora se voltam a assuntos que, talvez, alguns suspeitassem há muito encerrados no nosso passado; ora se debruçam sobre temáticas quiçá consideradas periféricas. A explicação para essa aparente contradição é de ordem teórico-metodológica. Trata-se, em poucas palavras, do desafio de unir a abordagem sincrônica, que procura dar conta de um momento específico da sociedade, e a abordagem diacrônica, que o apresenta em relações comparativas ao

longo do tempo. Dessa maneira, cruzando essas duas abordagens pretendemos provocar, no sentido de vislumbrar em cada um dos diferentes artigos que compõem o livro, bem como na totalidade formada por eles, uma visão a um só tempo de conjunto (e extensão) e em perspectiva (e profundidade) de uma agenda contemporânea brasileira. Pretendemos chamar a atenção, basicamente, para o fato de que o presente em que todos nós nos encontramos ainda oculta processos de durações mais longas, às vezes longuíssimas, e que sem conhecê-los ficará cada vez mais difícil aceitar o desafio de refletir sobre

quem somos, como atuamos, o que construímos e para onde vamos. O fato é que o presente está repleto de passado e vice-versa. Será fácil

notar como perguntas que incendeiam a imaginação e alimentam os projetos e as criações concorrentes de artistas, intelectuais, políticos e do cidadão imerso em seu cotidiano fazem, há muito tempo, parte de um movimento de maior abrangência e duração. País de extremos, e marcado por ciclos que preveem inclusão, mas igualmente larga e sistemática exclusão social, o Brasil é também uma nação que prima pela originalidade e criatividade, que não se limita à esfera cultural. A

reflexão do passado ajuda a entender como, por aqui, sempre se negociam sentidos, constantemente se traduzem e adaptam realidades e práticas vindas de fora, assim como se criam modelos, que passam a ser exportados em nome de uma certa originalidade “tropical”.

Vivemos um momento de incríveis mudanças na sociedade brasileira, associadas a processos internos e também globais de diferentes ordens, que fazem parte da experiência cotidiana de todos nós, e nela ganham sentido. Talvez seja por isso que não poucos começam a comparar o momento atual com os anos 1950, os chamados anos

desenvolvimentistas, já que, vistos sob os olhos de hoje, eles permanecem nos interpelando. Mas não apenas por suas promessas ainda inconclusas, como em geral se afirma. Também porque a década de 1950 nos alerta criticamente para o risco de que, mesmo cumprida, a modernização possa não se traduzir diretamente em modernidade e emancipação.

Por outro lado, internacionalmente o país nunca esteve em tanta evidência e com repercussões tão positivas. Considerado parte dos países BRIC — junto com China e Índia —, o Brasil, que há muito chama a atenção por suas manifestações culturais e pela miscigenação, que de biológica virá cultural, agora parece interessar por conta de seu processo democrático, de seu desempenho econômico, de sua originalidade e vigor cultural. Maior país da cristandade, gigante territorial e político — vide seu imenso e pacífico processo eleitoral —, somos também um dos campeões da desigualdade social e da violência. Por isso, mais do que uma visão evolutiva, o conjunto dos artigos, como o leitor perceberá, mostra a complexidade do panorama, a tensão que anima e torna dinâmicos os seus extremos.

Talvez se possa dizer, portanto, que a que estão que se inscreve no coração deste livro seja mesmo a da mudança social, em seus vários

aspectos e manifestações — econômicos, políticos, culturais, intelectuais, estéticos, nas sociabilidades, mas também nas suas continuidades e recorrências. É certo que cada geração tende a acentuar o caráter radicalmente diferente da sua era de mudança. Nenhuma surpresa quanto a isso, afinal, como há muito se sabe, essa é uma das estratégias mais eficientes e recorrentes sempre que uma “nova geração” busca afirmar-se. O crítico Sílvio Romero, por exemplo, nos idos de

1870, chamava de “um bando de ideias novas” aos receituários de sua geração, e condenava os românticos a meros metafísicos, alheios à realidade. Por outro lado, estudando o fenômeno relativamente à reação dos jovens naturalistas ao romantismo, Machado de Assis já aconselhava, no conto “A nova geração”, a procurar divisar na “chasqueira” a inevitável continuidade, posto que nem mesmo “a extinção de um grande movimento literário não importa a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirmou; alguma coisa entra e fica de pecúlio do espírito humano”. A ponderação realista de que continuidades e rupturas

absolutas só são possíveis de fato no plano da metafísica não parece ter sido muito acatada entre nós, afinal prevalece ainda a impressão — nem sempre ingênua — de que nossa vida intelectual, como observou Roberto Schwarz no ensaio “Nacional por subtração”, esteja sempre recomeçando do zero, a cada nova geração.

Assim, se é plausível falar de uma pulverização de certezas tradicionais quanto à mudança social no mundo contemporâneo, não deixa de ser ingênuo supor que a mudança implica, necessária e simplesmente, o desaparecimento de processos constitutivos da

sociedade brasileira. A mudança por certo compreende novos arranjos das relações e ações sociais em curso, delimitadas pelos processos de que fazem parte. No entanto, também permite e suscita uma relação entre a sociedade que temos e outras sociedades alternativas a ela, assim como certo rearranjo com o passado — que insiste em estar presente.

Nada mais oportuno, para tanto, do que começarmos a perseguir os fios que nos têm ligado ao longo do tempo, suas formas correspondentes de sentir e pensar o Brasil e de nele atuar. A visão de conjunto e de processo que o nosso presente oculta constitui, em suma, condição para

que se possa até mesmo qualificar a imaginação social para a busca de novos Brasis. Numa época de mudanças aceleradas, olhar para nós

mesmos pode parecer um gesto nostálgico, mas também um exercício crítico de autorreflexão e cidadania. Longe de essencializar temas e mostrar que “sempre fomos assim”, vale encarar o desafio de olhar e estranhar; observar e reconhecer; notar e reivindicar mudanças.

IMAGENS DA ÁFRICA NO BRASIL

Valdemir Zamparoni

Nos dias de hoje já não causa tanta estranheza afirmar que o Brasil e os brasileiros são herdeiros culturais não só da Europa mas também da África e da Ásia, e que a construção da nossa identidade nacional passa pelo conhecimento da história e das culturas desses continentes. Mas o fato é que até recentemente a história europeia tem sido o foco de nossas atenções, e as demais são constantemente negligenciadas. O que sabemos sobre a África, objeto deste texto, e suas múltiplas culturas?

Qualquer brasileiro que tenha passado pelo ensino fundamental certamente já ouviu falar da cidade-Estado grega, do Império Romano, do feudalismo, da Revolução Francesa, das Guerras Mundiais; de nomes como Nero, César, Napoleão, Hitler ou Stálin, mas dificilmente ouviu falar das cidades-Estado Yorubas, ou de povos como os Haussa, Bakongo, Makonde, Xhosa e Swahíli. E da rainha Nzinga, de Mussa Keita, de Sundjata, de Tchaka e Ngungunhane, Amílcar Cabral, Patrice Lumumba, Julius Nyerere ou Samora Machel? Alguém já estudou a respeito? De Nelson Mandela muitos ouviram falar, mas de fato conhecem a história do país, do *apartheid*, que levou este homem a ser visto como um herói? Longe de querer fazer apologias de impérios e heróis africanos, é preciso entretanto reconhecer a sua existência, apagada dos nossos livros escolares.

A verdade é que o pouco que sabemos sobre a África e os africanos está carregado de estereótipos e preconceitos. A imagem deles que predomina entre nós é a de uma terra exótica, selvagem, como selvagem são os animais e pessoas que nela habitam: pobres, miseráveis, que se destroem em sucessivas guerras fratricidas, seres irracionais em meio aos quais assolam doenças devastadoras. Enfim, desumana. É certo que esses males atingem a África, mas não são as únicas coisas que ocorrem por lá, e tais mazelas não são exclusivas daquele continente.

Não é raro ouvir nos meios informativos referências de que o artista tal estava fazendo um *tour* que incluía Londres, Paris, Berlim e... África: o continente reduzido a uma cidade, nem mesmo um país. Às vezes, porém, um acontecimento, ocorrido num único país, é extrapolado para todo o continente. É o que ocorreu em relação à Copa do Mundo de Futebol de 2010: na mídia se falava de uma “Copa da África”, e não da África do Sul, país que sediou o evento. O mesmo se passa com guerras, secas, fomes ou epidemias. Nesta lógica, o termo África passa a

referenciar um lugar qualquer homogêneo. Essa homogeneização, que reduz todo o continente e suas múltiplas culturas a uma unidade inexistente na vida real, causa uma forte distorção no nosso olhar e é desumanizadora em relação aos africanos.

Quais os momentos críticos na construção e consolidação dessa imagem da África no mundo ocidental e em particular no Brasil?

Já os primeiros viajantes que costearam o continente africano ou os cronistas que sobre ele escreveram nos séculos XV, XVI e XVII, como Duarte Pacheco Pereira, Gomes Zurara e Cadamosto, anunciavam uma desumanização e mesmo uma zoologização dos africanos. Seus textos empregavam adjetivos depreciativos, tais como *velhacos*, *ladrões*, *traíçoeiros*, *bárbaros*, *bestiais*, *porcos*, *indecentes*, *mentirosos*, *feras*, quando se referiam de maneira genérica a “todos os negros”. Essas obras refletem muito mais a mentalidade desses homens e das sociedades europeias do que da África e dos africanos reais. São os primeiros documentos da emergência de uma homogeneização desumanizadora.

Conflituosos, esses viajantes e cronistas sabiam das diferenças entre os povos com os quais iam tomando contato; era empiricamente verificável e não tinham como escamotear os variados aspectos físicos e valores culturais, mas mesmo assim não hesitavam em emitir juízos de valores e reduzi-los a uma massa homogênea, o que começou a penetrar no imaginário ocidental.

Nesse mesmo século XVII, o tráfico de escravos se intensificou e acabou por ser um outro momento de coisificação, de desumanização. A própria escravatura é uma forma intensa de negação dos atributos humanos dos escravizados, e embora na linguagem corrente de então fosse chamado de “peça”, o escravo não era tido como uma simples besta de carga, mas como um ser humano que procurava esquivar-se aos sofrimentos a que era submetido: as acomodações, revoltas e fugas são exemplos. E os seus senhores sabiam disso. Para os cativos negros a escravidão significou uma desterritorialização física e espacial, mas sobretudo cultural, em relação à sua origem e exigiu nas Américas a reconstrução identitária e a reconfiguração da multiplicidade cultural de origem, o que, em certa medida, ajudou a formar aos olhos da sociedade brasileira, escravocrata, a noção de que eram homogêneos. Esse processo se acentuou quando a partir de meados do século XIX o tráfico

legal foi abolido e a chegada de novos africanos dificultada e depois extinta. A partir de então, paulatinamente, as diferenças culturais com origem na África foram se dissolvendo no universo mais amplo de crioulos, como eram chamados os negros nascidos no Brasil.

O momento mais crítico nesse processo de desumanização se deu no século XIX com a hegemonia da noção de raça, que então passou a ser difundida como parâmetro definidor e classificador da humanidade: um conjunto de indivíduos definia uma raça e, isso feito, com os pretensos e específicos atributos físicos e comportamentais, era esperado que todos os indivíduos a ela associados fossem portadores de tais atributos. Entretanto, no cotidiano as características da raça não se aplicavam aos indivíduos de maneira uniforme: o comportamento desviante de um branco era normalmente entendido como um problema individual, e o de um negro como uma característica inata de toda a raça. A associação entre a cor da pele, o “continente das trevas”, a selvageria e a barbárie está claramente expressa em famoso texto de Hegel, cuja citação é aqui desnecessária.

Estudos mostram que no Brasil, desde meados do século XIX, nossos homens de ciência, particularmente os médicos, participaram ativamente da discussão e produção de conhecimento no âmbito do racismo científico, cujo centro era a Europa. Mas o ápice da discussão em torno da raça ganhou corpo no Brasil justamente quando estava sendo questionada a legitimidade da escravidão. A abolição em 1888 e a instalação da República no ano seguinte exigiam repensar a identidade nacional. Qual nação? O que fazer com o ex-escravo, agora tornado ao menos oficialmente cidadão da nova república? Mesmo a lógica abolicionista de que a nação era atrasada porque baseada na escravidão ajudou a fortalecer a tese de que os escravos eram naturalmente “atrasados” e por extensão também os negros em geral e a África. Nina Rodrigues — médico, ativo participante dos círculos científicos europeus e ele mesmo mulato — dizia que, por mais revoltante que houvesse sido a escravidão, era preciso reconhecer que a raça negra no Brasil constituiria sempre “um dos fatores da nossa inferioridade como povo”. Segundo a lógica racialista de então, era preciso branquear a nossa população se o Brasil quisesse no futuro inserir-se no rol das nações superiores. Decidiu-se então pela maciça imigração de europeus, que

vieram majoritariamente das regiões da Europa que passavam por turbulências políticas e cuja população vivia em condições precárias, senão miseráveis: Itália, Espanha, Portugal e parcelas da Europa Central. Simplificando, pode-se dizer que nessa decisão imperou a lógica do evolucionismo de Darwin aplicado às sociedades, o que ficou conhecido como darwinismo social.

Essas teses do branqueamento geraram na consciência nacional brasileira uma espécie de amnésia propositada e um afastamento da África. Se até o fim do tráfico havia um fluxo cultural da África para o Brasil e daqui para lá, inclusive com a manutenção ou criação de novos laços familiares dos dois lados do Atlântico, como foi o caso das comunidades de “brasileiros” na África ocidental, em especial no Benin, Gana, Nigéria e Togo, a partir de então isso paulatinamente desapareceu. Ficaram os laços simbólicos cada vez mais tênues e a África cada vez mais distante. No universo do discurso oficial, foi ainda mais grave. A necessidade de esconder das novas gerações o nosso passado escravocrata e a nossa imensa população de *srcem* africana era tão forte por parte das classes dirigentes brasileiras que nos primeiros livros didáticos de “história pátria” do período republicano são quase ausentes as referências à escravidão, que durou quase quatro séculos e foi essencial para a existência de nosso país.

A Semana de Arte Moderna de 1922 trouxe novamente à tona a discussão sobre a identidade nacional. Seus intelectuais se propunham a repensar a nação, a brasilidade, em oposição à Europa, com base na exaltação nas artes e literatura, das *nossas* florestas, o *nosso* falar, a *nossa* comida, o *nosso* jeito de ser, o *nosso folk-lore*, a *nossa* gente, e esse movimento lançou as bases para o mito das três raças, como componentes essenciais da nossa formação, que será amplamente explorado após a Revolução de 1930 e particularmente durante a ditadura do Estado Novo. Nesse momento, foi preciso recolocar os negros na existência nacional. Mário de Andrade coletou práticas culinárias, cantos de trabalhos e contribuições culturais de diversas *srcens* africanas; os negros foram pintados particularmente por Portinari — que ao retratar um “lavrador de café” tomou como modelo um negro com seu nariz achatado e lábios grossos, e não um dos imigrantes europeus que foram justamente trazidos para a lavoura

cafeeira. Por outro lado, Monteiro Lobato criou personagens negros de maneira paternalista e caricata, sobretudo no famoso *Sítio do Pica-Pau Amarelo*.

No âmbito acadêmico, no I Congresso Afro-Brasileiro realizado em Recife, em 1934, e na segunda edição em Salvador, em 1937, Gilberto Freyre, Edson Carneiro e Manuel Querino se propuseram a repensar o lugar e a contribuição dos negros na cultura e na identidade brasileira, mas a África e os africanos não foram assunto dos congressos; eram tão somente referências. De maneira simplificada pode-se dizer que esse grupo rompeu com as teses de Nina Rodrigues e passou a encarar a *mulatidade* brasileira como positiva. O mulato, e o mestiço em geral, deixou de ser visto como o ser degenerado e passou a simbolizar, em sentido positivo, a síntese cultural brasileira. Como se sabe, essa formulação, em si bastante realista, teve em Gilberto Freyre seu principal apologista, mas acabou por levar à consolidação do mito das três raças e à instituição de outro: o de que o Brasil era *sui generis*, pois, contrariamente a outras experiências escravocratas no mundo, era uma democracia racial. Para ele, o povo português — devido ao seu próprio mestiçamento e ao cristianismo — era inatamente aberto à miscigenação e avesso a qualquer forma de racismo. O Brasil mestiço era filho do macho português com as mulheres africanas e indígenas. Nessa formulação, o homem tem uma identidade, pertence a um povo, enquanto as mulheres são designadas como “africanas” ou “indígenas”, de maneira genérica e não como parte de povos específicos. Essa tese derivou na do *lusotropicalismo* e do *crístocentrismo*. Nos anos 1930, as ideias de Freyre foram bem recebidas no Brasil, mas fortemente repudiadas nos meios colonialistas portugueses, que na altura eram apologistas da pureza racial e inimigos da miscigenação. Entretanto, nos anos 1950, quando a legitimidade portuguesa sobre suas colônias na África e na Ásia passou a ser internacionalmente questionada, os próceres do salazarismo ressuscitaram Vasco da Gama em Gilberto Freyre e patrocinaram um périplo por terras de além-mar, onde os portugueses tinham estado no tempo das “grandes navegações”, com destaque para as “províncias ultramarinas” africanas. Da viagem Freyre escreveu dois livros em defesa do colonialismo português; pura mistificação sobre o pretense mestiçamento em tais terras coloniais.

Antes que o mito da democracia racial se propagasse, as imagens de que a África era sinônimo de atraso e barbarismo contaminaram os próprios negros brasileiros, que buscavam distanciar-se dela. Como diziam, a África era para os africanos e não para eles brasileiros. Não reivindicavam nenhuma pertença identitária à África, mas ao Brasil, terra que ajudaram a construir, embora referências idealizadas ao “continente negro” aparecessem sobretudo nos blocos carnavalescos, as “embaixadas africanas”

Logo após a Revolução de 1930, surgiu, em São Paulo, a Frente Negra Brasileira, com organização e discursos semelhantes aos do Movimento Integralista, que preconizava a defesa dos valores nacionais. Diziam que não se importavam que Hitler não quisesse “sangue negro”, pois isso indicava que a Alemanha Nova se orgulhava da sua raça, assim como eles, brasileiros, não queriam saber de arianos, mas dos negros e mestiços que nunca traíram nem trairiam a nação. Esse discurso claramente se opõe ao arianismo em moda, sem ultrapassar a definição de raça então aceita como critério identitário. A África e os africanos não jogam aqui qualquer papel na constituição da identidade negra brasileira.

Depois da Segunda Guerra Mundial, e com a derrota dos regimes fascistas e nazistas, emergiu nas universidades brasileiras uma nova geração que não pactuava com Freyre e que claramente se distanciava do discurso racialista. Em São Paulo, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e depois Octavio Ianni, entre outros discípulos de Roger Bastide, começaram a estudar, inspirados pelas novas sociologias marxista ou weberiana, não mais a “questão negra”, mas a escravidão enquanto sistema de opressão e alienação, os modernos conflitos raciais e as relações de classe. A África e os africanos, contudo, continuaram ausentes.

Foi com José Honório Rodrigues, em obra que se seguiu à independência da maioria dos países africanos (1960) e às vésperas do desencadeamento da luta armada de libertação nacional na Guiné-Bissau e Angola (1964), e com a chamada política externa independente levada a cabo pelo governo Jânio Quadros, que a África reemergiu no Brasil sob a perspectiva anticolonialista e das relações internacionais. É desse período a criação de três centros de estudos africanos no Brasil: em 1959

foi fundado o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da Universidade Federal da Bahia; em 1961, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), ligado à Presidência da República, fechado após o golpe militar de 1964; em 1963, o Centro de Estudos e Cultura Africana na Universidade de São Paulo, hoje denominado Centro de Estudos Africanos (CEA), e em 1973, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do Rio de Janeiro, uma espécie de herdeiro do IBEAA. Esses centros

formaram as duas primeiras gerações, ainda que diminutas, de intelectuais brasileiros interessados em estudar a África.

A África voltou à cena na década de 1970, quando da expansão da luta armada nas então colônias portuguesas, como uma nova fonte de inspiração entre a comunidade negra. No entanto, aos poucos, à medida que esfriavam as notícias sobre as ex-colônias, a presença dos temas “africanos”, a reivindicação da “libertação”, foi perdendo espaço para uma agenda muito mais pautada pela discussão das relações raciais norte-americanas, num viés neoliberal.

Até os anos 1990, os currículos escolares brasileiros, em todos os níveis, refletiam a afirmação de Hegel de que a África não tinha “interesse histórico próprio”, já que não aportava “nenhum ingrediente à civilização”. Hoje vivemos em outra conjuntura institucional. Depois de pressões vindas de vários segmentos sociais, dos meios universitários, mas sobretudo de setores do movimento negro organizado, foi editada em 2003 a Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de História da África e de cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras. A partir de então uma nova onda emergiu, e a África, como tema e campo de estudos até então marginalizados, passou a ser atraente. Uma avalanche de publicações didáticas, de qualidade muito irregular, veio à luz, pretendendo sanar a nossa lacuna de conhecimentos. Pulularam cursos de “especialização” — na verdade de introdução — para qualificar minimamente os docentes que já atuavam no ensino fundamental e médio. Como resposta a essa nova demanda, as universidades públicas e privadas introduziram ou ampliaram as disciplinas voltadas para a África, sobretudo nos cursos de História, para formar os futuros professores. Mas em sua maioria, o ensino de História da África ainda está restrito a um ou dois semestres letivos. É preciso ampliar os cursos de mestrado e doutorado em Estudos Africanos nas universidades,

aumentando o número de pesquisadores em temas africanos para que se produza conhecimento desprovido de preconceitos. Essas são iniciativas que apontam para um extenso caminho a ser percorrido, ao longo do qual, espera-se, nossa imagem sobre a África e os africanos seja gradual mas solidamente alterada.

Com certa simplificação, pode-se dizer que prevalecem duas imagens só aparentemente antagônicas: de um lado, e ainda hegemônica, a da

África selvagem e miserável apresentada nos documentários e telejornais, de outro, uma imagem mitificada, de uma “Mãe África”, “sacrilária”, “profunda” e “virgem”, idealizada, irreal. Os africanos e a África buscados nessa visão, como inspiração política, são aqueles colocados num freezer, onde a cultura se inscreve num tempo mítico, que se repete, sem criação nem história. Essa imagem mitificada é também homogeneizadora e desumanizadora da África e dos africanos. Também ela não reconhece a multiplicidade dos povos e culturas com suas mazelas tipicamente humanas. Felizmente as duas visões

extremadas tendem a ser superadas, mas o que ainda predomina está longe do ideal.

Enquanto a África e os africanos permanecerem desconhecidos dos brasileiros, tanto à direita, quanto à esquerda, tanto os racistas, travestidos de liberais, quanto os que labutam arduamente para a extinção do racismo, vão continuar prisioneiros de uma visão da África que foi criada para dominar e desumanizar.

SUGESTÕES DE LEITURA

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África — outro horizonte*. 2ª ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1932.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

ZAMPARONI, Valdemir. “Os estudos africanos no Brasil: veredas” *Revista de Educação Pública*. Cuiabá, vol. 4, nº 5, jan./jun. 1995, pp. 105-24.

———. “A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro” *Ciência e Cultura*. São Paulo, vol. 59, nº 2, abr./jun. 2007, disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>.

AMAZÔNIA:
POVOS
TRADICIONAIS

POR DIREITOS
E LUTA

Neide Esterci

Terra de espanto e assombro para alguns, objeto de cobiça sem constrangimentos para outros, do ponto de vista das ciências da terra, a Amazônia pode ser pensada como um bioma, um conjunto de ecossistemas cujas características físicas e geográficas singulares se estendem por nove países da América do Sul: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. São quase 8 milhões de km² de rios enormes, milhares de lagos e ilhas, áreas de terra firme e florestas inundáveis de várzea, nas quais o nível das águas chega a variações anuais de mais de doze metros, como acontece no curso médio do rio Solimões, no estado do Amazonas. No território brasileiro, se encontram 60% de suas florestas.

Aí vivem e se reproduzem mais de um terço das espécies existentes no planeta. São cerca de 2500 espécies de árvores, mil espécies de aves, 311 espécies de mamíferos já registradas. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a floresta amazônica emite para a atmosfera mais de 7 trilhões de toneladas de água, através da evaporação e transpiração das plantas, e seus rios despejam aproximadamente 12% de toda a água doce fluvial descarregada, por ano, nos oceanos de todo o mundo. Só do rio Amazonas, o mais extenso e caudaloso da bacia, chegam ao Atlântico 230 milhões de litros d'água por segundo. Tudo isso, porém, em um ecossistema muito frágil, porque as árvores, que chegam a ter cinquenta metros de altura, tiram poucos nutrientes do solo, em sua maior parte pobre, de modo que a floresta vive do material que as próprias árvores lançam no chão. Daí os cuidados necessários para não romper o equilíbrio.

Por decreto-lei de 1966, o governo brasileiro criou, como instrumento de suas políticas, a chamada Amazônia Legal, para a qual procurava atrair, através da concessão de incentivos generosos, os interessados em realizar ali algum empreendimento econômico, dentro do projeto de desenvolvimento proposto para a região. A Amazônia Legal abrange uma extensão maior que o bioma Amazônia e nela se incluem os estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Mas a parte acrescida pelo conceito de Amazônia Legal, como adverte o jornalista Lúcio Flávio Pinto, defensor de primeira hora da integridade amazônica e de seus povos, não é constituída pela mesma típica floresta amazônica, aquela que o cientista

alemão Alexandre Humboldt chamou de Hileia Amazônica — ela inclui também áreas de outros biomas, como o cerrado.

Com tantas denúncias de destruição e desrespeito à natureza, talvez surpreenda saber que a Amazônia chegou ao século XXI com a maior parte do seu território preservado; mas o que acende o sinal de alerta é o fato de os desmatamentos terem consumido 17% da floresta no curto espaço de algumas décadas, ou seja, desde que, no final dos anos 1950,

foram feitas as primeiras grandes derrubadas para a abertura de estradas como a Belém-Brasília e a Brasília-Rio Branco. Essas informações se encontram no *Almanaque Brasil Socioambiental* de 2008, do Instituto Socioambiental.

Mas a Amazônia não é apenas o lócus de uma enorme biodiversidade. Habitada por mais de 20 milhões de pessoas, a Amazônia brasileira é também multicultural e pluriétnica: são povos indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, ciganos e outros povos e comunidades com histórias, modos de vida, tradições culturais, práticas agrícolas e religiosas, como elementos e identidades coletivas distintas.

A manifestação mais radical dessa diversidade está, sem dúvida, nos povos indígenas. Na Amazônia, são 170 povos com uma população aproximada de 180 mil pessoas, o que corresponde a 57,64% da população indígena do país, que ocupa na Amazônia o equivalente a 98,97% das terras indígenas de todo o Brasil.

De fato, nas décadas passadas, seu desaparecimento chegou a ser profetizado pelo antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, em *Os índios e a*

civilização — *A integração das populações indígenas no Brasil moderno* (1970), talvez como grito de alerta às novas gerações de antropólogos e indigenistas, pois, segundo o levantamento que fizera nos anos 1950, muitos povos indígenas haviam desaparecido desde o início do século XX e vários outros viram sua população ser drasticamente reduzida.

Organizações não governamentais, antropólogos, linguistas e missionários se mobilizaram nos anos seguintes: foi criado o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e uma rede de centenas de colaboradores começou um trabalho de levantamento — e acompanhamento — da

situação de cada um desses povos, que resultou na série *Aconteceu* — *Povos indígenas no Brasil*, publicada desde 1980 pelo Instituto

Socioambiental. Com seu imenso capital simbólico e o apoio de aliados, os povos indígenas conquistaram espaço na cena política e pela primeira vez um capítulo da Constituição lhes foi dedicado. Com direitos reconhecidos aos territórios tradicionalmente ocupados, nas décadas que se seguiram, sua população voltou a crescer. É na Amazônia que estão seus territórios mais extensos, como o Parque Indígena do Xingu (MT), com 2,8 milhões de hectares, onde vivem dezesseis etnias; a Terra

Indígena do Alto Rio Negro (AM), com 11 milhões de hectares, onde vivem povos de 21 etnias; e a recém-demarcada Raposa Serra do Sol

(RO), onde vivem cinco etnias, além das Terras Indígenas dos Tikuna e dos Yanomami (AM). Nesses espaços, vários povos indígenas construíram suas próprias organizações, como a Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), ambas reunindo várias etnias, e têm tido a chance de recompor tradições linguísticas e mitológicas, reproduzir conhecimentos e modos de vida, e muitas vezes resgatar elementos de suas identidades sufocados ao longo

de anos. No Alto Rio Negro, por exemplo, ouvi de um pajé, um sábio do povo Yuituka, que um estudante ainda menino de um colégio salesiano, nos anos 1960, estava tão excitado com a chegada do momento de ir para casa, ao término de mais um semestre letivo em regime de internato, que no recreio se descontraíu e se pôs a falar a língua do seu povo com os colegas. Foi ouvido pelo supervisor e, como castigo, não pôde deixar o colégio, como previsto. No estado do Acre, como lembra Beto Ricardo, antropólogo e fundador do Instituto Socioambiental, o governo federal nem reconhecia, em 1975, a existência de povos indígenas. Hoje, lá existem vinte terras indígenas demarcadas, e os índios são componentes importantes do projeto dos últimos governos estaduais.

Mas, para garantir os direitos coletivos desses povos e manter suas terras extensas, são necessárias medidas de fiscalização e políticas compensatórias nas áreas de educação, saúde e produção econômica.

Além dos povos indígenas, a Constituição de 1988 reconheceu também, expressamente, os grupos remanescentes de quilombos como possuidores de condições que os distinguem da coletividade nacional e destinatários de direitos específicos, conforme publicações do Programa Nova Cartografia dos Povos da Amazônia (PNCPA). As terras que ocupam e sobre as quais devem ter direitos reconhecidos não são, necessariamente, de negros fugidos; nem a homogeneidade racial é condição do seu reconhecimento como sujeitos coletivos de direitos, pois, tanto na Constituição brasileira quanto no texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o critério de reconhecimento de identidade é o da autoidentificação. Assim, e segundo informações constantes do site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, existem hoje, na Amazônia, nos estados do Pará, Amapá, Maranhão e Mato Grosso, 99 terras de remanescentes

de quilombos já tituladas, além de muitas comunidades quilombolas com processos de reconhecimento abertos. Só no estado do Pará, por exemplo, estão em tramitação 23 processos de titulação (segundo o site do Incra, em 27 de julho de 2010).

Outra coletividade que, no contexto do final dos anos 1980, emergiu na cena política, reivindicando direitos específicos, foi a dos seringueiros. Sua emergência, como protagonistas de um movimento

político de peso, não se fez num abrir e fechar de olhos. Descendentes de nordestinos fugidos das secas e da miséria que assolavam suas famílias na região de sercém, foram recrutados desde o final do século XIX para trabalhar na empresa seringalista, e as condições de vida e trabalho a que eram submetidos foram desde o início objeto de denúncias como as que se leem no romance *A selva* (1930), do escritor português Ferreira de Castro, que se tornou *persona non grata* no Brasil, acusado de denegrir a imagem do país no exterior. Também Euclides da Cunha, em *À margem da história* (1909), se referiu ao regime de

aviamento que predominava nos seringais como uma forma de escravidão, pois implicava o endividamento dos trabalhadores e justificava a coerção exercida sobre eles pelos patrões. Tal como Ferreira de Castro, Euclides pensou a floresta como um ambiente grandioso e hostil: “Aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir de suas energias, é uma adversária do homem”. E considerou negativos seus efeitos sobre “a delicada vibração do espírito na dinâmica das ideias”.

Entre apogeu e períodos de crise e decadência, a empresa seringalista resistiu até meados do século XX e não trouxe grandes danos ambientais

para a região, porque as seringueiras tinham que ser tratadas com cuidado e o látex extraído com delicadeza, já que trabalhadores e patrões as queriam sempre vivas e produtivas. O plantio de roças e a criação de animais pelos seringueiros, visando o consumo familiar — atividades que, nas primeiras décadas de funcionamento da empresa, tampouco eram permitidas, uma vez que os patrões queriam que os trabalhadores se dedicassem inteiramente à extração do látex —, também não implicaram grandes desmatamentos.

Ao chegar aos seringais, os trabalhadores nordestinos tiveram que se defrontar não somente com as tempestades assustadoras, os animais e outros entes da floresta, para eles desconhecidos, mas também com os

povos indígenas. Contra os índios, os patrões ordenavam as chamadas “correrias”, ataques às aldeias para matança generalizada e eventuais apreensões de mulheres e crianças. Ao longo da história, muitos nordestinos se casaram com mulheres indígenas e constituíram famílias. Essa miscigenação fez com que muitos índios se tornassem seringueiros e somente muitos anos depois viessem a resgatar sua identidade, a memória e o orgulho de serem índios, como no caso dos Kuntanawa, uma história de cem anos muito bem contada pela antropóloga Mariana Clavatta Pantoja em *Os Milton* (2008).

Mas foi no final dos anos 1980, quando os seringais já estavam em franca decadência, o látex não tinha a mesma importância econômica para a economia nacional e os seringueiros eram percebidos como trabalhadores de uma atividade em extinção, que surgiram os enfrentamentos com os novos pretendentes às terras que ocupavam. No Alto Rio Juruá, o novo patrão, que adquirira a terra, não se interessava pela atividade seringueira, apostando muito mais na derrubada da floresta para exploração de madeira; no vale dos rios Purus e Acre, chegavam os paulistas, interessados no desmatamento para formação de pastos.

Nas lutas de resistência, esforço de organização e busca de uma identidade coletiva, ficaram célebres, no vale do Purus e Acre, os *empates* e líderes como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, ambos assassinados. No Alto Juruá, a luta foi contra o pagamento da renda da terra, que se fez em grande parte através da organização sindical, na qual se destacaram líderes como Luís Claudino e Chico Ginu. Mas a proposta de um lote familiar, nos moldes sugeridos pela organização sindical, não lhes servia, porque era necessário garantir o acesso às estradas de seringa e cada lote teria que ter cerca de seiscentos hectares. Misturados com os índios, aliados aos ambientalistas, antropólogos e indigenistas, os líderes seringueiros do Acre chegaram, afinal, à reivindicação de um território, um espaço coletivo de vida e trabalho, e de proteção da floresta. Assim foi construída a figura da Reserva Extrativista, mais tarde incorporada à legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Reivindicações de controle coletivo sobre um território não eram novidade. Nos anos 1960-70, nos estados de Mato Grosso e Pará, onde aportaram as primeiras empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais oferecidos pelos governos militares, os pequenos produtores, então referidos como posseiros, também lutaram por direitos ao território que

habitavam, defendendo, em confrontos físicos e às vezes em longas audiências, com representantes dos órgãos federais, a racionalidade das suas formas específicas de uso e apropriação do espaço. As marcas imprimidas sobre o espaço eram evidência de um modo de vida. Mas sob a ditadura a integração da Amazônia se fazia pela negação da diferença, e, naquela conjuntura, o acesso às áreas de uso comum, como pastagens naturais, áreas de caça, matas de coqueiro e plantas medicinais, tudo isso lhes seria negado. Em *Cruzando fronteira — 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia* (2004), o antropólogo Jean Hébette registra

várias situações de confronto entre esses pequenos produtores e as empresas no estado do Pará.

Esse novo impulso para empreendimentos de larga escala na Amazônia teve início nos anos 1960. Pensada como vazio demográfico por militares e planejadores, como fronteira de recursos a explorar, nos moldes de uma área de colonização interna, a Amazônia foi, desde então, o *locus* de implantação de um modelo expropriador e predatório de desenvolvimento. Centenas de hectares de terras públicas foram transferidos a particulares a preços irrisórios, e milhares de homens

foram trazidos ilegalmente através de longas distâncias para derrubar as matas. Muitos não voltavam. As vozes que se levantavam contra os efeitos devastadores dessas políticas tiveram dificuldades em se fazer ouvir, pois, no início dos anos 1970, o país crescia ao redor de 10% ao ano e não havia, mesmo entre planejadores e organismos internacionais de desenvolvimento, quem questionasse o modelo brasileiro. É significativo que, durante a ditadura, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que registrava anualmente os crimes contra a organização do trabalho no mundo inteiro, não tenha recebido uma denúncia sequer de que o Plano de Integração da Amazônia, do governo brasileiro, se fazia a custa do ressurgimento, em grande escala,

das formas escravistas de emprego da força de trabalho.

No final da ditadura, o fracasso desses empreendimentos já era evidente e, no processo de redemocratização, dois fatores vieram imprimir nova dinâmica à história dos povos da Amazônia: a promulgação da Constituição de 1988 e o fortalecimento e a difusão dos movimentos ambientalistas no Brasil e no mundo. Abriram-se novas possibilidades e

as políticas desenvolvimentistas a quem se propõem tratar a natureza com cuidado e convidam a ver a Amazônia pelos olhos da tradição e das regras costumeiras. Os seringueiros, que por mais de cem anos habitaram a floresta sem danificá-la, se pensam como parte de “uma ordem em que humanos e não humanos se relacionam sem solução de continuidade”; para eles “os rios são habitados por caboclinhos e seres encantados” e “há animais de encanto que não podem ser abatidos”. Eles extraem o látex com cuidado, para que as árvores não morram e porque

a seringueira, da qual extraem o leite, é mãe. A caça tem que ser repartida entre vizinhos, de acordo com regras de reciprocidade estritas, do contrário o caçador fica na condição *panema* e não tem mais sucesso na sua atividade. Mauro Barbosa Almeida, antropólogo de srcem acreana, conhece bem essa tradição e escreveu sobre ela em “Direitos à floresta e ambientalismo: os seringueiros e suas lutas”.

Felizmente, na Amazônia que chega ao século XXI, os povos tradicionais passaram a ocupar mais espaço e áreas ambientalmente protegidas. Hoje 22,08% de seu território estão cobertos por Unidades de Conservação: se em algumas delas, como os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas e as Estações Ecológicas, é vedada a presença humana, em outras a proposta é conciliar a existência de grupos sociais com a conservação da natureza: são as Florestas Nacionais, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e, justamente, as Reservas Extrativistas. Somadas às Terras Indígenas, consideradas ambientalmente protegidas em virtude do baixo impacto causado pelas técnicas de exploração dos índios, as áreas protegidas cobrem 40,19% do território da Amazônia. Pode-se considerar um avanço pelo que significa em termos de proteção para os ecossistemas e garantia dos direitos dos seus povos aos territórios por eles tradicionalmente ocupados.

SUGESTÕES DE LEITURA

- ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro, Casa 8/Fundação Universidade da Amazônia, 2008.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. “Direitos à floresta e ambientalismoos seringueiros e suas lutas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 55, pp. 33-53.
- Antropolítica — Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência*, nº 19, segundo semestre de 2005, Niterói.
- HÉBETTE , Jean. *Cruzando fronteira — 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia* Belém, Editora Universitária da UFPA, 2004, 4 v.
- PANTOJA, Mariana Ciavatta. *Os Milton — Cem anos de história nos seringais* Rio Branco (AC), Edufac, 2008.
- Série Aconteceu — Povos indígenas no Brasil*. São Paulo, CEDI/Instituto Socioambiental, 1980.

ARTE
E CLASSICISMO
NO BRASIL:

CRIANDO
PAISAGENS
E RELENDO
TRADIÇÕES

Luciano Migliaccio

Falar da recepção do classicismo no caso da cultura artística do Brasil demanda uma primeira premissa. O Brasil nasceu com a idade moderna: os modelos advindos do mundo greco-romano não foram transmitidos como parte de uma tradição local sem interrupções, mas foram apropriados, em formas cada vez diferentes e em combinações variadas de tempo em tempo com elementos de outras tradições culturais: orientais, africanas e luso-africanas, ibéricas e italianas, judaicas e islâmicas. Durante a época colonial, a transferência se fez, sobretudo, através das formas peculiares em que tais modelos foram elaborados, pela cultura lusitana. No espaço abrangido pelo império português, emular Roma era um assumido projeto de expansão e justificação do poder, tanto de um ponto de vista interno como externo. Roma emitia significados, Lisboa os captava e transmitia até os mais distantes domínios coloniais e, particularmente, ao Brasil. Roma, centro da ideia do império e do catolicismo, espelhando-se na corte de Lisboa, a legitimava como centro de irradiação da fé no Novo Mundo. Essa relação fica evidente, ainda que com particularidades locais, desde a Bahia às regiões do antigo estado do Maranhão e Grão-Pará, do Rio de Janeiro às Minas Gerais do final da colônia.

Até o reinado de d. João v, seriam sobretudo as ordens religiosas, em particular franciscanos e jesuítas, a promover essas transferências, por meio da fundação de colégios e igrejas e da criação de oficinas em que mestres europeus e artistas indígenas, mestiços ou africanos trazidos como escravos elaborariam os exemplos romanos e portugueses. A sacristia da Igreja do Colégio dos Jesuítas de Salvador, hoje catedral, representa um caso muito importante de adoção de um modelo decorativo romano nas últimas décadas do século xvii, na cidade que surgia como a segunda capital do império português. Não se pode excluir que a escolha de importar altares de mármore italiano, desenhados por artistas romanos ou florentinos, e de realizar no teto uma galeria de retratos pintados de jesuítas ilustres possa ser relacionada com a volta de Roma, em 1681, do padre Antonio Vieira, um dos maiores oradores sacros de sua época. A sugestão dos exemplos romanos voltaria com mais força na época de d. João v, no momento da elevação do bispado de Lisboa à dignidade patriarcal e do aumento das dioceses brasileiras, em função da necessidade de assegurar à Coroa o controle dos territórios

técnica que afetaram a função e a circulação das imagens, quais sejam:

— O surgimento das instituições artísticas típicas do mundo moderno: o ensino acadêmico, as exposições, a crítica de arte, o desenvolvimento, ainda que restrito, de um mercado da arte.

— As técnicas inéditas de reprodução mecânica da imagem, como a litografia e a fotografia, que puseram em discussão algumas das funções tradicionais da pintura, da escultura, sobretudo como meio de registro e

divulgação dos tipos humanos e ambientes sociais. No Brasil, essas formas de reprodução e circulação da imagem adquiriram uma relevância política às vezes maior que as formas artísticas tradicionais, adotando atitudes, procedimentos e partidos advindos delas.

— A difusão da imprensa ilustrada e da fotografia mudou radicalmente as relações entre artistas, imagem e público. Esse fenômeno não foi somente brasileiro, é claro, mas nas condições peculiares do Brasil é decisivo analisar as transformações provocadas por esses novos elementos no nível local.

— O impacto de Paris, como centro da editoria ilustrada e do mercado da arte, e de outros centros internacionais, em particular Roma, nas escolhas dos artistas e na criação de uma pauta para a cultura artística no Brasil.

No Rio de Janeiro, uma primeira tentativa de afirmar uma função pública e laica das artes deu-se já no final do século XVIII no círculo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, patrocinador de um programa de obras públicas destinadas a destacar o papel da cidade como nova capital americana do império lusitano. Tal programa incluiu a reconstrução do chafariz da praça do Paço, junto ao antigo cais, o novo Chafariz das Marrecas, a Fonte dos Jacarés no quadro das obras do Passeio Público. Nelas seriam utilizados os primeiros bronzes fundidos no Brasil por Mestre Valentim. Um conjunto epigráfico e imagético relacionado com os temas da Arcádia poética e da mitologia clássica seria exposto na cidade em virtude da comemoração da ação de governo da monarquia portuguesa. A esse episódio estaria vinculado também o surgimento das primeiras telas com vistas da cidade do Rio de Janeiro e com a representação das principais atividades econômicas do Brasil, também colocadas em pavilhões no Passeio Público, posteriormente demolidos.

Com certeza, os temas daquelas pinturas são afinados com a exaltação dos recursos naturais e das riquezas da colônia brasileira que se encontram nos poemas dos árcades mineiros e nos textos da Academia de Ciências do Rio de Janeiro, fundada pelo marquês do Lavradio. Leandro Joaquim, retratista de Luís de Vasconcelos e Sousa, executaria então as primeiras vistas históricas figurando o *Incêndio* e a *Reconstrução do Recolhimento do Parto* (1789, Museu da Diocese do Rio de Janeiro), em que apareceriam, ao lado do vice-rei, os vários tipos raciais, os fidalgos, os oficiais, os artistas e artifices, o povo em seus trajes característicos.

Com a vinda da corte portuguesa, os artistas da chamada Missão Artística Francesa realizaram o transplante dos gêneros e das formas neoclássicas, bem como das instituições artísticas modernas, introduzindo no contexto brasileiro um modelo oposto aos antecedentes lusitanos. O paisagista Nicolas-Antoine Taunay foi decisivo para a elaboração local de um gênero que se tornaria fundamental para a formação da imagem do Brasil: a paisagem histórica clássica na sua versão pastoral, inspirada na obra de Claude Lorrain. Esse aspecto, muito precoce em relação ao desenvolvimento da pintura em outras realidades americanas, representa um dos lados peculiares da cultura figurativa brasileira. Taunay pintou momentos da vida da corte portuguesa na nova capital tropical, em quadros como a *Passagem do cortejo real na ponte Maracanã* (Rio de Janeiro, Museu da Quinta da Boa Vista). Contribuiu também para o surgimento da vista urbana e do panorama em que a paisagem se mistura com a descrição dos costumes e das relações sociais. Na vista da *Cascatinha da Tijuca* (1819, Museu da Cidade do Rio de Janeiro), conjugou o tema pastoral com a majestade da natureza brasileira, a presença dos africanos escravizados e a situação do artista no novo contexto americano. O filho de Nicolas-Antoine Taunay, Félix-Émile, realizou os desenhos para o primeiro panorama do Rio de Janeiro, exposto em Paris em 1824, popularizando, através desse novo meio, a imagem da nação recém-nascida junto ao público europeu. Sucessivamente dirigiu a Academia Imperial de 1834 até 1851, quando implementou o exemplo do ensino artístico francês e inseriu de uma vez por todas a formação dos artistas brasileiros no sistema internacional ligado a Paris. Nas duas paisagens *A mata brasileira sendo reduzida a*

carvão e Vista da Mãe de Água (1844, Rio de Janeiro, MNBA), o pintor, se servindo de elementos da tradição pictórica europeia, produziu exemplos de paisagem histórica nacional em que empregou o dilema ainda atual entre a preservação da natureza e o progresso material como um dos temas principais da representação do país.

A execução do grande quadro *Sagração de Dom Pedro I* (1827, Brasília, Palácio do Itamaraty), além dos aparatos festivos e trajés

desenhados para a corte, permitiu a Jean-Baptiste Debret introduzir o modelo da pintura histórica, atraindo para sua escola uma geração de jovens artistas portugueses e brasileiros. Simplício Rodrigues de Sá, pintor açoriano, foi o mais sensível à renovação efetuada por Debret no campo do retrato e da pintura de usos e costumes. Suas habilidades podem ser vistas no retrato do Chalaça — que, em capacidade de observação e penetração psicológica, supera a retratística engessada de Debret —, até chegar numa pintura como o *Irmão pedinte*, pertencente ao acervo do Museu Nacional de Belas-Artes, um dos poucos exemplos de uma pintura de costumes brasileiros inspirada pelas ilustrações do mestre francês. No retrato do marinheiro *Simão Carvoeiro* (1853, Rio de Janeiro, MNBA), José Correia Lima utilizou pela primeira vez o tipo do retrato heroico para representar um afro-brasileiro. A obra é notável também pelo modo com que alude à chaga aberta da escravidão e aos argumentos favoráveis à abolição, utilizando uma iconografia clássica para um membro de uma parte da população brasileira frequentemente excluída das representações oficiais. Manuel Araújo Porto-Alegre, diretor da Academia Imperial entre 1854 e 1857, foi o mais importante, ainda que não o mais produtivo, entre os artistas e os críticos brasileiros da geração seguinte, e certamente o que teve mais clareza quanto à função das artes na criação de uma cultura e de uma identidade nacional.

Os três volumes do *Voyage Pictoresque e Historique* de Debret, publicados em Paris entre 1837 e 1839, constituíram uma contribuição bastante relevante para a criação de uma ponte entre a elite da capital e o meio liberal internacional, marcando uma virada decisiva para a cultura brasileira. Nesse caso, o discurso histórico não consistiu na instrução por meio do exemplo do passado, mas na descrição visual dos elementos que formavam a sociedade local. Pode-se dizer que Debret criou um discurso sobre o país que correspondia essencialmente às

intenções modernizadoras de uma parte das elites brasileiras. Seu livro ilustrou os contrastes presentes na sociedade da capital, os componentes étnicos do novo Estado que, a partir daquelas premissas, visava constituir um novo povo. Seria equivocada julgar tal postura do artista como um empobrecimento do papel do pintor de história neoclássico. Foi, pelo contrário, uma inteligente adaptação à nova importância política da editoria ilustrada e da imagem impressa e às novas condições ditadas pelo mercado internacional da arte, de que o Brasil começava a fazer parte.

Com a coroação de d. Pedro II o país cortou definitivamente seus laços com o passado português e buscou sua colocação dentro do contexto americano. Os modelos clássicos, sobretudo a épica heroica, foram então utilizados como referência para a construção de uma nova imagem da nação vinculada ao seu passado ameríndio e à evangelização dos povos nativos. Nas obras de Gonçalves Dias, de Gonçalves Magalhães, de Manuel Araújo Porto-Alegre, tais modelos formaram a moldura para os novos temas indianistas do imaginário romântico nacionalista: a exaltação da figura do indígena, o contraste entre a cultura europeia e aquela ameríndia destinada a dar vida a uma nova civilização. Significativamente, em 1861, enquanto o escultor francês Auguste Rochet expunha no Salon de Paris as figuras colossais de indígenas destinadas ao monumento equestre de d. Pedro I no Rio de Janeiro, um pintor brasileiro, Vítor Meirelles, mostrava pela primeira vez ao público da mesma exposição um quadro baseado num tema da história nacional: *A primeira missa no Brasil*. Elementos da pintura de história, desde Horace Vernet a Delaroche, da tradição da paisagem pastoral e da ilustração etnográfica eram elaborados de forma a gerar uma imagem das srcens da nação que passaria depois ao cinema e aos livros de escola. Com *Moema* (São Paulo, MASP), exposta em 1866, o pintor de Florianópolis reformulou em termos nacionais um dos grandes gêneros da tradição classicista: a paisagem histórica.

Graças ao seu exemplo, o tema, que permitia a união do indianismo ao romance sentimental e ao erotismo por meio da imagem feminina, tornou-se característico da pintura brasileira durante toda a segunda metade do século. O quadro de Meirelles, uma das obras-primas do indianismo brasileiro, deu um novo significado a uma tradição figurativa

européia, inserindo-a no contexto americano. Em sua fórmula clássica, de Giorgione a Ticiano e a Rubens, o tema do nu feminino, ou da Vênus na paisagem, evocava a harmonia entre a natureza e o homem no estado primitivo e poético, o repúdio da história em favor da contemplação lírica. No entanto, *Moema* é uma paisagem trágica, em que se encarna o encontro de civilizações incompatíveis: o cadáver da jovem índia que se afogou por amor a um europeu representa a versão americana do mito

que só pode ter um final trágico. A posse da natureza intacta equivale à sua destruição. Por isso, o corpo de Moema forma como uma dissonância na harmonia da paisagem ensolarada e de cores arenosas da baía. A Iracema e a Marabá de Rodrigues Duarte, de Amoedo e de Parreiras ecoariam a mesma triste poesia, que Meirelles soube intuir primeiro.

A apropriação dos elementos do passado clássico envolve também a sua transformação e a sua reapresentação até como paródia. A popularização da litografia constituiu ponta de lança decisiva de uma divulgação iconográfica em grande escala, que, unida ao

desencantamento produzido pela ótica racionalista da ciência, amplamente divulgada pela imprensa, não podia deixar de provocar uma desmistificação da própria tradição figurativa. Seja através do desalinho insolente da paródia gráfica, que se tornará um *leitmotiv* da cultura brasileira da segunda metade do século XIX, seja através do prodigioso poder da fantasia, nas publicações ilustradas o desenho caricatural pôde indicar novos usos e leituras das imagens, desvinculando-as das normas convencionais. O caráter paródico e desmistificador da caricatura e da gráfica de jornais, como a celebérrima *Revista Ilustrada* de Angelo

Agostini, penetrou na mais séria produção de artistas como Belmiro de Almeida (*Os descobridores*, 1899, Rio de Janeiro, Museu do Itamaraty, ou *Nu de mulher*, Rio de Janeiro, MNBA) ou como Rodolfo Bernardelli (*Faceira*, Rio de Janeiro, MNBA; *A comédia* para a decoração externa do Teatro Municipal do Rio), subvertendo as intenções das comemorações oficiais. A gráfica, bem como a fotografia, deu modelos importantes para a criação de um realismo local, que buscou distanciar-se das convenções dos gêneros para dobrá-los a novos significados. Observando-se certos resultados da pintura de história brasileira da época da República Velha, lembram-se os contos de Machado de Assis, porque a narração exemplar aparece também ali como que desconstruída e parodiada, com um gosto

pelo paradoxo que faz lembrar o humanismo desencantado do grande escritor.

Alguns exemplos: entre as numerosas tentativas de criar uma imagem adequada do Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira, alçado à glória nas celebrações oficiais, destaca-se, por exemplo, o extraordinário *Tiradentes esquartejado* de Pedro Américo (1893, Juiz de Fora, Museu Mariano Procópio), modelado sobre as imagens dos mártires da

Revolução Francesa, idealizadas por David. Com uma capacidade de distorção quase sarcástica dos cânones da representação heroica, Américo desmembroou o corpo do precursor da independência, em um clima alucinante de *grand-guignol*. Usando refinada crueldade, que perpassa o sadismo, Pedro Américo evoca as cabeças decepadas do Batista do mais sanguinolento barroco espanhol e as preparações dos gabinetes anatômicos. Ao lado de Pedro Américo, não isento, porém, de alegorias repletas de arcos e colunas (*Paz e concórdia*, 1889), Firmino Monteiro (*Vidigal na frente da casa da Vidinha*, Petrópolis, Palácio do Grão-Pará) e Henrique Bernardelli (*Mater e Messalina*, Rio de Janeiro, MNBA) transformaram a narrativa histórica atenuando as distinções com representação do cotidiano, ao exemplo dos temas pompeianos de Alma Tadema ou das anedotas históricas de Mariano Fortuny. Ainda, o gosto decadentista infiltrou-se na descrição psicológica dos personagens da história e da mitologia antiga, apresentados como grandes arquétipos de desejos, neuroses e obsessões recorrentes no homem contemporâneo. Em particular, as transformações da imagem feminina provocadas pela modernidade; a grande mãe da cultura mediterrânea, a figura materna e protetora da Nossa Senhora, é evocada ao lado do mito da mulher fatal: a *Salammbô* de Flaubert, ou a grande devoradora do *Vício supremo*, do Mestre da Sociedade dos Rosacruz, Joseph Sar Péladan, representada pelas ilustrações de Félicien Rops e de Khnopff, ou pelos ídolos antigos de Aristide Sartorio. Nas obras de artistas como Hélios Seelinger esses temas chegarão a ser tratados com a ironia de uma brincadeira de carnaval.

O mito do traslado de Atenas e de Roma às orlas da baía de Guanabara reapareceria, quem sabe pela última vez, no grandioso pano de boca figurando o *Triunfo das artes, das ciências e do progresso*, pintado por Eliseu Visconti entre 1905 e 1907, em Paris, para o Teatro Municipal

do Rio de Janeiro, edifício símbolo da reforma urbana da capital, realizada pelo prefeito Pereira Passos. Na tentativa de criar uma pintura decorativa moderna, de grande apelo público e cenográfico, plenamente integrada ao conjunto da arquitetura, e um coerente programa imagético de matriz racionalista, o pintor inspirou-se nas decorações da *Sezession* vienense, particularmente nas obras murais de Gustav Klimt, cuja influência fica ainda mais evidente nas pinturas da Biblioteca Nacional

do Rio de Janeiro, ao lado daquela do movimento romano *In Arte Libertas* promovido por Gabriele D'Annunzio, também muito admirado no Brasil. A civilização clássica não significava mais um modelo formal, mas um reservatório de símbolos através dos quais se representavam as conquistas e as condições da modernidade. A poucos anos da tragédia de Canudos, a Acrópole e o Palatino, trasladados para a praia da Urca e para cima do Corcovado, num cortejo triunfal e a passo de dança, ocultavam atrás da imagem da civilização eternamente renovada as contradições materiais e culturais do país.

No século XX o modernismo substituiria os ideais do classicismo pela busca das *scens* da cultura nacional: através do primitivismo das vanguardas, dos *Ballets Russes* de Stravinski e Bakst, que triunfavam em Paris, Vicente do Rego Monteiro, Tarsila e Cícero Dias trocariam as formas e os temas clássicos por aqueles extraídos da arte marajoara e das lendas amazônicas, ou da cultura popular. Contudo, ainda nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, Vinicius de Moraes transplantaria o mito grego de Orfeu e Eurídice no ambiente das favelas do Rio de Janeiro, na sua obra teatral *Orfeu da Conceição*. O carnaval popular reencontrava assim suas antigas *scens* báquicas, misturando-se ao frenesi africano do samba: o mito do nascimento da música, Orfeu dominando os astros e as feras com o seu canto se tornaria o condutor de um bonde entre a Lapa e Santa Teresa. A peça de Vinicius foi levada ao cinema pelo diretor Marcel Camus, em 1959, com o título de *Orfeu negro*, numa coprodução brasileira, francesa e italiana. O filme ganhou a Palma de Ouro no Festival de Cannes e o Oscar como melhor obra em língua estrangeira, naquele ano. Marcou a afirmação internacional da imagem da cultura popular brasileira, do carnaval carioca, da Bossa Nova de Tom Jobim e de Luís Bonfá. Os louros imortais da Arcádia voltavam a brotar mais uma vez da terra do morro.

SUGESTÕES DE LEITURA

COLI, Jorge. *Como estudar a arte brasileira do século XIX?* São Paulo, Senac, 2005.

EULALIO, Alexandre. "O século XIX". In: Marino, João (org.). *Tradição e ruptura. Síntese de arte e cultura brasileiras* São Paulo, Fundação Bienal, 1984.

MIGLIACCIO, Luciano. "O século XIX". In: Aguilar, Nelson (org.). *Mostra do Redescobrimento*. São Paulo, Brasil 500 anos, 2000.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo, CosacNaify, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ARTE
CONTEMPORÂNEA
BRASILEIRA:

MULTIPLICIDADE
POÉTICA
E INSERÇÃO
INTERNACIONAL

Luiz Camillo Osorio

Volta e meia aparece alguém declarando que não gosta de arte contemporânea. Assim, na lata, sem maiores especificações.

Normalmente, nesses casos, o contemporâneo entra como uma espécie de estilo tardio; não se gosta da arte contemporânea, mas sim do impressionismo, por exemplo. O que sobressai aí é uma percepção (uma irritação) de que a partir de algum momento na história teria se perdido o foco, e qualquer gesto, por mais arbitrário que pareça, passou a poder reivindicar legitimidade artística.

Nostalgias a parte, multiplicaram-se as formas de arte e diversificaram-se as genealogias poéticas. Há que se destacar que o alargamento de perspectivas a partir das quais se fala do presente e, conseqüentemente, do que foi e do que pode vir a ser (a arte, a política, a ética, a ciência e a própria natureza humana) não significa que aceitemos uma relativização que nos desobrigaria de escolher e de criar — como se tudo fosse igual e nada mais pudesse ser inventado.

Multiplicar as perspectivas de compreensão do fenômeno artístico é produzir diferenças onde o relativismo só enxerga o mesmo — a indiferença. Não há mais um “Greenwich poético” regulando o relógio do contemporâneo, assim como não há mais uma topologia artística diferenciando um centro criativo das muitas periferias reprodutivas.

Destacaria dois episódios de natureza diversa, mas que me parecem relevantes no desenho espiritual do mundo contemporâneo: o verão punk na Londres de 1977 e o lançamento de *A condição pós-moderna* de Jean François Lyotard em 1979. Deste livro-acontecimento cabe ressaltar o questionamento das grandes narrativas que determinavam as formas de conhecimento. Na introdução do livro, o filósofo francês é bastante claro na definição de uma nova articulação dos saberes que vinha se constituindo paralelamente ao desenvolvimento das incipientes tecnologias da informação e da nova economia pós-industrial. Segundo Lyotard, nascia “uma sociedade que se baseia menos numa antropologia newtoniana (como o estruturalismo ou a teoria dos sistemas) e mais numa pragmática das partículas de linguagem. Existem muitos jogos de linguagem diferentes: trata-se da heterogeneidade dos elementos”. A fragmentação que abriu brechas para o surgimento de discursos heterogêneos — constituindo as micronarrativas e a micropolítica — também fortaleceu a economia de mercado e a globalização do capital.

Ao contrário da lógica historicista e utópica das vanguardas modernistas, o movimento punk assumia como lema o “No future”. A questão para aqueles jovens londrinos não era para onde ir, mas por que ir? Não se tratava de encontrar uma razão que determinasse o fazer, mas desconstruir toda racionalidade que pudesse articular saber e fazer. O desprezo pelas ideologias dominantes derivava de certo cansaço diante das fórmulas históricas e das categorias de comportamento que

determinavam o que fazer e como fazer para mudar a história. Mergulhava-se no vazio, no não saber, na agonia do presente vivido por si só, sem projeto de futuro definido. Em retrospectiva, o que interessa resgatar nessa dissolução do futuro não é, certamente, a perigosa tendência niilista que lhe é tão complementar, mas sim a afirmação do presente como instância temporal a ser conquistada e vivida.

Combinando-se a esperança da retomada democrática com a deflação do ideário utópico, vemos que a década de 1980 começa no Brasil com

um tom ao mesmo tempo exaltado e agônico. Potencializando o hedonismo do momento, o “retorno à pintura” seria uma aposta no prazer e na emoção contra as poéticas cerebrais da década de 1970. É bom que se diga que essa ideologia, pautada na oposição conservadora entre prazer e pensamento, não impediu o desenvolvimento de obras heterogêneas que amadureceram naquela década, tais como as de Cildo Meireles, Waltércio Caldas, Artur Barrio, Tunga, Antonio Manuel, Carlos Vergara, Eduardo Sued, Antonio Dias, Nelson Leirner, Carlos Fajardo, Carmela Gross, Milton Machado, Iole de Freitas, José Resende, entre outros.

Em 1984 foi realizada na Escola de Artes Visuais do Parque Lage a emblemática exposição “Como vai você, geração 80?”, com curadoria do crítico Marcus Lontra, do artista Paulo Roberto Leal e de Sandra Mager. Foi a plataforma de lançamento daquela geração. Mesmo que se busque ampliar a compreensão dos anos 1980 para além do retorno à pintura, é indiscutível que surgiu ali uma motivação nova para pintar. Se foi a pintura que dinamizou o mercado, ou o contrário, não cabe aqui discutir. Entre as décadas de 1980 e 1990, artistas e galerias ganharam de fato o circuito internacional. A atuação agressiva e pioneira do galerista Marcantonio Vilaça deve ser lembrada quando se menciona esse

processo de internacionalização da arte brasileira.

Portanto, o retorno à pintura e o fortalecimento do mercado são os dois lados de uma mesma moeda. Um terceiro ponto, redutor e equivocado, que normalmente vem se somar a estes dois na caracterização da década de 1980, é o da descontinuidade histórica da produção artística. O rompimento com o historicismo modernista era percebido como condição de liberdade criativa. Segundo o crítico

Frederico Morais, em artigo de 1984, “alguns artistas que tomam a história como referência insistem em manter a pintura como um teorema pictórico. Pintura é emoção, ela tem de nascer dentro das pessoas, no estômago, no coração, só na cabeça não dá. A arte vira ilustração de ideias e o erro está aí”. Nessa reconstrução crítica da produção da geração 80, é fundamental separar historicismo e consciência histórica. Negar a historicidade das obras é apostar na relativização do juízo e na despotencialização crítica da arte. É imprescindível recuperar a inserção histórica daquelas obras, o modo pelo qual elas redefinem a inserção da arte na cultura contemporânea, de forma a não se cair no relativismo que suspende qualquer possibilidade de criação e julgamento. O que se torna evidente a partir dos anos 1980 é uma historicidade em que convivem diversas temporalidades, em que múltiplas formas de afirmação do presente redefinem modos de apropriação do passado e de possibilidades de futuro. A produção de arte que surge naquela década, ao contrário de negar a história, terá com ela uma relação mais generosa e menos determinista. As poéticas emergentes vão assumir, segundo a definição do teórico Hans Ulrich Gumbrecht, um “presente amplo de contemporaneidades”, renegociando o passado e sinalizando para o futuro a partir de uma multiplicidade de “agoras”. Para o mesmo autor, em livro de 1997, “as imagens do futuro e as reminiscências do passado se superpõem em graus crescentes de complexidade”.

Nessa reconsideração dos modos de pensar a história de maneira geral, e a história da arte em particular, vemos na geração 80 obras que cruzam e deslocam influências artísticas. Cristina Canale, Beatriz Milhazes, Paulo Pasta e Leda Catunda lidam com a cor desde perspectivas muito distintas, renegociando formas de atualização da prática pictórica. Surgia nessas obras uma nova possibilidade de pensar a cor fora do eixo abstrato-construtivo da arte brasileira. Antes da

universalidade da cor-forma há a particularidade lírica da cor local. Independentemente do vínculo geracional, não se pode falar de cor na década de 1980 sem se falar da pintura de Jorge Guinle. Sua formação se deu em contato estreito com a tradição, com ênfase na pintura americana do pós-guerra. É um gesto agressivo de cor que combina exemplarmente expressão e construção, consciência e espontaneidade.

Saindo da cor e indo para a fisicalidade da pintura, cabe destacar o grupo de artistas de São Paulo conhecido como “ateliê casa 7” — Nuno Ramos, Fábio Miguéis, Rodrigo Andrade, Paulo Monteiro e Carlito Carvalhosa. Suas obras vão assumir uma atitude mais dramática, noturna, atacando as enormes folhas de papel barato com uma pincelada furiosa, próxima de Philip Guston, e uma quantidade superlativa de tinta industrial.

Luiz Zerbini e Daniel Senise são artistas que retomam a figuração sem inseri-la em um espaço figurativo pré-moderno. O primeiro combinava irreverência pop com uma densidade pictórica neoexpressionista. Suas cores vibrantes retratam a realidade polifônica e sensual do Rio de Janeiro. A pintura de Senise surge em contato direto com o neoexpressionismo alemão, mais especialmente com a pintura de Anselm Kieffer. Essa mesma tensão entre imagem e matéria está presente nas esculturas de Ângelo Venosa, sem discussão, junto com Nelson Felix, o grande nome da escultura surgida naquela década. No que diz respeito a essa retomada da imagem e da história, uma artista importante é Adriana Varejão, cuja pintura atualiza o passado barroco da arte brasileira. Nesse aspecto, pode-se perceber em Varejão, seja pela exaltação sensorial, seja pela pulsão matérica, um diálogo transversal com o legado barroco e as cicatrizes e singularidades do passado colonial.

Por mais que tenha sido caracterizada como uma década pictórica, vemos que alguns caminhos heterodoxos surgiram naquele momento, cujas poéticas destacaram-se pela mistura de meios expressivos. Refiro-me, em especial, a Jac Leirner, José Leonilson, Eduardo Kac, Ana Tavares, Mônica Nador, Paulo Paes e Ricardo Basbaum. Percebe-se aí um desvio conceitual interessado em discutir o lugar da arte em uma sociedade massificada pelo espetáculo, onde a contaminação dos meios — imagem/palavra/forma/espço — foi gerando linguagens visuais

impuras e híbridas. Ninguém melhor do que o cearense José Leonilson para nos revelar esse momento. Sua obra de curta duração — interrompida pela morte prematura — foi substituindo as tintas e os pincéis pelo bordado, pela costura e pela palavra, realizando um movimento gráfico sutil e altamente lírico. O mais significativo na obra de Leonilson é a coragem em assumir um tom confessional, revelando uma subjetividade fragmentada, hesitante e solitária. A disseminação da

Aids reverberou no tom de desencanto com que se fechou a década.

A subjetividade fragilizada, fragmentada, multiplicada e em negociação aberta com o outro — seja individual, seja social — é uma pista interessante na caracterização do momento contemporâneo e como chave de leitura da década de 1990, cujos artistas retomam práticas experimentais dos anos 1960 e 1970 e assumem a hibridação (de meios, de culturas) como sinal de uma singularidade cultural. Entre a queda do muro de Berlim e o atentado às duas torres, passando pela decepção com os caminhos tomados pelos primeiros governos democráticos no Brasil,

aquela década viveu uma crise de desmobilização social e desencanto político. Nesse vácuo ideológico, a arte procurou o vazio, o silêncio, a

pele, extraindo da fragilidade formal brasileira — ausência de instituições sólidas, desrespeito às normas, inércia patrimonialista, recusa da impessoalidade na vida pública — canais para trocas suprassensoriais, onde se cruzariam experiências e temporalidades na busca de novas formas de subjetivação. Junto com Leonilson, uma artista que parece interessante nessa passagem de década, apontando para uma poética híbrida e, ao mesmo tempo, irônica e confessional,

seria Márcia X. O sarcasmo e a tensão erótico-pornográfica de suas instalações apontavam para uma mistura performativa, de alta dosagem poética, entre corpo, objeto e fantasia.

O trabalho de Ernesto Neto também é exemplar nesse contexto de passagem para os anos 1990. A sensorialidade de suas esculturas e instalações revela um desejo de habitação estética do mundo, de transformação da vida coletiva na busca de uma unidade singular entre corpo e espírito, entre individuação e coletividade. Apontando nessa mesma direção, mas com tonalidades poéticas e plásticas distintas,

podemos perceber os trabalhos de Franklin Cassaro, Tatiana Grinberg e mesmo os de Ricardo Basbaum com suas NBPS (Novas Bases para a

Personalidade). Para além de uma utopia adocicada, essas obras parecem apostar na capacidade das proposições plásticas de renovar nosso vocabulário sensível a partir de uma especificidade cultural em que o corpo desde sempre foi o foco de hibridações (e opressões sociais), pontuando uma sociedade mestiça e instável, fraturada socialmente e misturada genética e simbolicamente.

A informalidade que perpassa muitas poéticas que se firmaram na década de 1990 — Fernanda Gomes, Carla Guagliardi, Cabelo, Lucia Koch, Marcos Chaves, Vania Mignone, Brígida Baltar, Sandra Cinto, Marcos Cardoso, Marepe, João Modé — remete, sem determinismo de qualquer ordem, a uma precariedade formal (institucional) complementada e/ou enfrentada pelo espírito de improvisação tão típico do Brasil. Nossa promessa de constituirmos uma sociabilidade nova convive a cada dia com a dor de a percebermos como cronicamente inviável. Há que se manter a tensão.

Em paralelo, respondendo ao nosso desejo de forma que tensiona e se contrapõe à fragilidade formal, temos poéticas como as de Iran do Espírito Santo, José Damasceno, Raul Mourão, Eduardo Coimbra, Elisa Bracher, Paulo Climachauska, José Bechara, Carlos Bevilacqua, José Rufino e Afonso Tostes, que surgem também no começo da década de 1990. Muito distintas entre si, cada uma delas aposta à sua maneira em uma rigorosa economia plástica como elemento disseminador de uma necessária e mínima ordem formal. Nessa dialética entre forma e informalidade, não há oposição, mas complementaridade, em uma busca incessante por parte da arte brasileira de oferecer ao Ocidente uma estética, que é também uma ética, relacional.

Para além dessa esperança relacional, realizada poeticamente e frustrada socialmente, a década de 1990 definiu, para o bem e para o mal, uma economia globalizada da cultura, fazendo-se notar pelo crescimento das feiras e pela consolidação das galerias brasileiras no mercado internacional. Cabe também ressaltar o fortalecimento institucional, além de uma crescente descentralização do circuito, com uma produção interessante aparecendo em Pernambuco, na Bahia, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul. Os exemplos de Marepe, Lucia Koch, José Rufino, Franz Manata, Éder Santos, Oriana Duarte, Marcelo Coutinho, Cao Guimarães, Rivane Neuenschwander são típicos desse

processo. Em se tratando de um país continental como o Brasil, com tantas particularidades regionais, essa descentralização representa uma saudável articulação entre o elemento local e a perspectiva global. A presença da fotografia e dos meios tecnológicos é um capítulo à parte que se instala definitivamente no circuito da década de 1990 em diante e que só cresceu há pouco tempo — releituras históricas a partir do experimentalismo fotográfico dos anos 1940 e 1950 nos fazem chegar à fotografia contemporânea, na qual a questão dos suportes parece definitivamente sem lugar.

Duas grandes exposições devem ser destacadas na passagem entre o final dos anos 1990 e a entrada no novo século. A Bienal “Antropofágica”, com curadoria de Paulo Herkenhoff, e o 27º Panorama da Arte Brasileira de 2001, com curadoria tripla de Paulo Reis (Paraná), Ricardo Basbaum (Rio de Janeiro) e Ricardo Resende (São Paulo). Ambas marcam uma redefinição da ação curatorial, característica emblemática dali para a frente, requalificando recortes históricos, redefinições culturais e reposicionamentos geopolíticos. A primeira potencializou uma releitura da história da arte moderna pela perspectiva brasileira, forçando um deslocamento crítico entre centro e periferia, ideias e lugares. Já o Panorama de 2001 marcou uma repolitização estética pela convergência da experimentação com um novo tipo de engajamento — do atrito e do dissenso —, desestabilizando as referências canônicas. A 27ª Bienal de São Paulo, com curadoria de Lisette Lagnado — que teve como título “Como viver junto” —, reverberou em uma escala maior o tema problemático e irreversível de novas políticas da arte, assim como a 29ª Bienal, no ano 2010, com curadoria de Moacir dos Anjos e Agnaldo Faria, é mais um desdobramento promissor dessa discussão.

Os coletivos de artista, as colaborações multimídia e a abertura de circuitos e espaços alternativos — desde o Torreão em Porto Alegre ao Alpendre em Fortaleza, passando pelo Capacete e o Canal Contemporâneo no Rio de Janeiro — apontam para uma disseminação de práticas e apostam na descentralização da cena, multiplicando as possibilidades de inserção dos artistas mais jovens. A cena carioca, apesar de fragilizada institucionalmente, ganhou contundência crítica e disseminação urbana com grupos como Atrocidades Maravilhosas,

Imaginário Periférico, Rradial, Hapax — incluindo artistas como Ducha, Jarbas Lopes, Marsares, Ronald Duarte, Alexandre Vogler, Guga, entre outros —, que tensionaram as formas e os espaços da arte, repotencializando a herança experimental dos anos 1960 e 1970. Tomando-se agora o circuito institucional, cabe lembrar a criação da Bienal do Mercosul, da Fundação Iberê Camargo, de Inhotim e da feira SP Arte, mostrando dinamismo e crescimento do mercado de arte brasileiro.

Nossa presença na história da arte do século XX vai aos poucos sendo revista, substituindo o interesse pelo exótico e multiplicando as chaves de leitura e compreensão da arte moderna. O diálogo contemporâneo passou a ser de fato de mão dupla, centralizando as periferias e diversificando os centros, a ponto de todo o último Panorama da Arte Brasileira, de 2009, com curadoria de Adriano Pedrosa, ter sido montado a partir da influência brasileira na produção internacional, contando apenas com artistas não brasileiros. Trajetórias recentes, tais como as de Marcelo Cidade, Renata Lucas, Laura Lima, Vik Muniz, Cao Guimarães, Assume Vivid Astro Focus, entre outros, passam a circular imediatamente no exterior e são incluídas em importantes exposições internacionais.

Enfim, não obstante a persistência de nossos problemas sociais e institucionais, alguma luz parece indicar que da nossa adversidade foi se constituindo uma produção artística vibrante e complexa que se insere no circuito internacional com voz própria e energia poética singular.

SUGESTÕES DE LEITURA

BASBAUM, R. (org.). *Arte contemporânea brasileira*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2001.

BRITO, R. *Experiência crítica*. São Paulo, CosacNaify, 2005.

HERKENHOFF, P. e PEDROSA, A. (orgs.). *Catálogo da XXIV Bienal de São Paulo* São Paulo, Bienal de São Paulo, 1998, 4 v.

OITICICA, H. *Aspiro ao grande labirinto*. Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

CAMPO
E CIDADE:
VEREDAS

DO BRASIL
MODERNO

Nísia Trindade Lima

Tema frequente na história social, o contraste entre campo e cidade alcançou um dos seus mais conhecidos registros em fábula de Jean de La Fontaine (1621-95). Na narrativa em forma de versos, um rato burguês recebe seu primo do campo em ambiente ricamente mobiliado e lhe oferece as mais finas iguarias. O jantar, entretanto, é interrompido diversas vezes por ruídos no interior da casa, que sobressaltam o anfitrião, levando-o a buscar seu esconderijo. Por fim, o visitante decide convidá-lo a cear sossegadamente em sua casa no campo. Moral da história: diante dos riscos, de nada valia o sofisticado modo de vida urbano e era preferível o refúgio seguro do mundo rural. Contudo, e a despeito de fábulas como essa, representações negativas e positivas se alternam. Se a cidade pode ser concebida como lugar da artificialidade e da insegurança, pode também ser imaginada como ambiente da civilização e da liberdade. Por sua vez, retrata-se o campo tanto como espaço da autenticidade e de uma vida em conformidade com a natureza quanto como local do conservadorismo e do atraso.

A percepção desse contraste esteve historicamente relacionada à mudança da posição das cidades, pois nas sociedades de base agrária elas constituíam o centro político e administrativo, mas eram totalmente dependentes do campo, onde se desenvolviam as principais atividades econômicas. As cidades medievais europeias já indicavam importante processo de mudança, com a formação dos mercados urbanos e o enfraquecimento da dominação política dos senhores feudais e da Igreja.

Com o advento da Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII e sua progressiva expansão na Europa, teve lugar um conjunto de transformações relacionadas à mecanização da atividade agrícola, ao predomínio da indústria sobre a agricultura e da cidade sobre o campo. Verificou-se uma escala sem precedentes do crescimento da população urbana — o advento das cidades massivas com mais de 1 milhão de habitantes, cenário de contundentes obras de ficção, a exemplo dos romances de Charles Dickens e Victor Hugo, com seu retrato sombrio de Londres e de Paris oitocentistas.

No Brasil, a percepção mais aguda dos contrastes entre campo e cidade pode ser identificada no final do século XIX e esteve associada à disseminação de um modo de vida urbano e burguês, cujas srcens Gilberto Freyre, em seu livro *Sobrados e mucambos* (1936), atribuiu à

transferência da corte portuguesa em 1808. Em muitos outros ensaios sociais e políticos, e também na arte, abordou-se o tema. Essa produção intelectual e artística teve lugar em uma sociedade rural e que assim permaneceu até a década de 1960, quando o Brasil ingressou na faixa estatística das nações urbanas. Os dados censitários não nos permitem explicar, entretanto, os significados atribuídos a campo e cidade no pensamento social brasileiro. A partir de diferentes perspectivas, importantes intérpretes apontaram no mundo rural os fundamentos da vida política do país, com efeitos duradouros no curso do processo de urbanização. Neste verbete será priorizada uma tese central: o conflito entre um Brasil urbanizado e litorâneo e um Brasil dos sertões, constituído por populações rurais, que seriam desconsideradas ou incompreendidas nos projetos de modernização.

Em 1897, ocorreu um conflito armado que opôs de um lado a população de Canudos, no interior da Bahia, e de outro o recém-criado governo da República. Enviado como repórter pelo jornal *O Estado de S. Paulo* à região conflagrada, o engenheiro militar Euclides da Cunha lá permaneceu durante as três semanas finais do conflito, tendo

presenciado o dramático desfecho da guerra com o massacre dos sertanejos. Cinco anos mais tarde, publicou *Os sertões*, que se tornou um clássico, com implicações ainda mais amplas do que o evento histórico narrado.

Embora o autor discutisse longamente fatores como raça e sua importância para a compreensão das motivações dos moradores de Canudos, o principal argumento apresentado consiste no isolamento dos sertanejos, ao qual imputou tanto consequências negativas como positivas. De um lado, a ele atribuiu o atraso daquelas populações e o

que analisava como o seu fanatismo religioso; de outro, entendia que a distância geográfica e cultural as protegia dos modernismos das cidades litorâneas. Para Euclides da Cunha, tornava-se imperioso que as elites intelectuais e políticas voltassem suas costas à Europa e olhassem o país dos sertões. E ainda: o conflito de Canudos não era incidental, mas corresponderia a uma formação histórica na qual se deixaram à margem importantes grupos sociais, e, portanto, movimentos semelhantes poderiam ocorrer se não fossem adotadas políticas que rompessem tal isolamento.

De forma bastante simplificada, é possível afirmar que essas ideias tiveram ressonância ao longo do século XX nos movimentos intelectuais e políticos que chamaram a atenção para a necessidade de superar aquele potencial conflito: militares, médicos, educadores, literatos, enfim, os mais diferentes portadores de propostas de reforma social, referiram-se ao tema da incorporação dos sertões brasileiros. Ainda que, a partir da obra de Euclides da Cunha, se designasse com o termo sertão áreas de clima semiárido do Nordeste, não havia precisão geográfica no uso da palavra, o que se evidencia na diversidade de lugares em relação aos quais foi utilizada: da Amazônia aos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. Em poucas palavras, o sertão se localizava onde estava ausente

o poder público.

Nas obras de interpretação do Brasil publicadas durante as décadas de 1910 e 1920, a ideia dos obstáculos à incorporação social e política dessas populações constituiu tema constante. Também um dos argumentos implícitos em *Os sertões* — o do descompasso entre as instituições políticas e a formação histórico-social do país — seria aprofundado, segundo novas perspectivas, em livros como *A organização nacional* (1914) e *O problema nacional brasileiro* (1914), de Alberto Torres, e principalmente em *Populações meridionais no Brasil*, de Oliveira Vianna, entre outros. Publicado em 1920, alguns argumentos apresentados no ensaio de Vianna estiveram presentes no debate intelectual ao longo de todo o século xx.

“Nós somos o latifúndio.” Essa é a ideia-força que resume a interpretação de Oliveira Vianna. O autor procura demonstrar sua tese sobre as características essenciais da sociedade brasileira, atribuindo-as ao que considerava a função simplificadora do domínio rural.

Disponibilidade de terras, resolução do problema do trabalho através do braço escravo, ausência de um inimigo externo e de nítida divisão de classes são explicações apontadas para a formação de uma aristocracia rural no país. De um lado, via, nesse fato, consequências positivas — austeridade dos costumes e existência de um rígido código de honra. De outro, no entanto, identificava obstáculos para o desenvolvimento de instituições de solidariedade social. Para o autor, só teríamos assistido a uma solidariedade fundada em relações verticais organizadas em torno do proprietário de terras. Cunhou o termo insolidarismo, referindo-se à incapacidade de organização autônoma por parte da população, o que dificultaria a emergência de uma sociedade moderna.

Esse autor chamou também a atenção para a presença de homens pobres e livres, que viveriam à margem da sociedade formada pelo latifúndio. De fato, desde o Brasil Colônia, pode-se perceber a existência de um campesinato livre que provê de gêneros básicos as fazendas monocultoras e de gado. Formavam, assim, uma camada intermediária entre os senhores e os escravos e, posteriormente, entre os fazendeiros e os trabalhadores sem terra. Sua posição não era fixa, podendo oscilar entre a condição de pequeno proprietário ou posseiro e a de agregado ou parceiro. É dessa camada que trataria boa parte da literatura sobre

caboclos, sertanejos e caipiras.

Quando *Populações meridionais* foi publicado, também alcançara repercussão um personagem criado por Monteiro Lobato — Jeca Tatu —, originalmente um caipira do vale do Paraíba, que se tornaria uma das mais conhecidas caricaturas dos pobres rurais na literatura brasileira. Para Lobato, diante de problemas no sítio do qual era agregado ou de grandes mudanças na vida política nacional, fosse a abolição da

escravidão ou a proclamação da República, o caboclo continuava de cocoras, alheio a qualquer possibilidade de mudança. A mesma época, a conferência de Rui Barbosa sobre *A questão social no Brasil* partiu da caricatura do Jeca para se referir a uma concepção mais ampla sobre a sociedade. Perguntava, então, se o povo brasileiro seria mesmo aquele caboclo que não se põe de pé e cujo voto pode ser comprado por um trago de aguardente ou um rolo de fumo.

Perguntas dessa natureza mobilizavam os debates políticos que antecederam a Revolução de 1930 e permaneceram em pauta nos anos

iniciais do governo Vargas. A partir de 1937, teria início o período designado como Estado Novo, que esteve inserido em um conjunto de experiências internacionais de intervenção do Estado no período entre as duas guerras mundiais, muitas delas de caráter autoritário, como ocorreu no Brasil. Ainda durante a década de 1930, no bojo das discussões sobre as possibilidades e limites das instituições democráticas, foram publicadas outras grandes obras de interpretação social, entre elas *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. Em ambas, o

mundo rural esteve em foco, mas a partir de perspectivas distintas tanto sobre o passado nacional como sobre o processo de modernização. De forma muito simplificada, pode-se afirmar que Freyre analisou o passado, acentuando as tensões, mas também a aproximação entre heranças culturais distintas. A modernização, por seu turno, objeto de sua análise em *Sobrados e mucambos* (1936), foi vista como um processo de reeuropeização e criticada pelo que portava de concepção uniformizadora da sociedade. No caso de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* aborda centralmente os dilemas da modernização do país que, como legado da colonização, experimentaria grande dificuldade para o estabelecimento de normas abstratas e universais. Em

suas palavras, a mentalidade da casa-grande teria invadido também as cidades. Ainda que sob ângulos diversos, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda chamaram a atenção para um ponto comum que atribuíram à formação histórica do país: o reconhecimento do papel central da família extensa gravitando em torno do proprietário rural e das relações pessoais na sociedade brasileira.

O debate sobre a distância cultural entre a civilização urbana e as populações sertanejas e sobre os projetos de nação teve continuidade nos anos de 1945 a 1964, caracterizados, no plano político, pela vigência de um lapso democrático entre dois períodos de autoritarismo e, no plano de transformações socioeconômicas, pelo processo de

industrialização e urbanização. O campo intelectual foi marcado pela publicação de trabalhos sob novas orientações metodológicas e pela influência de professores europeus e norte-americanos, após a institucionalização das ciências sociais como curso universitário na década de 1930. Não seria forçado, entretanto, apontar uma relativa continuidade em relação ao período das grandes interpretações do Brasil, pois muitos dos problemas que compunham a agenda intelectual desde o início do século xx mantiveram sua importância. Estava fortemente inserido nessa agenda o projeto de participar do processo de mudança e influenciá-lo, ou mesmo orientá-lo, em direção a uma sociedade democrática, industrializada e urbana.

Ao mesmo tempo que o Brasil moderno era posto em questão, ganhou destaque a análise do que então se denominavam resistências culturais à mudança, presente nas publicações acadêmicas e nos congressos de ciências sociais. Particularmente Florestan Fernandes a ela se dedicou em trabalhos sobre mudança social elaborados nas décadas de 1940 e 1950. Em sua perspectiva, a modernização requeria recursos racionais de pensamento e ação e esbarrava em obstáculos de natureza cultural, a

exemplo de crenças mágico-religiosas, difíceis de serem superados, mesmo nas principais cidades brasileiras. O quadro seria ainda mais desfavorável nas áreas rurais, pois nessas, de acordo com o sociólogo, conformados pela tradição, milhares de indivíduos viviam como nos séculos XVIII ou XIX. Considerava que a realidade cultural do Brasil era e continuaria a ser ainda durante alguns anos a descrita por Euclides da Cunha em *Os sertões*.

Uma das principais referências para os trabalhos de Florestan Fernandes consistiu nos estudos de Emilio Willems, sociólogo alemão radicado no Brasil, que realizou pesquisas sobre aculturação de imigrantes e populações cabóças. Willems partia da ideia da ausência de

um sistema de entendimentos compartilhado que pudesse servir de base comum à civilização urbana e à multiplicidade das culturas sertanejas. O conceito de *cultura rústica* baliza sua análise, compreendendo o universo das culturas tradicionais, resultantes do ajustamento do colonizador português ao novo mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com os indígenas e posteriormente com as culturas de matriz africana. Formada nos dois primeiros séculos da colonização, essa cultura teria persistido através do tempo e indicaria um padrão específico de contato interétnico e cultural. Tal conceito influenciou diferentes trabalhos.

Em *Os parceiros do Rio Bonito*, por exemplo, Antonio Candido discute as transformações nos meios de vida e padrões de sociabilidade do caipira paulista tradicional, relacionando-as às mudanças socioculturais que acompanharam os processos de urbanização e industrialização no estado de São Paulo. Em diálogo explícito com os estereótipos negativos sobre o caipira, observa que Jeca Tatu não era preguiçoso, simplesmente não era ambicioso. Também em diálogo com a perspectiva de Oliveira Vianna, observa que no bairro caipira e que se deveria buscar a autonomia que aquele autor atribuíra ao latifúndio. Segundo Antonio Candido, esse padrão de sociabilidade sofre profunda alteração na transição da economia de subsistência para a capitalista, quando a vida social do caipira se fecharia no grupo familiar, implicando a perda dos laços organizados em torno do bairro.

O conceito de cultura rústica também esteve presente no desenvolvimento de pesquisas sobre campesinato, sociologia política e movimentos messiânicos, realizados por Maria Isaura Pereira de Queiroz. A autora critica a ideia de um contínuo rural-urbano sugerida por Emilio Willems e a tese do isolamento do sertanejo, proposta por Euclides da Cunha. Para ela, se considerarmos as relações estabelecidas com outros grupos sociais, o elemento definidor das populações rústicas não estaria no isolamento, e sim na relativa independência econômica, por viverem de culturas de subsistência ou participarem de forma complementar tanto da economia monocultora quanto da economia urbana do país. Certas formas de interação com os núcleos urbanos gerariam, na verdade, maior isolamento de sertanejos e caipiras, acarretando situações de decadência e miséria.

SUGESTÕES DE LEITURA

- BOTELHO, André. “Sequências de uma sociologia política brasileira” *Dados*, vol. 50, nº 1, Rio de Janeiro, 2007.
- BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- CARVALHO, Lucas Correia. Transição e tradição: mundo rústico e mudança social na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Dissertação de mestrado em sociologia. Rio de Janeiro, PPGSA/IFCS/UFRJ, 2010.
- GARCIA JR., Afrânio e GRYNSPAN, Mário. “Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão”. In: MÍCELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira* São Paulo, Sumare/Anpocs, 2002.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil* Rio de Janeiro, Revan/UPERJ, 1999.
- VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela — Do mito de srcem à favela* . Rio de Janeiro, FGV, 2005.

É CARNAVAL!

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti

Carnaval é bom para brincar, é bom para fazer e é bom para pensar. Festa civilizatória, cujos rastros dourados buscamos na poeira do tempo. Festa contemporânea sempre desdobrada em inesgotável multiplicidade. Salve Sua Majestade, o Carnaval! Quando brincamos, colocamo-nos sob sua subversiva égide, que tudo descentra. Se o fazemos, nos engajamos em seu febril vórtice festivo. Para tudo se acabar em cinzas na quarta-feira e logo, quase sorrateiramente, retornar, renovando gradualmente forças até o novo anúncio, em alto e bom som, da incomparável graça do aqui e do agora. Quando pensamos sobre o carnaval, estamos também a seu serviço, e a mesma absorvente Majestade requer que nos curvemos diante de sua surpreendente complexidade.

Trata-se de uma época especial, cujo conteúdo social bem definido abriga a celebração da própria alegria, do corpo e do aqui e do agora. As regras da vida social rotineira ficam então suspensas, e trocamos de bom grado a casa pela rua ou pelo salão de bailes, o dia pela noite, ou a monótona passagem das horas pela intensidade da duração. Trocamos a roupa, ou o uniforme, pelas fantasias, o rosto pela máscara, o comedimento pela exibição ou pela brincadeira expansiva. Quem quiser pode participar, se fantasiar, pular nas ruas ou em bailes, dançar, tocar, cantar para valer até se exaurir. Pode competir ou se exibir em um desfile festivo, ou simplesmente descansar ou trabalhar para o carnaval que a cada ano retorna. Festa pública e urbana por excelência, o carnaval conclama os cidadãos a reivindicarem territórios para a folia — rua, avenida, passarela, pista, quadra, terreiro, praça, salão, palco, terraço, onde quer que se possa acender sua faísca. A natureza simbólica e ritual característica dessa festa permite que, diante de suas muitas formas, em todas elas reconheçamos, sem maiores dificuldades, um carnaval.

O caráter excepcional do carnaval define-se tanto pelo contraste com a vida social cotidiana como pelo contraste com o período da quaresma, que, na tradição civilizatória cristã, sucede-o imediatamente. O tempo festivo carnavalesco, que se aninha na história concreta de diferentes sociedades, integra um calendário cosmológico de natureza cíclica que entrecruza o calendário histórico laico e mais linear. Enquanto a contagem sucessiva dos anos nos leva sempre em frente — 2010, 2011, 2012 —, o calendário festivo cíclico no qual o carnaval se insere se

reinaugura a cada novo ano, é repetitivo e cheio de conteúdos tradicionais.

A formação desse calendário cíclico festivo tem sua própria história. A suspensão de regras do comportamento ordinário — com as inversões da hierarquia social, o uso de máscaras e os travestimentos — envolve elementos festivos arcaicos que podem ser encontrados em muitas civilizações e sociedades humanas. O carnaval, entretanto, tal como

chegou até nós, nasceu efetivamente na Europa, no contexto da tradição civilizatória cristã. Com a decadência do Império Romano, a partir do século IV, o calendário cristão se expandiu e padronizou gradualmente os usos e costumes das populações em uma grande extensão territorial. Muitos elementos de festas populares pagãs agregaram-se, então, nesse nicho temporal imediatamente anterior à quaresma, conformando o carnaval.

O carnaval é, assim, uma festa inscrita no calendário cristão, regido pelos episódios mítico-religiosos da morte e ressurreição de Jesus Cristo

e dentro do qual se estabeleceu a oposição ritual fundamental entre o carnaval e a quaresma. Do lado do carnaval, estão a alegria, a expansão, a expressão ritual da agressividade, a expressão mais livre dos apetites corporais, da gula, da luxúria. Do lado da quaresma, estão o comedimento, a tristeza, a desolação, os jejuns, a contenção.

A dimensão civilizatória e universalizante do carnaval e seu papel ativo na conformação da cultura pública, festiva e grotesca medieval foram demonstrados pelo crítico literário russo Mikhail Bakhtin em seu estudo sobre a obra de François Rabelais intitulado *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*, traduzido e publicado no Brasil em 1987. O historiador inglês Peter Burke abordou também, em seu livro *A cultura popular na Idade Moderna*, traduzido e publicado no Brasil em 1989, o lugar fundamental ocupado por essa festa na constituição do repertório comum da cultura popular no Ocidente entre os séculos XVI e XVIII.

cultural carnavalesco. Muitos outros carnavais emergiram de modo mais marcado nas diferentes regiões do país, incentivados também pelas políticas culturais e de turismo interessadas em afirmar mais amplamente a particularidade das expressões culturais locais. Vale mencionar os carnavais de Salvador (BA), com seus trios elétricos e blocos afro; de Olinda, com seus gigantescos bonecos, e Recife (PE), com o frevo, os maracatus, os ursos e escolas de samba; de Belém (PA), com os cordões de bicho e escolas de samba; de Manaus (AM), com as escolas de samba e o carna-dor. Mesmo na cidade do Rio de Janeiro, local de nascimento das escolas de samba e onde até nossos dias elas ocupam lugar de honra no gosto popular e na imagem turística e televisiva da cidade, podem ser atestadas a diversidade e a pujança dos blocos de rua em diversos bairros, dos bandos de Clóvis no centro e nos bairros periféricos.

Muito talento, criatividade e trabalho se fazem presentes na diversidade das celebrações carnavalescas, que, ao mobilizar amplos segmentos da população citadina, atraem também turistas de todo o mundo.

Como folgado popular, as brincadeiras do carnaval foram durante um bom tempo foco de interesse dos estudiosos do folclore brasileiro e dos cronistas e jornalistas que muitas vezes tomaram parte ativa na construção social da festa urbana. Nos anos 1970, o carnaval emergiu na bibliografia das ciências sociais como tema de interesse nos estudos de antropologia urbana e dos rituais, e logo ingressou de modo decisivo no centro do interesse acadêmico com *Carnavais, malandros e heróis*, por uma sociologia do dilema brasileiro, de Roberto DaMatta, publicado em 1979. Em 1992, a publicação de *O carnaval brasileiro: o vivido e o mito*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, viria corroborar o grande interesse pelo tema. São marcos de referência importantes para a produção contemporânea e, significativamente, ambos enfatizam o lugar das escolas de samba do Rio de Janeiro em suas abordagens.

Carnavais, malandros e heróis, de Roberto DaMatta (1979), marcou época por sua originalidade e escopo interpretativo. O livro dialoga com autores marcantes no pensamento social brasileiro — Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Câmara Cascudo, Amadeu Amaral, Florestan Fernandes, entre outros —, que elaboraram ou problematizaram em sua obra representações simbólicas da nacionalidade. Insere-se firmemente, ao mesmo tempo, na tradição antropológica dos estudos dos rituais, compreendidos como um plano da ação coletiva onde se encontrariam dramatizados os valores centrais e duradouros da vida social. Aquilo que, em suma, “faz o Brasil, Brasil”, para utilizar uma feliz expressão do autor.

Num fraseado mais acadêmico, trata-se de compreender a especificidade cultural e sociológica da participação de uma sociedade periférica num sistema mundial capitalista que tem como valor crítico a ideologia burguesa da democracia e dos direitos iguais. A tese central do livro é a da permanente tensão vivida na sociedade brasileira entre dois universos de valores opostos: o mundo holista e hierárquico regido pelo código da “patronagem” e do “jeitinho”, e o mundo democrático e fragmentado, regido pelos valores individualistas.

Sem que o livro como um todo possa ser reduzido a esse ponto, vale assinalar que um dos rituais centrais cuja análise sustenta a tese

elaborada é justamente o grande desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, onde se revelaria um traço decisivo da nacionalidade. Como ocorreria nas demais organizações sociais que dialogam com as estruturas de relações sociais vigentes na realidade brasileira (o bloco, a tenda espírita, quem sabe o partido?, o clube de futebol), nas escolas de samba uma ideologia igualitária seria superimposta a um núcleo familístico, patronal, autoritário, dotado de ideologia claramente

hierárquica. Ao garantirem o controle de seu centro organizacional, ao mesmo tempo que se abrem a participação de todos no ritual, as escolas de samba produziram uma brecha no sistema social, provocando uma “harmonização das desigualdades”. No ritual carnavalesco, o idioma hierárquico predominante na experiência social mais ampla se transmutaria em linguagem competitiva, igualitária e compensatória.

Carnaval brasileiro: o vivido e o mito, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992), é um contraponto à abordagem proposta por DaMatta. O interesse da autora pelo carnaval situa-se no contexto de sua ampla

pesquisa da dimensão cultural da vida social, para a qual conflui o imbricamento de sua sociologia com outras áreas de conhecimento — antropologia, história, política, folclore — tão característico do berço disciplinar de nossas ciências sociais. O carnaval é abordado em perspectiva sócio-histórica, que, contraposta a interpretações que simplesmente validariam, no entendimento da autora, a visão nativa da sociedade sobre si mesma, enfatiza a primazia da análise do que é “vivido” sobre o que seria apenas “sentido”. O “vivido” é um termo que alude à dimensão propriamente sociológica da vida social, no sentido em

que, muito embora os fatos sejam sempre categorizados pela sociedade para pensar a si própria, essas ideias seriam sempre fortemente determinadas por outras dimensões sociais — as mudanças na festa carnavalesca, por exemplo, correspondem sempre a mudanças ocorridas na sociedade urbana. Aquilo que é efetivamente “vivido” teria, assim, primazia sobre o que é apenas “sentido” e expresso no “mito” — noção que, tal como manuseada por Pereira de Queiroz, aproxima-se mais do que chamaríamos, no jargão antropológico, de representações nativas, aquelas ideias que os membros de uma sociedade fazem de si mesmos. A

autora examina a presença portuguesa, e mesmo europeia, na formação do carnaval brasileiro, traça excelente quadro da evolução do carnaval

no Rio de Janeiro e aborda, entre outros aspectos, o problema da presença do mecenato do jogo do bicho no universo das escolas de samba cariocas. Em especial, afirma-se nessa obra a salutar convicção da capacidade de adaptação e renovação dessa festa urbana. Quando uma velha forma de carnaval se perde no tempo, outra logo lhe toma o lugar. Ao invés de destruir-se pela desorganização e reorganização da sociedade em novos moldes, a festa ganha sempre novo impulso e nova

configuração. É preciso compreender as mudanças em seus próprios termos e abrir a interpretação sociológica para o que trazem de novo.

Pereira de Queiroz propôs assim uma abordagem aberta da rica e suntuosa parada das escolas de samba, vistas como o núcleo da festa na cidade, e enfatizou a natureza agonística da disputa festiva e seus efeitos sociais integrativos. Em especial, sinalizou uma direção de análise que segue na contramão da forte tendência romântica que marca as análises sociológicas e antropológicas da cultura popular, vendo na festa carnavalesca brasileira a demonstração da expressiva presença da

tradição cultural barroca na configuração da cultura popular contemporânea.

Tomados em conjunto, esses dois livros, que expressam perspectivas analíticas e interpretativas diversas, descortinam um amplo horizonte de questões e debates. Com eles, a festa carnavalesca ergueu-se como amplo tema de investigação contemporânea.

A natureza cíclica da festa carnavalesca, seu forte apelo aos sentidos humanos, a multiplicidade de seus meios expressivos, sua plasticidade, em suma, tornam-na particularmente adequada à expressão simbólica da

história, dos valores, da dinâmica social dos grupos humanos. Para celebrar o carnaval, entretanto, é preciso refazê-lo sempre. Muito trabalho, cooperação, tensão e conflitos embrenham-se na produção da excepcionalidade do período ritual carnavalesco. O tempo ordinário da experiência social mais ampla e o tempo extraordinário da festa enlaçam-se na linguagem multifacetada e criativa do rito.

SUGESTÕES DE LEITURA

- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília, Hucitec/UnB, 1987.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *O rito e o tempo: ensaios sobre o carnaval*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile* 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, FRJ, 2006.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro e GONÇALVES, Renata de Sá. *Carnaval em múltiplos planos*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2009.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo, Brasiliense, 1999.

O LUGAR
DO CENTRO
E DA

PERIFERIA
Bernardo Ricupero

A discussão sobre “centro” e “periferia” no pensamento brasileiro vincula-se a elaborações que se dão num âmbito mais amplo, latino-americano. O primeiro *locus* importante onde se procura interpretar a relação entre esses dois polos é a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada pouco depois da Segunda Guerra Mundial, em 1947.

É possível encontrar antecedentes a esse tipo de análise na teoria do imperialismo. No entanto, a elaboração anterior à CEPAL preocupava-se principalmente com os países capitalistas avançados, interessando-se pelos países “atrasados” na medida em que desenvolvimentos ocorridos neles repercutissem para além deles.

Também certos latino-americanos, como o brasileiro Caio Prado Jr., o trinidadense Eric Williams e o argentino Sérgio Bagu, haviam chamado a atenção para a vinculação, desde a colônia, da sua região com o capitalismo mundial. Não chegaram, contudo, a desenvolver tal percepção de maneira mais sistemática.

Já no segundo pós-guerra, ganha impulso uma linha de reflexão que sublinha a diferença entre centro e periferia, ao mesmo tempo que enfatiza a ligação entre os dois polos. Na verdade, a maior parte das teorias sociais, econômicas e políticas, apesar de terem sido elaboradas de forma ligada às condições particulares dos países desenvolvidos do Atlântico Norte, as tomava como tendo validade universal. Assim, o marxismo, a teoria da modernização e a economia neoclássica tendiam a considerar que os mesmos caminhos seguidos pelas sociedades em que foram formulados teriam que ser trilhados pelo resto do mundo, “atrasado”.

Já em 1948, o primeiro secretário executivo da CEPAL, o economista argentino Raúl Prebisch, se insurge contra o que chama de “falso sentido de universalidade” da teoria econômica quando “contemplada da periferia”.

Antes da CEPAL, a economia latino-americana era entendida principalmente em referência à teoria das vantagens comparativas, elaborada por David Ricardo. Segundo esse economista clássico inglês, haveria uma especialização de cada país na produção de determinadas mercadorias, o que refletiria a disponibilidade dos fatores produtivos no seu interior.

Em consequência, se criaria uma divisão internacional do trabalho, com os países latino-americanos possuindo uma verdadeira “vocação agrícola”, devido à sua disponibilidade de terras. Segundo esse modelo, era comum considerar que, na região, a indústria seria “artificial”, já que não correspondia às suas “vantagens comparativas”.

Numa outra orientação, Prebisch sustenta que a propagação do progresso técnico não seria homogênea. Como resultado, se formariam o centro industrial e a “vasta e heterogênea” periferia da economia mundial. Mais especificamente, na periferia o progresso técnico se limitaria a incidir sobre os setores que produziriam alimentos e matérias-primas para o centro. Portanto, junto com o setor da economia voltado para a produção para fora, apareceria outro, de subsistência, que se poderia considerar como pré-capitalista. Em outras palavras, a economia da periferia seria heterogênea e desintegrada, o que contrastaria com o centro, que possuiria uma economia homogênea e integrada.

Além do mais, a periferia transferiria para o centro parte do resultado de seu progresso técnico. Isso ocorreria já que, nas fases decrescentes do ciclo econômico, os preços dos produtos industriais do centro decresceriam menos do que os dos produtos primários da periferia. Dessa maneira, se teria o que o economista argentino chamou de deterioração dos termos de intercâmbio.

Por sua vez, o economista brasileiro Celso Furtado, partindo de referências cepalinas, leva bem mais longe a análise sugerida por Prebisch. Mantém, porém, a inspiração da agência, ao procurar entender

a situação específica dos países periféricos, o que deveria abrir caminho para um esforço autônomo de elaboração teórica.

Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, livro de 1961, Furtado radicaliza o argumento sobre a relação entre centro e periferia, sugerindo a vinculação indissociável entre subdesenvolvimento e desenvolvimento. Com base nessas referências, propõe uma nova maneira de compreender o subdesenvolvimento, não como tinha

sugerido a teoria da modernização, como uma etapa pela qual todas as economias teriam que passar, mas como um processo particular, derivado da penetração de modernas empresas capitalistas em estruturas arcaicas.

O subdesenvolvimento, caracterizado por uma economia dual, corresponderia, em outras palavras, a “um processo histórico autônomo”. Ou seja, o subdesenvolvimento não deveria ser tomado como fase em direção ao desenvolvimento, mas como resultado da própria expansão da economia industrial.

No entanto, nem todas as economias subdesenvolvidas seriam iguais. Além daquelas caracterizadas pelo dualismo a que se fez alusão, nas quais coexistiriam um núcleo voltado para o mercado externo e um setor de subsistência, com baixa monetarização, teria surgido uma estrutura mais complexa. Nela, além dos outros dois setores, apareceria mais um, também voltado para o mercado interno, mas monetarizado.

Como o autor já havia apontado, ao estudar o Brasil da grande Depressão dos anos 1930, se criariam, nas fases decrescentes do ciclo, condições favoráveis para as atividades voltadas para o mercado interno, inclusive as industriais. Mas se na fase inicial do “desenvolvimento de dentro para fora” o dinamismo se daria pelo lado da oferta, no “desenvolvimento de fora para dentro” o fator dinâmico se encontraria na procura, já que ela não poderia ser atendida pela oferta externa.

Em outros termos, se teria uma modalidade particular de industrialização, que ficou conhecida como de “substituição de importações”. Mais importante, nas estruturas subdesenvolvidas mais complexas, em que já existiria uma indústria que produziria para o mercado interno, se abriria caminho para transformações estruturais do sistema. Muitos governos latino-americanos, boa parte deles identificados com o que foi chamado de populismo, favoreceram tal

orientação econômica, buscando industrializar seus países.

Por outro lado, desde o golpe militar no Brasil, em 1964, o ambiente político parecia já não favorecer políticas desse tipo. Outros golpes logo se sucederam pela América Latina, espalhando o autoritarismo pela região.

Foi como funcionários de uma organização ligada à CEPAL, o Instituto Latino-Americano para o Planejamento Econômico e Social (ILPES), criado em 1962, que o sociólogo brasileiro exilado no Chile, Fernando Henrique Cardoso, e o sociólogo chileno Enzo Faletto escreveram o manuscrito do texto que foi publicado, em 1969, com o título *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. O trabalho procura entender os golpes de Estado que proliferaram então pelo subcontinente.

Para tanto, Cardoso e Faletto buscam realizar uma “análise integrada” do desenvolvimento, que, para além da economia, como tinha feito a CEPAL, levasse em conta também seus aspectos sociais e políticos.

Quanto ao primeiro fator, argumentam que “o desenvolvimento é, em si mesmo, um processo social”. Nesses termos, “o desenvolvimento não deveria ser interpretado de forma neutra, como um simples processo cumulativo, mas como o resultado de conflitos entre diferentes grupos, forças e classes sociais, que procurariam impor sua dominação.

Além do mais, ao se buscar a dimensão social e política do desenvolvimento, seria indicado que ele não ocorre em termos deterministas, nem de forma voluntarista. Esse aspecto é central para a análise. Até porque o que se está defendendo é que haveria certa

margem de manobra para as diferentes classes, grupos e forças sociais agirem, a partir dos limites estruturais nos quais se encontram. Portanto, a superação das “barreiras estruturais” ao desenvolvimento dependeria principalmente da ação política. Ou seja, a margem de manobra para o desenvolvimento seria representada pela política.

De maneira complementar, a análise procura principalmente as conexões entre os determinantes internos e externos, o que implicaria não pensar numa relação mecânica entre os dois polos. Mais particularmente, o externo se manifestaria principalmente na relação

entre grupos e classes no âmbito nacional.

Cardoso e Faletto não foram, entretanto, os únicos autores

identificados com a teoria da dependência. Além deles, que desenvolveram sua crítica à CEPAL a partir da própria agência, apareceram outros autores, como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, com postura explicitamente marxista. A maior parte deles esteve ligada ao Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) da Universidade do Chile.

No entanto, apesar da maior distância em relação à CEPAL, muitas das formulações desses autores, como a oposição “metrópole x satélite”, são derivadas da antítese cepalina entre centro e periferia da economia capitalista. Além da própria CEPAL, também as teses do neomarxista norte-americano Paul Baran influenciaram os dependentistas “marxistas”, em especial aquela segundo a qual, num processo mundial de acumulação, o capitalismo produz tanto desenvolvimento em certas regiões como subdesenvolvimento em outras.

As implicações políticas que os dependentistas “marxistas” retiram de sua análise são bastante distintas das indicadas por Cardoso e Faletto.

Como Furtado e outros, eles consideram que, conjuntamente à fase de aprofundamento da industrialização por substituição de importações, que coincide com a proliferação de golpes militares pela América Latina, haveria uma estagnação da economia da região. Isso ocorreria em razão de o mercado interno ser pequeno para garantir a economia de escala exigida pelas indústrias intermediárias e de bens de capital. Assim, diversamente das várias possibilidades abertas à ação política enxergadas por Cardoso e Faletto, consideram que haveria uma só opção à estagnação: o socialismo.

A principal tese do mais conhecido dos dependentistas “marxistas”, a de Gunder Frank, está resumida no título de seu livro mais conhecido: *Desenvolvimento do subdesenvolvimento*, de 1964. Baran argumenta que foi o desenvolvimento dos países atualmente desenvolvidos que produziu o subdesenvolvimento dos países hoje subdesenvolvidos. Isto é, a estrutura econômica, social e política de países satélites, como os da América Latina, seria um reflexo das determinações vindas das metrópoles imperialistas.

O argumento de Frank, de que a América Latina seria capitalista desde a colonização, provocou intensa polêmica, estimulando o que ficou conhecido como o debate sobre o modo de produção. A crítica com

maior repercussão foi formulada pelo teórico argentino Ernesto Laclau. Sua principal tese é que Frank dava prioridade às relações comerciais que ligam a América Latina à Europa, e não às relações de produção presentes nas formações sociais da região, como seria próprio da teoria marxista.

Têm crescido, nos últimos anos, críticas de outra natureza às análises que ressaltam a relação entre “centro” e “periferia”. Aponta-se, por exemplo, para o fato de que essas interpretações, apesar da perspectiva crítica que adotam em relação à teoria da modernização, mantêm muitos dos seus pressupostos, como a busca pelo crescimento econômico, a industrialização e a centralidade atribuídos ao Estado. Mais ainda, a se enfatizar o peso das estruturas sociais, se perde de vista o papel da agência humana.

Certos críticos pós-estruturalistas chegam a questionar a própria noção de “centro” e “periferia”, defendendo que essas posições não sugeririam perspectivas particulares. Ao contrário, argumentam que todas as sociedades teriam que enfrentar basicamente as mesmas questões. Tal postura, ao cancelar as diferenças, traz, entretanto, certas implicações. Não percebe, em especial, que “centro” e “periferia”, apesar de ligados, se encontram em situações desiguais no interior do capitalismo.

No entanto, possibilidades bastante interessantes e não evidentes para uma análise “centro” e “periferia” são indicadas quando se estende esse tipo de investigação para além de seus domínios tradicionais, como a economia, a sociologia e a política. Especialmente sugestiva é a interpretação de Roberto Schwarz sobre Machado de Assis, cujos primeiros trabalhos apareceram já na década de 1970.

O crítico literário mostra que a obra do romancista, ao mesmo tempo que incorpora uma dada realidade social do capitalismo periférico, também faz parte de um conjunto de trabalhos que pretendem criar a literatura brasileira. Os dois desenvolvimentos são, até certo ponto, complementares. De início, é bastante comum, em literaturas que experimentam situações similares à brasileira, traduzir obras europeias, ou então decalcar, sem maiores cuidados, seus enredos em um novo cenário.

É preciso, portanto, esperar algum tempo para que as condições brasileiras sejam internalizadas na nossa literatura, não mais como exotismo forçado e reprodução de fórmulas prestigiosas. Nos romances em questão, isso ocorreria quando a voz narrativa é assumida pelo

senhor de escravos, que tenta se passar por civilizado, o que estaria ligado à própria situação do país no capitalismo internacional.

Paradoxalmente, nessa espécie de “torção”, operada na periferia, haveria a aproximação à verdade do centro capitalista. Até porque muito do que é encoberto no centro poderia ser revelado, sem maiores subterfúgios, na periferia. Tal situação ajudaria a explicar boa parte das realizações da literatura russa, assim como as de um autor como

Machado de Assis, “mestre na periferia do capitalismo” e “periferia”
Em outras palavras, a perspectiva de análise “centro” e “periferia” não deixa, com ironia, de criar possibilidades inusitadas para a América Latina. Não por acaso, se normalmente a região é vista como consumidora de ideias e não como produtora, a elaboração teórica empreendida desde a criação da CEPAL destoa dessa presumida tendência, com repercussão mundial.

SUGESTÕES DE LEITURA

BIELCHOWSKY , Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* Rio de Janeiro, Record, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO , Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México, D.F., Siglo Veintiuno, 1988.

FRANK, André Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina* Buenos Aires, Ediciones Signos, 1970.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARZ , Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1992.

CIDADANIA E DIREITOS

Maria Alice Rezende de Carvalho

Na mídia em geral, nos discursos políticos, em mensagens publicitárias, na fala de diferentes atores sociais, enfim, nos diversos contextos em que a comunicação se faz presente, deparamo-nos repetidas vezes com a palavra cidadania. Esse largo uso, porém, não torna seu significado evidente. Ao contrário, o fato de admitir vários empregos deprecia seu valor conceitual, isto é, sua capacidade de nos fazer compreender certa ordem de eventos. Assim, pode-se dizer que, contemporaneamente, a palavra cidadania atende bastante bem a um dos usos possíveis da linguagem, a comunicação, mas caminha em sentido inverso quando se trata da cognição, do uso cognitivo da linguagem. Por que, então, a palavra cidadania é constantemente evocada, se o seu significado é tão pouco esclarecido?

Uma resposta possível a essa indagação começaria por reconhecer que há considerável avanço da agenda igualitária no mundo e, decorrente disso, a valorização sem precedentes da ideia de direitos. De fato, tornou-se impossível conceber formas contemporâneas de interação entre indivíduos ou grupos sem que a referência a direitos esteja pressuposta ou mesmo vocalizada. Direitos, por isso, sustentam uma espécie de argumentação pública permanente, a partir da qual os atores sociais agenciam suas identidades e tentam ampliar o escopo da política de modo a abarcar suas questões. Tais atores constroem-se, portanto, em público, pressionando o sistema político a reconhecer direitos que julgam possuir e a incorporá-los à agenda governamental.

O fenômeno é mundial, afeta de modos e em graus distintos todas as sociedades e aponta para uma democratização progressiva e sustentada das repúblicas — mesmo daquelas de longa tradição democrática. Aponta também para passagens contínuas da condição de indivíduo à de cidadão, na medida em que temas do domínio privado, que por sua incidência e relevância sejam amplamente debatidos na esfera pública, podem influenciar o sistema político a torná-los matéria de interesse geral e, no limite, direitos positivados. No Brasil, exemplo eloquente dessa possibilidade é a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que tipificou e definiu a violência doméstica e familiar contra a mulher, após anos de luta da farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes junto a entidades nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos.

Em suma, reconhecer a centralidade que assumiu o debate sobre direitos ajuda a entender a atual onipresença da palavra cidadania. Mas avançar na elucidação desse fenômeno impõe perceber que, ao lado da valorização dos direitos, se desenvolve igualmente a crença em que o caminho para efetivá-los é a mobilização pública do sentimento de justiça, e não a ativação de métodos personalistas de acesso a eles. Em outras palavras, considera-se cada vez mais importante que os direitos estejam fortemente conectados com a plena autonomia política dos indivíduos, a fim de que não sejam vividos como “favores” concedidos por governantes, filantropos, patronos ou equivalentes.

Portanto, a força da palavra cidadania nesse começo do século XXI decorre da conjugação de dois movimentos, que nem sempre caminham juntos: a democratização social e a democratização das instituições republicanas, o que pode ser comprovado pelo fato de que, em todo o mundo, as lutas recentes por integração a comunidades políticas têm ocorrido em escala compatível com as alargadas demandas por igualdade social. Ilustra tal afirmação o ativismo de jovens das periferias das grandes cidades. Nesse tipo de ativismo, a inovação cultural, o protesto e a violência são indícios de que nas margens das megalópoles contemporâneas, de Paris a São Paulo e a Mumbai, não estão presentes apenas expectativas de natureza securitária, mas também o desejo de cidade, a luta por reconhecimento e autonomia.

Em resumo, a moderna história da cidadania no Ocidente é uma história de lutas atinentes a diferentes processos nacionais de construção e democratização de estados de direito. A despeito dessas diferenças, pode-se dizer que até meados do século XX tais lutas compreenderam duas florações de direitos individuais. A primeira é a que concerne à segurança e propriedade do indivíduo, bem como à sua integração à comunidade política. Emerge de um sistema de leis universais e abstratas emanadas do Estado, cuja legitimação decorre dessa racionalidade jurídico-formal. Porém, à medida que crescem as pressões sociais por justiça material, o direito estatal se torna menos formalista e abstrato, assumindo um caráter socialmente integrador. Chamam-se, então, direitos (individuais) de segunda geração os que concernem à participação dos cidadãos na riqueza coletiva. São eles, entre outros, o direito à moradia, à saúde e à educação básica — este último, o principal

bem social, na medida em que favorece a conquista e/ou fruição dos demais direitos.

Assim, até o segundo pós-guerra, a cidadania descansou sobre uma concepção de igual valor dos indivíduos, concebidos como partícipes de um patrimônio civilizatório comum. E um dos mentores dessa narrativa foi o sociólogo inglês T. H. Marshall, no livro *Citizenship and social class*, publicado em 1950, no qual se lê que a institucionalização dos direitos

civis, políticos e sociais resume o andamento das conquistas cidadãs, no período compreendido entre os séculos XVIII e XX. Trata-se,

evidentemente, de uma descrição evolucionária do processo de modernização na Inglaterra, que costuma ser apreendida normativamente, isto é, como receita para todos os contextos nacionais — o que não era a intenção do autor. No Brasil, um dos trabalhos de referência sobre o tema é o de José Murilo de Carvalho, intitulado *Cidadania no Brasil — o longo caminho*, que apresenta a história da afirmação da cidadania entre nós, chamando a atenção para o presente

esforço de construção da consciência social sobre as liberdades civis e políticas, a partir da Constituição de 1988.

Críticas mais recentes ao trabalho de Marshall enfatizam a tendência do autor em tomar a comunidade nacional como um status autoevidente, conferindo pouca importância a princípios e instituições transnacionais, que, na conjuntura em que foi publicado seu livro, jogaram papel relevante no debate sobre direitos. Exemplo disso é a entrada em vigor da Convenção Europeia sobre Direitos Humanos — CEDH —, em 1950, e os dois acordos internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ambos em 1966), que permitiram que grupos de não cidadãos em território nacional reivindicassem direitos incluídos em tais convenções.

Assim, em meados dos anos 1960 e principalmente na década seguinte, a história da cidadania no Ocidente conhecerá importante mutação. Entrava em cena uma terceira onda de direitos, que, contudo, não mais se refere exclusivamente a indivíduos, podendo abranger grupos, etnias, nações e a própria humanidade, em seu direito a um meio ambiente equilibrado, à paz ou à transmissão do patrimônio ecológico

e/ou cultural às gerações futuras, isto é, aos cidadãos que ainda virão. A emergência de tais direitos, ditos genericamente coletivos, coincide com

mudanças institucionais e culturais profundas no mundo ocidental.

Em primeiro lugar, no plano institucional, as Constituições que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, bem como as que sucederam os regimes autoritários dos anos 1970 na América do Sul, passaram a explicitar, em seus preâmbulos, direitos e valores que podem ser evocados em defesa de indivíduos e grupos que se sintam lesados por leis derivadas da vontade da maioria. São Constituições, portanto, que

internalizaram uma concepção do justo e que, para a sua consecução, não podem prescindir de um Poder Judiciário autônomo e ativo. Na Constituição brasileira de 1988, por exemplo, encontra-se a afirmação de que um dos fundamentos do Estado brasileiro é a dignidade da pessoa humana, o que significa que o princípio da dignidade deverá informar o sistema legal do país. Caso isso não ocorra, ou haja disputas quanto ao sentido atribuído à noção de dignidade, o Supremo Tribunal Federal poderá ser mobilizado a se pronunciar, como órgão da razão pública. Diz-se, afinal, que a Carta de 1988 é cidadã exatamente porque, dentre outros dispositivos, adotou uma concepção de direitos e um controle de constitucionalidade de grande valor para a promoção da cidadania.

Além disso, como os sistemas legais não podem pretender regular a totalidade das experiências sociais, principalmente no ritmo requerido pelas transformações culturais em curso, delegaram-se atribuições do Poder Legislativo ao Judiciário, ou, mais precisamente, do legislador ao juiz, o qual, atuando na ponta do sistema, “cria” normas para casos concretos. No Brasil, esse fenômeno pode ser mais facilmente notado em matérias que costumam envolver altos custos eleitorais e que, por isso,

durante anos, permanecem carentes de regulamentação pelo Poder Legislativo, como é o caso da questão do aborto, das pesquisas com células-tronco, do reconhecimento de direitos previdenciários a companheiros homossexuais etc. Em suma, institucionalmente, observa-se o avanço do Poder Judiciário sobre quase todos os temas e dimensões da vida social. E esse avanço é a grande marca das democracias ocidentais nesse começo de século.

No plano sociocultural, a complexa estratificação do mundo pós-fordista, que aprofunda a segmentação dos trabalhadores e,

consequentemente, distancia seus respectivos interesses, que corrói o sentimento de identidade de classe, tal como ela existiu no século XIX, é,

por outro lado, o cenário em que também surgem novas identificações entre humanos e possibilidades inéditas de coesão em torno da defesa de recursos naturais ou dos direitos do consumidor — apenas para mencionarmos algumas das frentes em que se organiza a cidadania. O resultado, contrariando expectativas pessimistas e previsões apocalípticas, tem sido a ampliação do espectro de lutas coletivas, que, contudo, deixa de ter como eixo os interesses de classe, substituindo-os

pelos *interesses da cidadania*.

Em suma, esse é um mundo novo, em que se ensaiam inéditas possibilidades de atuação sobre ele. Por ora, os institutos jurídicos, se comparados com os do início do século xx, ganharam extraordinária robustez, e tendem a ser mobilizados em defesa da cidadania. Em todo o mundo, porém, milhões de indivíduos e grupos ainda lutam por ingressar no universo dos direitos e das liberdades.

SUGESTÕES DE LEITURA

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil— o longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

CITTADINO, G. “Igualdade e ‘invisibilidade’” *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, Instituto Ciência Hoje, vol. 37, n. 221, nov., 2005.

MARSHALL, T. H., *Citizenship and social class* Cambridge, Cambridge University Press, 1950.

WERNECK Vianna, L. *et al. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* Rio de Janeiro, Revan, 1999.

CIÊNCIA
& TECNOLOGIA
NO BRASIL:

UM TEMA
SEMPRE ATUAL

Silvia Figueirôa

A inclusão de um verbete dedicado ao tema da ciência e tecnologia neste livro, por si só, já diz muito sobre as mudanças ocorridas na produção acadêmica em Ciências Humanas e Sociais no Brasil, pois há cerca de duas décadas ainda era corrente a visão de que não houve atividades científicas e tecnológicas dignas de nota em nosso passado — até porque universidades não surgiram aqui antes do século xx, malgrado a existência de instituições de ensino superior, como as Faculdades de

Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro ou a Academia Real Militar (para a formação de engenheiros), por exemplo. A alteração de perspectiva deve ser creditada aos novos aportes dos chamados Estudos Sociais das Ciências, que implicam, sobretudo, a História das Ciências (isto é, como o conhecimento científico e tecnológico se desenvolve no tempo) e a Sociologia das Ciências (ou seja, quais normas e condutas guiam o empreendimento científico e/ ou tecnológico) e, em menor escala, a Antropologia das Ciências (como o conhecimento científico e tecnológico se constitui enquanto cultura própria e como se dá seu fazer, na prática, pela “tribo” dos cientistas). Essa produção renovada, cujo caminho foi aberto pelos trabalhos pioneiros de Maria Amélia Dantes na virada para os anos 1980, tem recusado os marcos teóricos pensados no Hemisfério Norte, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos — e adequados, portanto, a realidades distintas —, os quais não permitiram identificar e reconhecer a legitimidade da ciência e da tecnologia feitas nos trópicos. Hoje vigorosa, essa produção acadêmica conta dezenas de autores que não serão explicitamente citados aqui, pelo risco (humano) de esquecimento, mas as sugestões de leitura ao final deste texto, ao priorizarem obras coletivas e revistas da área, visam contemplá-los em sua grande maioria.

A noção de que o Brasil foi um deserto para assuntos e práticas científicas foi construída a partir das análises, srcinais e inovadoras para a época, desenvolvidas por Fernando de Azevedo (1894-1974) em seu trabalho seminal *A cultura brasileira*, de 1943, que conheceu uma edição em inglês logo em 1950 (vinda à luz em Nova York, pela Macmillan). A tese central do capítulo sobre a cultura científica presente no livro de 1943 é a de que as ciências se desenvolvem apenas em sociedades industrializadas e urbanizadas. Assim sendo, o atraso científico e tecnológico brasileiro resultaria da combinação de políticas

coloniais obscurantistas, que teriam, pura e simplesmente, estimulado a exploração econômica, aliadas à presença dominante da Igreja católica e do ensino concentrado em suas mãos. Tal noção foi reforçada nos dois volumes da obra coletiva *As ciências no Brasil*, por ele organizada em 1955. Essa é uma tese que soa familiar mesmo aos leigos e que não ficou restrita à História das Ciências, como se pode ver na História da Educação no Brasil, por exemplo.

As críticas a essa concepção — e a substituição da mesma — começaram a aparecer com força nos anos 1980, valendo-se, de um lado, de um movimento mais amplo de renovação na História e Sociologia das Ciências e, de outro, de um “redescobrimto” da América Latina também nesses campos. As (nem tão) novas abordagens do binômio Ciência e Tecnologia (muitas vezes sintetizado pela sigla C & T) preocupam-se mais em analisar os processos de construção do conhecimento do que somente seus produtos finais. Por outro lado, procuram demonstrar que as afirmações científicas que se assumem como “verdadeiras” derivam de processos sociais — isto é, são produtos de negociações, disputas e consensos dentro de uma comunidade, e não apenas reflexos diretos e objetivos da Natureza. A produção do consenso científico implica diversos fatores, como diferentes concepções e modos de ver o mundo, diferentes universos sociais e culturais, fidelidade a determinadas teorias ou correntes de pensamento, compromissos políticos, institucionais e mesmo pessoais, quantidade e origem do financiamento à pesquisa, envolvimento do público e da mídia, relações de poder, dentre outros. Os estudos de controvérsias científicas, bastante frequentes nos anos 1970-80, mas ainda presentes na atualidade, foram precursores na revelação dessa trama, inextricável e complexa, de fatores relevantes à construção do conhecimento em C & T.

Esse processo de repensar a Ciência e a Tecnologia acabou por redescobrir o Brasil desse ponto de vista, focando o olhar nas suas instituições, práticas e personagens, desde os tempos coloniais. No bojo dessas discussões, a ideia de que a ciência seria universal passou a ser fortemente questionada. A “ciência universal” era vista sempre como ciência europeia, daí as tentativas fracassadas de encontrar fora dessa região a mesma ciência tal como ali era praticada. Para enfrentar essa quase ideologia, buscaram-se alternativas para o estudo da C & T no

contexto real da América Latina. Nessa renovação, a ênfase recaiu no historiar as práticas científicas concretas que encontraram abrigo nas instituições locais, foram por elas produzidas e, nessa dinâmica, ajudaram a produzir as próprias instituições.

Então, quais as características (e os limites) dessa prática científica em terras brasileiras? Uma das constatações importantes das pesquisas que se vêm acumulando há pelo menos duas décadas é a de que a

ciência que se desenvolve e se pratica no Brasil, em linhas gerais, é antes a continuidade de um processo, e não sua ruptura. Isto é, aos espaços institucionais já existentes desde a colônia — dos quais muitos ainda seguem atuantes, com maiores ou menores modificações — somaram-se constantemente novos locais para as atividades científicas. E por “espaços institucionais” pretende-se conceber as instituições científicas como algo mais abrangente, ou seja: produtos de processos de implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas num determinado espaço-tempo histórico.

Os espaços institucionais onde se praticava e por meio dos quais se comunicava ciência foram, em grande parte, criados após a transferência da corte para o Brasil em 1808. *Grosso modo*, podem ser subdivididos em alguns grupos: escolas profissionais, associações científicas, museus, jardins botânicos, observatórios astronômicos, comissões científicas e periódicos. Em relação às escolas profissionais, podemos citar as que seguiam desde a colônia, embora tenham vindo a sofrer modificações significativas no Império e na República: escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e, para a engenharia, a Academia Real Militar (depois sucessivamente transformada em Escola Militar, Escola Central e Escola Politécnica do Rio de Janeiro). Devem ser somadas a Escola de Minas de Ouro Preto, a Escola Politécnica de São Paulo e as diversas escolas de engenharia que se espalharam pelo Brasil a partir do século xx. Já as primeiras universidades só viriam a surgir na década de 1920, no Rio de Janeiro, e em 1934 em São Paulo, instalando um novo paradigma que, ao aliar a pesquisa ao ensino superior, foi progressivamente deslocando para essas instituições o *locus* privilegiado da pesquisa e da reflexão inovadoras.

Quanto aos museus, destaca-se quase solitário o Museu Nacional, um dos locais privilegiados para a pesquisa em ciências naturais e guarda de

coleções de produtos da História Natural do Brasil (que não se dissociava de aspectos da Etnografia e Arqueologia locais). A ele seguiram-se o Museu Goeldi e o Paulista (originalmente dedicado à História Natural, sobretudo Zoologia), dentre outros, que atravessaram o século XX e seguem até hoje em grande atividade.

Pensando nas associações científicas, essa nova produção acadêmica como que descobriu os Institutos Históricos e Geográficos como locais de

ciência: sintonizados com a modernidade da época, particularmente o Brasileiro (IHGB), o mais antigo de todos (fundado em 1838) e situado no Rio de Janeiro. O IHGB brilhou sozinho, durante décadas, a partir da corte e, devido ao próprio contexto de sua criação (que não cabe aqui detalhar), sempre recebeu a proteção imperial direta, inclusive com a presença constante do monarca d. Pedro II, que se fez bem mais presente nessa instituição do que em outras. Além dos Institutos Históricos e Geográficos, associações até então quase desconhecidas, como a “Sociedade Velloziana” ou a “Palestra Científica”, emergiram desse

passado obscuro. Tais associações, assim como o Museu Nacional, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, entre outros, publicaram periódicos que fizeram circular saberes localmente produzidos ao lado de críticas, opiniões e divulgação de conhecimento estrangeiro. Já nas últimas décadas do século XIX começam a surgir associações que mesclavam questões técnico-científicas e profissionais, como no caso dos engenheiros, que se congregaram no Instituto Politécnico Brasileiro e no Club de Engenharia, por exemplo, a fim de discutir desde temas como as secas do Nordeste brasileiro até ações para valorização social e

profissional da categoria. Essas associações pavimentaram o caminho para o que viria a ser a marca do século XX nesse âmbito: ao lado da Academia Brasileira de Ciências (ABC, surgida em 1916, como Sociedade Brasileira de Ciências) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, fundada em 1948), proliferaram um sem-número de associações cada vez mais específicas, inclusive para a própria História das Ciências e da Tecnologia (SBHC, 1983).

Não se pode esquecer, sem dúvida, das relações com o público, leigo ou especializado, as quais, num nível mais geral, se intensificaram e se transformaram desde os primórdios da Ciência Moderna no século XVI. A partir da fundação da Imprensa Régia, em 1808, ao lado da publicação

de leis e decretos encontramos livros-texto de conteúdo científico para a educação superior, dentre outros materiais de cunho científico. Um bom exemplo é o periódico *O Patriota — jornal literário, político, mercantil etc.*, cujas páginas estamparam várias “Memórias”, manuscritas ou transcritas, sobre temas científicos e técnicos de interesse. Na área médica, proliferaram os periódicos — não necessariamente atrelados a instituições oficiais —, tornando-se vitais nas disputas entre diferentes

correntes da Medicina brasileira nos séculos XIX e XX. Mas merecem destaque também a *Revista Brasileira*, de matiz menos especializado, que casava divulgação científica e literatura, e os periódicos de instituições e associações especificamente científicas — do Museu Nacional, de Manguinhos, além de muitos outros que surgirão ao longo do século XX, sobre temáticas cada vez mais circunscritas.

Acompanhando o movimento internacional das Exposições Universais — já apropriadamente qualificadas de “vitrines do progresso” pela historiografia —, nossas elites promoveram a participação do Brasil

nesses fóruns a partir da década de 1860, capitaneadas pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que organizava exposições regionais e nacionais.

Sobre as comissões científicas, pode-se mencionar desde aquelas de escopo mais abrangente, como a Comissão Científica de Exploração — também conhecida como “Comissão das Borboletas” —, que funcionou de 1859 a 61, até as de recorte temático um tanto mais restrito, como a Comissão Geológica do Império do Brasil (1875-77) ou a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886-1931), sem falar das diversas

comissões de levantamentos de terras e mapas do Império. Tais comissões foram a base institucional para o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (1907), posteriormente transformado no Departamento Nacional da Produção Mineral (1934). Foi também nos anos 1930 que se criou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), numa chave teórica e institucional complementar, que visava subsidiar o governo federal com dados para a formulação e implantação de políticas de Estado.

A partir da fundação das primeiras universidades — a saber, Universidade de São Paulo (1934), Universidade do Distrito Federal (1935) e Universidade do Brasil (1937) —, a educação superior passa a

crescer dentro desse novo modelo, que agregava as tradicionais escolas superiores preexistentes, como as Faculdades de Medicina, Direito, Farmácia e Engenharia. Por exemplo, a Universidade do Rio de Janeiro foi criada pela união de várias faculdades já existentes em 7 de setembro de 1920, pelo então presidente Epitácio Pessoa, e mais tarde seria rebatizada como Universidade do Brasil, passando à atual denominação Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1965. O mesmo

modelo foi utilizado para a Universidade de Minas Gerais, criada em 1927.

Em meados do século XX, a comunidade científica já merecia essa denominação, sem aspas, e já havia se expandido significativamente. A atuação das universidades já era perceptível, em especial no desenvolvimento de pesquisas científicas não automaticamente aplicadas, o que viabilizou investigações em áreas de ponta, cujo exemplo é o caso emblemático da Física brasileira, com as investigações atômicas onde pontificou, dentre outros, César Lattes. Reflexo ainda

desse cenário foi a institucionalização do fomento estatal à C & T, consubstanciada na criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em 1951, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em 1960 (com início de funcionamento em 1962), seguidos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), em 1967, e das Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais (FAPS).

Claro está que se poderia seguir enumerando instituições científicas e culturais, e personagens conexos. No entanto, vale mais a pena

direcionar o restante do texto para comentar traços que perpassam essas atividades científicas e conferem características comuns à ciência produzida no Brasil até hoje. Um aspecto marcante, particularmente entre as décadas de 1840 e 1870, é o esforço de associação entre a natureza brasileira, as investigações em ciências naturais e a construção da nacionalidade e do “nacional”. Um conceito de “nacional” que se constituía em tensão permanente com o “regional” e a predominância de certas províncias e oligarquias locais no cenário geral brasileiro. Esse aspecto vai marcar, em boa medida, a distribuição desigual das atividades científicas no território, que até a atualidade ainda se concentram no eixo Sudeste-Sul, malgrado os esforços recentes das

agências de fomento para equilibrá-la.

Seguindo a linha do tempo até o presente, é notável o crescimento quantitativo e a continuidade temporal, assim como a especialização dos espaços institucionais, responsáveis não só pela multiplicação, mas também pelas muitas reformas nas instituições preexistentes, as quais repassaram às novas instituições diversas de suas funções e atribuições anteriores, num processo de reordenação interna para acompanhar a

profissionalização e a especialização científicas crescentes, que se impunham mundialmente. A especialização das instituições ao longo dos séculos XIX e XX foi acompanhada, de perto, por um processo de especialização profissional, que tanto aqui como na Europa ou Estados Unidos fez surgir a figura do cientista profissionalizado, em oposição à multiplicidade de papéis exercidos por aqueles, seus predecessores, que se dedicavam à Ciência e à Tecnologia. Com esse entendimento, não causa mais espanto a variedade de temas, de funções e de atividades desenvolvidos por intelectuais de perfil múltiplo, mais presentes até as primeiras décadas do século XX.

Para encerrar esta caracterização, sem, entretanto, esgotar o tema, cabe destacar ainda, como elementos constitutivos, os intercâmbios científicos realizados, consciente e escrupulosamente, pelas instituições e pelos protagonistas da Ciência e Tecnologia brasileiras, quer no âmbito nacional, quer no internacional, dos quais são testemunho relevante, por exemplo, os congressos científicos dos quais participaram ou que aqui organizaram.

Portanto, como foi antecipado no início deste texto, o quadro atual sobre a Ciência e Tecnologia no Brasil, produzido pelo campo dos Estudos Sociais das Ciências diverge diametralmente daquele que vigorou até meados dos anos 1980. A partir dos exaustivos trabalhos de pesquisa empírica de fontes, aliados a um novo referencial teórico, foi possível contrapor um panorama bem mais rico e vigoroso do desenvolvimento de C & T em nosso passado, identificando e ajudando a construir uma tradição, dentro de seus limites espaço temporais. E é gratificante perceber que esse mapa dos conhecimentos científicos e tecnológicos no Brasil dialoga — e ganha novo e mais amplo sentido — com conclusões de trabalhos de áreas distintas. Nesse diálogo com áreas afins reside, acredito, um novo horizonte de pesquisas sobre Ciência e

Tecnologia no Brasil, integrando em definitivo esse tema na cultura e no pensamento social brasileiros.

SUGESTÕES DE LEITURA

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas (org.). *Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2001.

HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro, Access, 2001.

———. (orgs.). *Ciência, civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.

KURY, Lorelay Brilhante et al. *Comissão das borboletas*. Rio de Janeiro, Andréa Jakobsson Studio Editorial, 2009.

Revista Brasileira de História da Ciência disponível em http://www.sbhc.org.br/revistas_anteriores.php.

Revista Manguinhos — História, Ciências, Saúde disponível em <http://www.coc.fiocruz.br/hscience> ou <http://www.scielo.br/hcsm>.

CINEMA
BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO:

RENSAR
A CONJUNTURA
E VIVER IMPASSES
NA SOCIEDADE
DO ESPETÁCULO

Ismail Xavier

“Cinema brasileiro contemporâneo” se refere aqui ao processo que, a partir de 1994, revigorou a produção de longas-metragens depois da crise aguda gerada pelas medidas do governo Collor que, em 1990, fragmentou o quadro institucional da área da cultura, extinguindo, entre outros órgãos, a Embrafilme. As bases para a retomada foram criadas no governo Itamar Franco através da Lei do Audiovisual, esquema de incentivo fiscal que facultava às empresas um gesto de patrocínio feito com dinheiro público.

O sistema de produção amparado na lei conecta cineastas às grandes empresas. Estas decidem onde praticar esse mecenato peculiar sem ônus, havendo uma concentração de recursos nos projetos com maior potencial no mercado, em especial os que buscam parceria com a televisão (Globo Filmes). A associação, para fins de produção e comércio, entre cinema e TV chegou tarde ao Brasil. As corporações que controlam a circulação das imagens no planeta já há tempo adotam fórmulas multimídia, e a conquista de um lugar neste jogo é complexa. Depende, entre outros fatores, de como é gerida a política da comunicação em cada país. O cinema já não é a experiência central da cultura de massa, porém continua um foco poderoso na produção de imaginário e de capital simbólico, ainda de feição nacional, num mundo em que a globalização acentua a crise das identidades gerada pelo novo fluxo de imagens sem fronteiras.

Como parte da indústria cultural, o cinema é uma questão de Estado, sempre objeto de um debate sobre políticas públicas aptas a regular a batalha da construção de imagem e o balanço dos poderes na mídia, para além da avaliação estética dos projetos e da análise do pensamento dos cineastas. No Brasil, tal debate se concentra no campo da produção mais visível ao grande público, uma vez que a legitimidade política da lei de incentivo ao cinema depende da penetração social dos filmes (o dinheiro público do subsídio deve ter efeito mensurável). Vem daí a pressão para que os cineastas alcancem sucesso no mercado.

O comércio tem suas regras, a audiência suas demandas. Uma parcela dos cineastas opta por ajustar-se a elas, adotando convenções assimiladas, sejam as do “filme de ação” que focaliza a violência urbana,

sejam as da comédia que, entre 1995 e 2010, confirmou sua vocação de produto mais popular. *Carlota Joaquina*, de Carla Camurati, foi o filme-símbolo da retomada em 1995, e filmes de Daniel Filho, Guel Arraes e Sandra Werneck, entre outros, marcaram a estabilidade do gênero em meio às oscilações na receita de um cinema que teve um momento de euforia em 2003, quando atingiu seu melhor desempenho no mercado, criando expectativas de uma decolagem que não ocorreu. Prevaleceu a

repetição do padrão histórico: espasmos de sucesso a pontuar uma resposta de público abaixo do desejável.

O quadro acima esboçado diz respeito a um segmento da produção, o de longas-metragens, único em foco neste breve texto. Seria impossível incluir todo o dinamismo cultural da esfera do curta-metragem.

Reconheço certa aridez em começar pela economia política do cinema, mas é dentro de seus parâmetros que o cineasta vem atuar e expressar seu pensamento. A cada novo projeto ele deve decidir o tema, a forma e o modo de inserção de seu filme no arco da produção. Se resolver atuar no campo da comunicação em grande escala, será pressionado a adotar

seu filme será de baixo orçamento e estará inserido no circuito de “cinema de arte” (para simplificar, uso a velha sigla). Nesse dilema, o que para uns é abertura, para outros é limite, seja de invenção estética, seja de alcance de público, e a história dos sucessos de mercado confirma a convergência das mídias como fator decisivo, como se vê pelo papel da Globo Filmes nos casos de cineastas muito diferentes, como Fernando Meirelles, Hector Babenco, Bruno Barreto, Andrucha Waddington e Breno Silveira. Em descompasso com esse setor mais

visível, temos o amplo elenco de autores de distintas gerações que compõem uma dissidência feita de dramaturgias alternativas: Julio Bressane, Paulo Cesar Saraceni, Carlos Reichenbach, Domingos de Oliveira, Murilo Salles, Ana Carolina, Ugo Giorgetti, Lúcia Murat, Beto Brant, Sérgio Bianchi, Karim Aïnouz, Cláudio Assis, Edgar Navarro, Rubens Rewald e José Eduardo Belmonte, entre outros.

Hoje, a mobilização política na área cultural é menor do que, por exemplo, no período de resistência à ditadura (1964-84); o cineasta fala em seu nome, não havendo movimentos aglutinadores como o Cinema

Novo nos anos 1960. O campo de escolhas já não traz as balizas de décadas anteriores, quando o cineasta estava convicto de sua condição de porta-voz da comunidade imaginada (a nação), supostamente mais coesa do que a realidade viria mostrar. Os rumos da cultura e da política minaram essa ideia do “mandato popular” e suscitaram uma nova postura que valoriza o pragmatismo (como ocorre também na vida política) e uma nova forma de interação com os grupos sociais. Um exemplo disso é o recente *remake* de *5 vezes favela*, coordenado por Carlos Diegues: a pedagogia política dos cineastas autores de 1962 é

substituída pelo dar voz e câmera aos favelados para filmar suas próprias histórias, gesto que, em outra moldura, Paulo Sacramento adotou em *O*

prisioneiro da grade de ferro (2004), documentário srainado num curso-oficina para detentos do Carandiru.

Esse gesto de “dar voz” tem sido recorrente nos documentários. Eduardo Coutinho, João Moreira Salles, Evaldo Mocarzel, Eduardo Escorel, José Joffily e outros cineastas despertaram uma adensada discussão estética com filmes voltados para a “construção de sujeitos” (os entrevistados) na interação com o cinema, sejam eles o favelado, o morador de rua, os inquilinos de um edifício, o candidato à Presidência ou os jovens aspirantes a vereadores. Essa postura dominante não exclui outras opções de um cinema político centrado na questão da terra (Tetê Moraes), na experiência do indígena (Andrea Tonacci), nos rituais da Justiça (Maria Augusta Ramos) e na memória do regime militar (Sílvio Da-Rin). No entanto, dissolveu-se aquele senso de urgência histórica que alimentava o Cinema Novo. O cineasta agora aguça o seu olhar para o terreno das contingências e dos indivíduos singulares, com menor ênfase para personagens-tipo que representam uma classe social ou condensam um problema (aqui, há exceções, como *Ônibus 174*, de José Padilha).

o senso de impotência ou a explosão em cadeias de vingança autofágicas e sem controle, na vida doméstica ou na arena pública. Claro que há exceções a essa regra, filmes que oferecem saídas mais construtivas diante de situações variadas; nessa linha, um conjunto significativo de obras afirma um outro motivo recorrente: o da viagem como autossuperação (ou tentativa de).

Central do Brasil (Walter Salles Jr., 1997), o exemplo mais conhecido

dessa vertente, é uma narrativa de redenção que se completa, ao contrário do que acontece em *Terra estrangeira* (Walter Salles Jr., 1994),

ois perdidos na noite suja (Joffily, 2003) e *Deserto feliz* (Paulo Caldas, 2007), que invertem o sentido clássico das migrações, focalizando brasileiros que deixam o país. Outros viajantes retomam a travessia que documenta espaços já antes trilhados pelo Cinema Novo, como o sertão árido. Este adquire uma feição nova como palco de encontros singulares envolvendo estrangeiros, como em *Baile perfumado* (Paulo Caldas e Lírio Ferreira, 1997) ou *Cinema, aspirinas, urubus* (Marcelo Gomes, 2006). E

as estradas do Nordeste ensejam a típica jornada de autossuperação em *O céu de Suely* (Ainouz, 2006) e *Viagem porque preciso, volto porque te amo*

(Ainouz e Gomes, 2010). Nesses casos, tal como em filmes urbanos como *Cidade baixa* (Sérgio Machado, 2005), *Cão sem dono* (Brant, 2007) e *Linha de passe* (Walter Salles, 2008), são frequentes os finais “em suspenso”, que deixam interrogações próprias a um cinema que não quer consolar mas também não quer apenas reiterar o fracasso e a impotência. Emerge uma tonalidade *pop* de leve ironia onde o Cinema Novo acentuava o drama social num quadro em que a migração dos

pobres era compulsória, ao contrário das migrações escolhidas, tão frequentes no cinema atual.

A assimetria de nosso regime de visibilidade mantém a linha divisória entre o grande espetáculo para milhões e outras formas audiovisuais quase ocultas, como é o caso de obras notáveis criadas na fronteira entre o cinema e a videoarte (Arthur Omar, Cao Guimarães, Carlos Nader). Há, porém, um fluxo subterrâneo que às vezes liga os dois polos. Um

exemplo: o documentário para a TV a cabo *Notícia de Paulo Lins* (1998) trouxe a palavra de Paulo Lins e percepções novas da violência que foram apropriadas, a seu modo, por *Cidade de Deus* e *Tropa de elite*.

A convergência das mídias faz mais intenso algo que não é novo mas se transformou em paradigma no circuito das imagens e dos textos. O livro de Paulo Lins vira filme que vira série de TV, mudando de foco a cada etapa. *Guerra de Canudos* (Sérgio Resende), *O auto da compadecida* (Guel Arraes) e *Antônia* (Tata Amaral) trazem experiências distintas

dessas passagens. Um certo padrão de comédia inspirada em autores clássicos da literatura, como Ariano Suassuna, Osmar Lins e Jorge Amado, sela a afinidade entre a teleficção e o filme de sucesso, atualizando uma estratégia de valorização da cultura popular que já teve empenhos políticos mais incisivos, mas agora compõe um gênero da indústria que podemos chamar de nacional-popular de mercado, próprio aos novos tempos em que a ideia de mandato recebido da nação se desloca para a retórica da Rede Globo.

Invertendo essa tendência de industrialização dos estilos, Luiz

Fernando Carvalho traz uma estética barroca e operística para a teleficção (*Os Malas, Captiva*), no cinema, dirige *Lavoura Arcaica* (2001), livro de Raduan Nassar. O circuito das adaptações literárias conduz um diálogo intenso com autores contemporâneos, como Autran Dourado, Sérgio Santana, Lourenço Mutarelli, Lusa Silvestre e Daniel Galera, entre outros. Tal diálogo sugere sintonias no plano temático e formal — *Estorvo* (2000, Ruy Guerra/Chico Buarque) — ou afinidades de espírito que se traduzem na diferença estética — *Hotel Atlântico* (2008, Suzana Amaral/João Gilberto Noll). Há casos em que a parceria se afina e gera o

diálogo de mão dupla, como acontece com Beto Brant e Marçal Aquino, num percurso que adensou a observação de comportamentos de classe,

em *O invasor* (2001), a partir do gênero policial. Esse é um setor rentável na indústria do livro e encorajou a transposição de obras de vários autores, entre eles Rubem Fonseca, Patrícia Melo, Garcia-Roza e Tony Belotto. No diálogo com escritores clássicos, vale o destaque a *Mutum* (2007, Sandra Kogut/Guimarães Rosa) e a *A erva do rato* (2009, Júlio Bressane/Machado de Assis).

Esse encontro de textos (vozes) e imagens no cinema brasileiro tem reiterado um forte traço formal, quase um marco de época: a presença da voz que narra em primeira pessoa sobrepondo seu comentário à cena visível. Esse realce da voz ocorre na comédia, no filme de ação, no drama do sujeito em crise, envolve adaptações literárias e filmes de roteiro srcinal, trazendo um sugestivo contraste com a citada “construção do sujeito” no documentário. Este expulsa a voz explicativa do locutor-narrador e valoriza a palavra do entrevistado, ou seja, do personagem que o olhar da câmera faz personagem, seja em performances *solo* ou num coral de vozes autoafirmativas que tornam o documentário um contraponto ao coro dos ressentidos que apontei na ficção.

SUGESTÕES DE LEITURA

BUTCHER, Pedro. *Cinema brasileiro hoje*. São Paulo, Publifolha, 2005.

DANIEL, Caetano (org.). *Cinema brasileiro 1995-2005: ensaios sobre uma década*. Rio de Janeiro, Azougue, 2005.

LINS, Consuelo e MESQUITA, Cláudia. *Filmar o real: sobre o documentário brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

MENDES, Adilson (org.). *Ismail Xavier — encontros*. Rio de Janeiro, Azougue, 2009.

NAGIB, Lúcia (org.). *The New Brazilian cinema*. Londres, I. B. Tauris & The Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2003.

ORICHIO, Luiz Zanin. *Cinemadenovo: um balanço crítico da retomada*. São Paulo, Estação Liberdade, 2003.

Há um comentário que podemos encontrar com facilidade nos meios de comunicação ou mesmo conversando cotidianamente com nossos amigos: “O carnaval de hoje já não é o mesmo. Transformou-se em um grande empreendimento turístico, dominado por interesses econômicos que nada têm a ver com a verdadeira cultura popular. Perdeu a autenticidade”. Em seu sentido amplo, esse comentário se aplica a diversas modalidades de cultura popular: não só às festas, mas também

ao artesanato, à música, à dança, à culinária, à chamada medicina popular. Ele pode ser expresso na forma de um lamento e de um incontido sentimento de nostalgia (“Como eram bons e autênticos os carnavais de antigamente”); ou, de modo complementar, na forma de uma atitude crítica e de denúncia social e política (“Essa festa atualmente está dominada por interesses políticos e do mercado”).

Em outras palavras, circula de modo amplo e difuso em nosso cotidiano uma perspectiva sobre as culturas populares na qual estas são apresentadas necessariamente sob o signo da perda. Supõe-se que elas conheceram em sua longa história um momento no qual teriam florescido na sua forma mais autêntica e mais próxima às experiências daqueles que as produzem. Esse momento extraordinário se perde na noite dos tempos e nunca se sabe precisar exatamente quando e nem onde ele teria ocorrido. Mas desde então, como consequência das transformações históricas e em especial da chamada modernização, essas formas socioculturais teriam cada vez mais perdido seus atributos definidores. O que vemos hoje, supostamente, seriam os fragmentos ou as sobrevivências daquela idade de ouro. Diante de tal situação “de perda”, caberia às pessoas de bom senso e de boa vontade recolher, identificar e preservar esses fragmentos, salvando-os do seu provável aniquilamento.

Essa narrativa é seguramente poderosa e tem notável capacidade de convencimento. O próprio encanto das diversas formas de cultura popular confunde-se com essa situação supostamente catastrófica em que se encontram no mundo contemporâneo. É como se, diante das festas do Divino Espírito Santo, das festas de Reis, dos artesanatos regionais, das lendas populares, dos tantos objetos materiais, práticas e formas de conhecimento popular, víssemos o brilho de uma estrela já extinta, mas cuja luz ainda encanta nossos olhos.

No entanto, um fantasma ronda os estudos sobre as culturas populares. Elas não desapareceram; persistem; continuam a existir e se reproduzir de modos altamente diversificados e, muitas vezes, com força extraordinária. Podemos trazer alguns exemplos: as festas populares de dimensões nacionais como o carnaval em diversas cidades do país; ou regionais como o bumba meu boi do Maranhão e de Parintins; as festas do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, Goiás; as festas em diversas áreas regionais do Brasil; os maracatus do Recife; as festas e procissões religiosas a santos de devoção popular como santo Antônio, são João, são Pedro e tantos outros; o artesanato em cerâmica produzido em Minas Gerais, no vale do Jequitinhonha, para ficarmos em apenas um exemplo; as diversas modalidades de música popular ou música folclórica produzidas em diversas localidades e regiões do Brasil. Os exemplos podem se estender facilmente. O que importa assinalar, no entanto, é que essas várias formas de cultura popular continuam a ser produzidas no tempo presente e de modo criativo; e não parecem indicar, ao contrário do que se afirma obsessivamente, que estejam em processo de desaparecimento.

Como entender o fato flagrante de que afinal não desapareceram e continuam a se reproduzir de forma enérgica e criativa?

O problema evidentemente não está nas culturas populares, mas naquelas perspectivas que postulam a sua existência arcaica e seu inevitável desaparecimento. Trata-se de um fantasma produzido por aqueles que se recusam a reconhecer que essas formas socioculturais na verdade expressam visões de mundo diferentes. Em termos mais diretos, trata-se de um ponto de vista etnocêntrico, a partir do qual as perspectivas presentes nessas formas de cultura são identificadas a modalidades “primitivas” de pensamento e condenadas a ficar estacionadas. Enquanto tais, essas formas expressariam visões de mundo marcadas pela ingenuidade, pela espontaneidade, pela rusticidade e pela precária razão que presidiria a sua produção. Esses atributos evidentemente podem aparecer com sinal positivo ou negativo. Quando aparecem com sinal negativo, indicariam o suposto fato de que os indivíduos e as coletividades envolvidos nessa produção operam de modo pré-lógico, o que seria característico de estágios supostamente primitivos de evolução mental da humanidade. E quando aparecem com

sinal positivo, indicariam a natureza “autêntica” de uma experiência, de um modo de vida que os chamados civilizados teriam lamentavelmente perdido. Muitas vezes, essas formas socioculturais estão associadas à oposição entre um mundo rural estável e harmônico e um mundo urbano industrializado, desarmônico e “inautêntico”. O primeiro seria o *locus* por excelência de florescimento das culturas populares; o segundo seria o caminho incontornável de sua perda.

No entanto, as pesquisas de antropologia social ou cultural já demonstraram que as culturas populares, estejam elas situadas no mundo rural ou nas grandes cidades, desempenham na verdade funções sociais e simbólicas que são fundamentais para sua persistência e sua reprodução no contexto contemporâneo. Ou seja, elas existem a partir de um diálogo intenso e constante com os contextos sociais e culturais onde se reproduzem. Desse modo, festas, artesanatos, lendas, formas musicais, danças, culinárias articulam simbolicamente concepções coletivas de sociedade, de pessoa, de tempo, de espaço, entre outras categorias. Diferentemente do que supõem os pontos de vista etnocêntricos sobre as culturas populares, estas não se constituem em agregados de traços culturais passíveis de serem inventariados. Elas consistem efetivamente em sistemas de categorias e de práticas sociais, onde se reconhecem formas diferenciadas de imaginar o universo e a sociedade. Festas, objetos materiais, sistemas de crenças e ritos, formas musicais são maneiras de se estabelecer mediações entre aquelas categorias, tornando-as concretas e perceptíveis.

Para que essas mediações sejam eficazes, é necessário um esforço social e intelectual constante, intenso, baseado em patrimônios milenares, os quais vêm a ser necessariamente recriados por esse esforço realizado no presente. Tomemos como exemplo as festas do Divino Espírito Santo no Brasil: são realizadas seja por diversos segmentos da população brasileira, seja por imigrantes açorianos que a trouxeram para o país ainda no século XVIII. Elas existem na Europa desde a Idade Média e, apesar do seu declínio no continente europeu a partir do século XIX, vieram a se expandir e se reproduzir até os dias presentes no arquipélago dos Açores, no Brasil e em diversos países que receberam a emigração açoriana, notadamente os Estados Unidos e o Canadá. O núcleo dessas festas é uma relação vitalícia de dádiva e contradádiva

entre os devotos e o Espírito Santo, relação celebrada num ciclo festivo que se estende desde o domingo de Páscoa até o domingo de Pentecostes. As festas estabelecem mediações entre o Divino e os seres humanos, entre pobres e ricos, mas também entre passado e presente. Marcadas por uma notável ênfase na comensalidade (consomem-se coletivamente durante as festas vastas quantidades de comida e bebida), elas desenvolvem uma reflexão sistemática sobre a condição humana e

especificamente sobre oposições importantes, como aquela entre a escassez e a fartura. Desse modo, a festa inventa simbolicamente e celebra um mundo feito de fartura, em contraposição a um mundo cotidiano assombrado pela escassez. Observe-se ainda que tais categorias, do ponto de vista dos devotos, têm uma dimensão total, apresentando simultaneamente vários significados: econômicos, jurídicos, estéticos, sociais, morais, culinários, mágico-religiosos etc. Daí o fascínio que exerce para os devotos a comida e a bebida: elas evocam uma fartura cósmica, trazendo a saúde, o sucesso no trabalho, a

felicidade, a fertilidade etc.

Homens e mulheres dedicados a celebrar esse pacto com o Divino Espírito Santo imaginam coletivamente, a partir de um enquadramento proporcionado pelo tempo festivo, um mundo alternativo ao cotidiano dominado pelas relações mercantis e políticas, ambas definidas pelo interesse e pelo cálculo gerados pela escassez; imaginam um mundo criado pelas relações de reciprocidade, pelos sentimentos de generosidade e pela fartura. Esse mundo simbolicamente constituído, de duração cíclica, renovado a cada ano, promove uma visão coletiva renovada da existência, tornando menos estáveis as categorias e as relações sociais do cotidiano.

Os historiadores registram a ocorrência dessas festas na Europa desde o século XIV. As razões de sua persistência ao longo de séculos não são encontradas, evidentemente, em nenhuma forma arcaica, que não estaria situada em nenhum tempo ou espaço específicos; sua presença na contemporaneidade não se deve tampouco ao acaso, à contingência histórica, que exibiria as supostas sobrevivências de uma forma que um dia foi perfeita, autêntica; sua atualidade se deve, na verdade, ao fato de que elas oferecem os recursos simbólicos por meio dos quais indivíduos e coletividades pensam o seu cotidiano, os seus dilemas, contradições,

Este texto trata da democracia no sentido hoje geralmente aceito do termo: um sistema no qual o acesso legítimo a posições de autoridade pública se dá mediante eleições periódicas, limpas e livres, e os governos governam e se mantêm responsabilizáveis — *accountable*, para lembrar a rica expressão em inglês — graças a restrições constitucionais.

Essa definição faz referência à democracia tal como a conhecemos na realidade histórica, não a doutrinas concernentes a sociedades ideais

(utopias): tampouco a regimes populistas ou “movimentistas” que se apresentem como democráticos — fato comum na América Latina —; e muito menos às chamadas “democracias populares”, termo pelo qual se autodesignavam os regimes totalitários de partido único da URSS e do Leste europeu.

À parte regras constitucionais, que são conscientemente engendradas, outro ponto importante para a reflexão na linha de Montesquieu é a emergência da diversidade social, econômica e política — vale dizer, da “sociedade civil”. O alemão Otto Hintze (1861-1940), autor de estudos clássicos sobre a formação da democracia na Europa, conferiu grande

destaque a esse ponto, ao comparar a formação feudal do Ocidente europeu com os antigos impérios ocidentais. De fato, no Ocidente europeu havia, desde logo, a dualidade monarquia/Igreja, nenhum dos dois monopolizando a soberania estatal; havia os estamentos (nobreza, clero, povo), esferas diferenciadas, que usufruíam de privilégios e prerrogativas em troca de contribuições financeiras, tributárias e militares; e havia os feudos propriamente ditos, formando um intrincado painel de poderes descentralizados.

Ao contrário do que postulava Rousseau — e, com ele, toda a tradição plebiscitária de inspiração francesa — democracia não é só expansão e autonomia decisória do demos. É também saneamento dos comportamentos sociais por instituições. Estas não são somente as do Estado e do regime, mas também as instituições econômicas que conformam o mercado e instituições sociais *latu sensu*, ou seja, associações dos mais variados tipos, com valores, interesses e padrões de comportamento bem estabelecidos.

efetivo funcionamento com a finalidade de proteger a integridade e os interesses de indivíduos e minorias, bem como de organizações e grupos privados.

Portanto, além da construção do Estado no sentido de uma autoridade central capaz de arbitrar disputas, a construção da democracia envolve a elaboração de um conjunto de mecanismos e procedimentos referidos especificamente aos enfrentamentos eleitorais,

a saber:

1) a progressiva ampliação do corpo de votantes, para remover discriminações que o sentimento moral da sociedade passe a considerar injustificáveis e para que o simples volume numérico torne os resultados eleitorais fundamentalmente incertos (isto é, insuscetíveis de controle mediante ações clientelistas privadas ou públicas ou qualquer outra forma de cabal determinação por qualquer dos contendores);

2) o mútuo reconhecimento de sua legitimidade pelos principais contendores: vale dizer, o surgimento da oposição legítima como um

traço duradouro da cultura política;

3) a aceitação pelos mesmos contendores da competição eleitoral como única via legítima para a conquista do poder; isto significa que a “competição eleitoral” só se configura plenamente onde exista um “espaço” regulamentado de luta política, isto é, um *subsistema representativo*, compreendendo procedimentos de alistamento, de votação, de contagem dos votos, de conversão dos mesmos em cadeiras e de diplomação dos eleitos, bem como definição de regras para a formação e atuação dos partidos; trata-se portanto de um processo

histórico extenso e nada trivial;

4) a formação de um nível adequado de apoio na opinião pública às instituições e às regras do jogo democrático enquanto tais, e não apenas quando pareçam aptas a produzir resultados substantivos tidos como desejáveis pela maioria ou por qualquer grupo social.

Para bem apreciar numa visão de conjunto o pensamento democrático brasileiro, é mister levar em conta a peculiar contradição que marca a nossa evolução política desde os primórdios do Império. De um lado, a adoção, em 1824, de uma Constituição bastante avançada para a época, com clara opção, no ponto que ora nos ocupa, pelo sepultamento do

absolutismo e a consequente entronização do princípio representativo. De outro, um tenaz combate ao sistema do príncipe representativo por uma parte substancial das elites, combate que perdurou durante todo o século XX e contou com o clero, intelectuais e estudantes entre seus principais protagonistas.

De fato, o desenvolvimento histórico da democracia, entendida aqui como sistema político e não apenas como corrente de ideias, tem como cerne a progressiva diferenciação e autonomização de um *subsistema representativo*, isto é, de um conjunto de procedimentos eleitorais,

parlamentares e partidários que regulam a investidura de pessoas privadas em posições de autoridade pública. A autonomia dessa órbita obviamente nunca será absoluta — ela deve corresponder a (representar) interesses e anseios sociais, e deve ser razoavelmente legitimada pela cultura política —, mas sua institucionalização é a questão-chave na evolução da democracia moderna. Não por acaso, foi em torno dela que gravitou grande parte da reflexão política brasileira, mesmo no século passado e na primeira metade deste, quando o foco era a construção do Estado. O otimismo ou pessimismo sobre o futuro

democrático dos diferentes autores se exprimiu quase sempre sob esta forma: em que medida o *polis* poderia de fato se destacar do *oikos*, contrapor-se a este e eventualmente subordiná-lo como principal referência normativa no comportamento político.

Nas primeiras décadas do século XX, a contestação à democracia representativa teve muito a ver com a difusão entre nós do ideário fascista, mas não pode ser reduzida a esse fato. Decorreu também ou sobretudo de preocupações genuínas com a construção do Estado nacional. No contexto de Estados frágeis, temia-se que a ideia de um sistema em que o poder é distribuído e constantemente fiscalizado se antepusesse à constituição de um poder central suficientemente forte.

Esse foi o argumento de alguns dos mais importantes escritores brasileiros da primeira metade do século xx, como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, e os dois últimos tornaram-se enfáticos defensores da ditadura getulista.

Na segunda fase, que começa com o fim da Segunda Guerra Mundial, o foco se desloca para a questão da industrialização, vista como requisito da autonomia nacional. O tema fundamental, nesse período, é a

mudança estrutural da economia e da sociedade. O que se discute é como transformar o surto de industrialização que ocorrerá de forma reflexa em um projeto deliberado e consistente de crescimento econômico. Nesse quadro, ganhava relevo, como não podia deixar de ser, a questão das relações de tal projeto com a mudança social em geral, e no limite até com a formação de uma identidade nacional mais “autêntica”. Aqui a referência obrigatória é ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a autores como Celso Furtado, Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Seria obviamente temerário tentar resumir nesse curto espaço uma época tão rica em debates e marcada por conflitos políticos tão complexos. Somente como hipótese de estudo, sugiro que a questão democrática ficou em segundo plano; nessa linha, as reflexões do período ter-se-iam pautado mais pela ideia de “requisitos políticos do desenvolvimento econômico” que pela de requisitos institucionais e político-comportamentais específicos à preservação e aprimoramento do regime democrático.

Cumpram aliás recordar que, mesmo na Ciência Política do Primeiro Mundo, trabalhava-se nos anos 1960 com a ideia de uma pluralidade de vias para o pleno desenvolvimento político, e não especificamente com a questão democrática. Foram os numerosos golpes militares e a posterior preocupação com a redemocratização e a consolidação das novas democracias que levaram à modificação daquela ótica. No Brasil, onde a Ciência Política acadêmica apenas engatinhava, a ênfase do debate público recaía muito mais sobre a construção do Estado e a transformação estrutural da sociedade (por meio da industrialização) que propriamente sobre a construção da democracia. Nos anos 1950 e 1960, até o golpe militar de 1964, o tema dos “obstáculos” políticos ao crescimento econômico preponderava sobre o da consolidação e da boa ordenação de um sistema político democrático, entendido este como

valor independente.

Uma terceira fase, agora centrada na questão democrática, começa a se tornar perceptível nos anos 1970, uma década após a intervenção militar de 1964. Duas décadas sob regime militar levaram a maioria dos intelectuais brasileiros a uma visão mais positiva a respeito da necessidade e das chances da democracia. O colapso do chamado “socialismo real” e o conseqüente abalo do marxismo como teoria, a fragilidade “reducionista” de boa parte da sociologia latino-americana, que há tempos se evidenciava, e o próprio avanço da Ciência Política no último quartel do século XX recolocaram em pauta os chamados “formalismos” da democracia, com toda a sua riqueza analítica.

Num primeiro momento as atenções dos estudiosos se voltam não apenas para as lutas imediatas pela redemocratização, mas também para os chamados “grilhões do passado” — ou seja, para as raízes históricas distantes do autoritarismo e da democracia, o caráter democrático ou não da cultura política, passando paulatinamente, nos anos 1980, para a inquirição a respeito das formas institucionais mais apropriadas à consolidação da democracia no país, como foi o caso do debate entre parlamentarismo e presidencialismo.

SUGESTÕES DE LEITURA

- HOFSTADTER, Richard. *The idea of a party system— the rise of legitimate opposition in the United States, 1780-1840*. Berkeley, University of California Press, 1969.
- JANOWITZ, Morris e MARVICK, Dwaine. “Competitive pressure and democratic consent” *Public Opinion Quarterly*, vol. 19, nº 4, pp. 381-400, 1955.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo, Augurium, 2005.
- . *Rui Barbosa e a construção institucional da democracia brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Omega, 1986.

DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

NO BRASIL

Luiz Carlos Bresser-Pereira

partir da revolução capitalista, porque foi só a partir dela que o reinvestimento do excedente econômico (a produção que excede o consumo necessário) na produção e a incorporação sistemática do progresso técnico tornaram-se realidades históricas. Essa foi a experiência de todos os países hoje considerados desenvolvidos ou ricos. Apoiadas em duas ideologias — o nacionalismo e o liberalismo —, suas elites burguesas se associaram ao monarca absoluto, já no século XVI, construíram sua nação, dotaram-na de um território e de um Estado e definiram as regras de um mercado nacional amplo e competitivo. O nacionalismo do século XIX foi a ideologia da formação do Estado nacional — uma instituição imprescindível para o desenvolvimento econômico —; o liberalismo foi a ideologia das liberdades civis e da construção social do mercado.

Além da dualidade social existe outro fator a determinar o subdesenvolvimento de um país: sua dependência formal ou informal em relação aos grandes países industrializados. Essa foi uma das contribuições mais interessantes que o economista Celso Furtado deu à teoria do desenvolvimento. Como o desenvolvimento econômico é um processo histórico que ocorre a partir da revolução capitalista, também o subdesenvolvimento tem essa característica. Um país subdesenvolvido não é apenas um país “atrasado” em termos econômicos porque realizou sua revolução nacional e capitalista depois de os países ricos a terem feito. É também um país cujas elites aceitam a subordinação a uma potência imperial. É praticamente impossível alcançar o desenvolvimento econômico em uma situação colonial formal ou mesmo de mera dependência, porque os países ricos estão sempre agindo de forma imperial em relação a eles, estão sempre “chutando a escada” para que os que vêm atrás não consigam também chegar ao seu próprio nível. Essa expressão foi criada em 1846 por um economista alemão, Friedrich List, para descrever o que a Inglaterra estava tentando fazer com a Alemanha na primeira metade do século XIX, com seus conselhos para que não se industrializasse. Grandes países asiáticos, como China e Índia, foram subdesenvolvidos enquanto eram parte de impérios industriais, mas no momento em que obtiveram sua independência deixaram de ser subdesenvolvidos, porque seu povo e suas elites mostraram-se nacionalistas e passaram a adotar suas respectivas

estratégias nacionais de desenvolvimento. Já os países da América Latina libertaram-se politicamente no início do século XIX, mas suas elites continuaram cronicamente dependentes, considerando-se “europeias”, e por isso os países continuaram subdesenvolvidos, incapazes de realizar sua revolução capitalista. No caso do Brasil, foi apenas a partir da Revolução de 1930, quando uma elite nacionalista assumiu o comando do país, que o desenvolvimento industrial foi

desengadeado.

O desenvolvimento de um país retardatário e dependente passa geralmente por três etapas: acumulação primitiva primário-exportadora, revolução nacional e industrial, e desenvolvimento sustentado. Na primeira fase, o país geralmente aproveita um ou mais recursos naturais para exportar e, assim, dar origem aos quatro elementos fundamentais para a revolução capitalista: um mercado interno, um Estado organizado, um estoque inicial de capital e um conjunto de empresários capazes de obter crédito no mercado interno, inovar e investir. É a fase

mais difícil porque esses quatro fatores estão ainda ausentes e não há uma forma clara de fazê-los surgir. É problemática, porque a *commodity* que o país exporta geralmente provoca uma sobreapreciação permanente da moeda do país, denominada *doença holandesa*, que impede sua industrialização. Em consequência, o país passa a ter duas taxas de câmbio de equilíbrio: a de equilíbrio “corrente” ou de mercado, determinada pela *commodity* que utiliza os recursos naturais abundantes e baratos do país, e a taxa de câmbio de equilíbrio “industrial” — a taxa que é necessária para que outras indústrias eficientes, que utilizam

tecnologia no estado da arte mundial, sejam competitivas internacionalmente. Para se industrializar veremos que a condição número um é neutralizar a doença holandesa.

A segunda fase — a da revolução nacional e industrial — só é lograda quando o país consegue neutralizar sua doença holandesa, eliminando a sobreapreciação crônica da moeda local ou, em outras palavras, deslocando a taxa de câmbio do equilíbrio corrente para a de equilíbrio industrial. Enquanto os economistas não souberam o que era a doença holandesa, a forma de neutralizá-la foi intuitiva e apenas do lado das importações: o governo estabelecia tarifas elevadas de importação de bens industrializados, o que equivalia à depreciação da moeda local para

efeitos de importação — viabilizando os investimentos na indústria manufatureira. Mas se tratava de um modelo limitado de crescimento interno — o modelo de industrialização substitutiva de importações — que muitos países subdesenvolvidos adotaram. Por um breve tempo deu bons resultados, mas, em seguida, quando se tornou necessário também exportar bens manufaturados para continuar o desenvolvimento econômico, transformou-se em um obstáculo a esse mesmo

desenvolvimento.

Para completar a revolução industrial e entrar na terceira fase — a do desenvolvimento autossustentável —, os países subdesenvolvidos precisam neutralizar de maneira mais clara e definitiva sua doença holandesa e passar a exportar manufaturados, aproveitando, assim, sua vantagem sobre os países ricos concorrentes (sua mão de obra barata). A solução tecnicamente correta é impor um imposto sobre a exportação das *commodities* que dão origem à doença holandesa, e, assim, deslocar a taxa de câmbio para o equilíbrio industrial, que é o equilíbrio

competitivo do país. Foi o que o Brasil fez entre 1968 e 1990, através do “confisco cambial”. Um imposto de exportação, sobre as *commodities* agropecuárias e principalmente minerais, estabelecido no nível correto (e variando conforme os preços internacionais da *commodity*) torna a taxa de câmbio de equilíbrio corrente igual à taxa de câmbio de equilíbrio industrial — a taxa necessária para a exportação dos demais bens produzidos eficientemente no país. Por exemplo, imaginemos um país em que há uma *commodity*, a soja, que é especialmente produtiva devido aos recursos naturais, e por essa razão, dado o preço

internacional da soja, seus produtores locais estão satisfeitos com uma taxa de câmbio de #2,00 “leves” (a moeda local) por dólar (a única moeda reserva). Como os produtores de soja conseguem produzir bens mais baratos do que as empresas, a taxa de câmbio de “equilíbrio corrente” (que equilibra intertemporalmente a conta-corrente do país) será determinada por eles em #2,00 leves. Entretanto, apesar de ser uma bênção ter recursos naturais abundantes e baratos, esse país sofre da doença holandesa, porque sua taxa de câmbio é determinada pela soja — pela *commodity* excepcionalmente barata existente no país. E é uma taxa sobreapreciada: as demais empresas que produzem outros bens de forma eficiente ficam sem capacidade de concorrer internacionalmente.

Para que se tornassem competitivas, suponhamos que necessitassem de uma taxa de câmbio de #2,50 leves por dólar; essa é a taxa de câmbio de “equilíbrio industrial” para essa economia. Que fazer nesse caso? Se o Estado impuser à soja um imposto de #0,50 leves por dólar, a taxa de câmbio de equilíbrio corrente se deslocará para cima, de #2,00 para #2,50 leves por dólar, ficando igual à taxa de equilíbrio industrial, porque, devido a esse imposto, os produtores de soja só estarão dispostos a continuar a produzir e exportar a essa taxa mais elevada (depreciada). E, assim, a doença holandesa estará neutralizada: os produtores de soja continuarão a ter o mesmo lucro e a exportar satisfeitos, porque o imposto foi compensado pela depreciação, enquanto os demais produtores eficientes poderão exportar para todo o mercado internacional de forma competitiva. A partir desse momento, o desenvolvimento do país será “autossustentado”, não do ponto de vista ambiental (esse é outro problema, como também é o do desenvolvimento com distribuição de renda), mas no sentido econômico.

Agora o produto nacional do país crescerá regularmente graças ao reinvestimento dos lucros com incorporação de progresso técnico. O Brasil atingiu esse estágio no início dos anos 1970, quando completou sua revolução industrial e a apropriação do excedente econômico deixou de depender do controle do Estado para ocorrer no mercado. Entretanto, depois de uma grave crise da dívida externa — da tentativa equivocada de crescer com poupança externa —, nos anos 1990 o país deixou de ter uma estratégia nacional de desenvolvimento, deixou de neutralizar sua doença holandesa, e seu crescimento passou a ser muito menor do que o dos países asiáticos dinâmicos. Não parou de crescer simplesmente porque a doença holandesa não é tão grave como é em países exportadores de petróleo. No Brasil, um imposto em torno de 30% do valor das exportações é geralmente suficiente, enquanto em países como a Venezuela ou a Arábia Saudita esse imposto precisaria estar próximo de 90%.

Os economistas “ortodoxos” não aceitam que exista uma tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio que precisa ser neutralizada, e continuam a recomendar que o país aproveite suas “vantagens comparativas”, sem perceber que são elas, ou, mais precisamente, a sobreapreciação da taxa de câmbio dos recursos naturais a ela associados

que dá origem à doença holandesa. Não percebem que as recomendações dos “livre-cambistas” (que rejeitam a possibilidade de se administrar a taxa de câmbio) são uma forma clássica de “chutar a escada” dos países com menor nível de renda. Não concordam também que haja necessidade de industrialização para que aumente a produtividade por trabalhador e ocorra o desenvolvimento econômico. Para eles não há diferença entre produzir batatas e computadores.

Ignoram, assim, as consequências para o desenvolvimento de dois fatos correlacionados: nem o nível da produtividade, nem a taxa de crescimento da produtividade são iguais em todos os setores. O aumento da renda por habitante é, principalmente, o resultado da transferência de mão de obra de setores com baixo valor adicionado *per capita*, baixa tecnologia e baixos salários, para setores com maior valor adicionado *per capita*, tecnologia mais sofisticada e salários médios mais altos. Por isso a industrialização foi sempre um caminho inicial do desenvolvimento econômico.

A causa fundamental e imediata do desenvolvimento econômico é a acumulação de capital ou o investimento com incorporação de progresso técnico. Não é a poupança, porque, como ensinou John Maynard Keynes em 1936, em uma economia monetária não há necessidade de poupança prévia para se realizarem investimentos. O que é necessário, conforme havia mostrado anteriormente, em 1911, outro grande economista, Joseph Schumpeter, é garantir crédito para os empresários inovadores. A taxa de investimento, por sua vez, depende da capacidade do Estado de fazer investimentos em infraestrutura, e principalmente dos

investimentos dos empresários privados. Estes, por sua vez, investem quando se oferecem a eles oportunidades de investimento lucrativo, ou, em outras palavras, quando existe demanda agregada para seus bens e serviços. Naturalmente, o desenvolvimento depende também de fatores do lado da oferta. O nível de educação, o desenvolvimento tecnológico e científico, boas instituições, uma boa infraestrutura de energia, transportes e comunicações são naturalmente importantes. Mas mais importante é o lado da demanda, porque de nada adiantarão os esforços do lado da oferta se os empresários não tiverem estímulo para investir.

Os economistas ortodoxos acreditam que essas oportunidades sempre existem no mercado desde que as instituições garantam a propriedade e

os contratos. Há, porém, duas tendências estruturais que limitam a demanda nos países em desenvolvimento: a tendência de os salários crescerem a uma taxa menor do que a produtividade devido à oferta ilimitada de mão de obra (o que limita a demanda do mercado interno), e a tendência cíclica à apreciação da taxa de câmbio em decorrência da doença holandesa e da política de crescimento com poupança externa. Ora, uma taxa de câmbio sobreapreciada torna a demanda externa

indisponível para as empresas nacionais, independentemente da eficiência dessas empresas, além de tornar o mercado interno vulnerável à concorrência estrangeira. Por isso uma estratégia nacional de desenvolvimento ou uma estratégia nacional de competição é tão importante para os países em desenvolvimento. Não me refiro a um plano, mas a um conjunto de instituições (valores, leis, políticas, acordos, entendimentos tácitos) que neutralize essas duas tendências estruturais e, assim, crie oportunidades de investimento lucrativo para os empresários. É claro que também é aconselhável garantir a propriedade e os contratos, mas colocar essas duas condições como suficientes para o desenvolvimento não faz sentido. Não apenas devido as tendências estruturais reduzindo a demanda, mas também porque essa visão revela entendimento equivocado do que sejam os empresários. Eles não são o cauteloso terceiro porquinho da estória infantil, mas homens e mulheres ambiciosos e dispostos a incorrer em riscos, são indivíduos que têm grande necessidade de realização pessoal e inovam para obter lucros elevados e assim expandir sua empresa — seu “império” pessoal.

Nesse processo de desenvolvimento, o papel do Estado muda de fase para fase, e é sempre estratégico, porque o Estado deve sempre regular os mercados. Estes são uma instituição insubstituível na coordenação de sistemas econômicos complexos, mas a ação suplementar do Estado é especialmente importante na segunda fase — a da revolução industrial. Nesse momento, é comum vermos o Estado realizar grandes investimentos em infraestrutura e em certos setores industriais básicos, porque o setor privado não dispõe ainda de capital e de crédito suficiente para isso. Depois, o Estado normalmente se retira dos setores competitivos da economia, porque neles o setor privado é mais eficiente.

Mas o Estado, como instrumento por excelência de ação coletiva da nação, continua a ter o papel estratégico: garantir a competitividade e

induzir o desenvolvimento econômico.

SUGESTÕES DE LEITURA

- BRESSER-PEREIRA , Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 5ª ed. São Paulo, Editora 34, 2003.
- _____. *Globalização e competição*. Rio de Janeiro, Elsevier-Campus, 2009.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2009.
- KEYNES, John Maynard. *The general theory of employment, interest and money*. Londres, Macmillan, 1936.
- RANGEL, Ignácio M. “A dualidade básica da economia brasileira”In: BENJAMIN, César (org.). *Ignácio Rangel: obras reunidas*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, vol. 1, pp. 285-354
- SCHUMPETER , Joseph A. *The development economics*. Oxford, Oxford University Press, 1961.

DESIGUALDADE
E DIVERSIDADE:
OS SENTIDOS

DA AÇÃO CONTRÁRIOS

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

As sociedades modernas da Europa ocidental, ou dos continentes e espaços colonizados ou profundamente influenciados por ela, que hoje abrangem quase todo o globo terrestre, podem ser descritas sucintamente por alguns traços gerais: o Estado-nação, o capitalismo, a forma industrial de organização da produção; a convivência e sociabilidade urbanas; e os valores jurídicos constitucionais de liberdade e igualdade. Tais traços, por si sós, entretanto, não eliminaram seus contrários — solidariedades étnicas, formas pré-capitalistas de produção, a vida rural ou as hierarquias sociais. A novidade moderna consiste, antes, na rearticulação, em todos os planos, das formas e relações sociais antigas sob a égide desses novos traços.

Assim, no que diz respeito à organização social, as hierarquias, os privilégios, as deferências e os outros modos de expressão das desigualdades entre os seres humanos passaram, para serem aceitos, a depender de outras lógicas de construção e justificação. Tornaram-se, do mesmo modo, fontes permanentes de contestação, propiciadoras de lutas libertárias de emancipação e fermento de novas identidades sociais.

Como conciliar a igualdade e a liberdade jurídicas constitucionais das sociedades modernas com as desigualdades naturais entre os seres humanos? Todas as respostas dadas, seja no nível teórico, seja no nível prático, consistem em distinguir o indivíduo do coletivo, a desigualdade natural da social. Neste artigo, em vez de tentar um voo sobre reflexões filosóficas ou das ciências naturais, mantenho-me restrito ao âmbito das teorias sociológicas.

As desigualdades que interessam à sociologia — que conformam o seu objeto de pesquisa e de teorização — não são aquelas constituídas por diferenças individuais ou que se restringem à distribuição passageira de recursos e de bens materiais ou espirituais como consequência de ações individuais. São, ao contrário, aquelas que, por estarem inscritas numa dada estrutura, ordem ou organização sociais, se reproduzem de modo duradouro. Charles Tilly (1998) as chamou de *desigualdades duradouras*, baseadas em pares de categorias binárias de oposição, sustentadas por mecanismos de reprodução tais como a *exploração*, as *barreiras de controle*, a *emulação* e a *adaptação*. Exemplos de pares categoriais que sustentam desigualdades sociais duradouras, ou seja, que se assentam sobre estruturas sociais que se reproduzem a partir dos

mecanismos citados, são: branco/negro; homem/mulher; cristãos/judeus; nacional/estrangeiro; heterossexual/homossexual etc.

Frise-se, mais uma vez, que, seguindo, os valores modernos, toda desigualdade que se origine e que possa ser atribuída apenas ao desempenho individual diferencial é considerada legítima desde que não ameace os princípios de segurança e dignidade da vida humana. Assim, por exemplo, no pensamento liberal, as diferenças de classe são

legítimas desde que o princípio de igualdade de oportunidades seja respeitado. Ou seja, desde que a distribuição de riquezas não possa ser atribuída a uma estrutura de oportunidades que restrinja as possibilidades de desempenho de indivíduos pertencentes a certos grupos ou inseridos em certas redes de relações sociais.

A justificativa para todas as lutas contestatórias da ordem social, no mundo moderno, pode ser reduzida, portanto, à argumentação de que mecanismos como *exploração* ou *barreiras de controle* deturpam ou neutralizam as políticas que visam garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento. *Ações afirmativas*, por exemplo, são reivindicadas como modo de corrigir tais deturpações ou reequilibrar a igualdade através da criação de contrabarreiras, revoluções como modo de instituir ordens mais igualitárias que anulem a exploração ou as políticas de *diversidade* como maneiras de impedir que diferenças culturais sirvam para reproduzir categorias binárias de oposição.

Entre os que se opõem a tais lutas contestatórias, mas que reafirmam os valores modernos de igualdade e liberdade, duas estratégias alternativas são propostas. A primeira, que se baseia numa compreensão individualista das desigualdades sociais, consiste em propor mudanças das atitudes e das opiniões que nutrem estereótipos e preconceitos. Nessa concepção, os preconceitos orientam o comportamento humano, geram discriminações e tratamento desigual, dando origem às desigualdades sociais. A segunda, argumentando que ações afirmativas ou políticas de diversidade apenas reproduzem os mesmos pares binários categoriais usados na organização social das desigualdades, propõe que se elaborem políticas ou se busquem inovações organizacionais a partir de outros princípios — geralmente características individuais (renda) ou localizações geográficas (local de residência).

As nações modernas, do mesmo modo, procuraram, pela educação

formal obrigatória, homogeneizar culturalmente os seus cidadãos, promovendo a sua unificação linguística, religiosa e de costumes, e criando direitos exclusivos, símbolos e rituais que os identificassem como membros de uma só nação. Muitas vezes, entretanto, as nações modernas tiveram que se adaptar a diferenças culturais ou de costumes persistentes, aceitando em seu seio, por exemplo, diferenças linguísticas, religiosas e mesmo raciais (como os Estados Unidos). A aceitação e o convívio pacífico, sob a égide dos mesmos direitos cidadãos, entre diferenças culturais ou comportamentos heterodoxos é o que passou a ser chamado de *diversidade*.

Mas a igualdade de tratamento não foi, do mesmo modo, principalmente no passado recente, garantida sem custos. Para que as desigualdades inevitáveis não se expressassem na esfera pública, os Estados modernos reservavam a expressão e a construção de diferenças culturais à esfera da vida privada (a família, as igrejas, os grupos secundários). Apenas grupos que se formassem em mercados teriam garantida sua expressão pública, tais como sindicatos e outras organizações de classe. Assim, a nação e suas classes (econômicas, sociais e políticas) seriam as únicas formas legítimas de pertencimentos identitários na esfera pública.

Algumas exceções retumbantes a essa regra republicana talvez expliquem o seu afrouxamento ao longo do século passado e a emergência da diversidade enquanto valor democrático. A primeira delas é que a regra da igualdade não foi de início aplicada às mulheres, fazendo com que o sexo fosse considerado não apenas um fato natural, mas um fator de desigualdade natural. A segunda foi que os negros, principalmente na democracia americana, eram também tratados excepcionalmente enquanto raça, considerada um fato da natureza. A terceira, também fortemente presente nas nações democráticas do Ocidente, foi o fato de as religiões cristãs terem livre manifestação na vida pública, enquanto outras eram legalmente proibidas.

Talvez tenha sido a Grã-Bretanha a nação moderna que mais intensamente sentiu a tensão a que estava exposto o valor de igualdade democrática, derivado do pressuposto de unidade do gênero humano, tanto pela reação interna à homogeneidade por parte dos povos que a constituíram — ingleses, escoceses, galeses e irlandeses —, como pela

grande diversidade das culturas e das características fisionômicas e genéticas dos povos sob o seu império. Pois foi exatamente nos domínios britânicos, também sob a influência da antropologia social, que a regra da homogeneidade cultural, política e social passou a ser substituída pela norma do respeito, e até mesmo do cultivo, da diversidade cultural, linguística, religiosa etc.

No momento atual, portanto, a norma da igualdade continua a balizar os valores das democracias ocidentais, mas apenas no plano dos direitos civis, sociais e econômicos, enquanto, no plano dos valores relativos à cultura e suas expressões, vige a norma do respeito à diversidade, contrariamente a qualquer tentativa estatal ou de qualquer grupo particular de impor homogeneidade. Conseqüentemente, o termo *desigualdade* passa a referir-se apenas à quebra da regra de igualdade de tratamento e de oportunidades na esfera pública, enquanto se usa o termo *diversidade* para se referir à expressão cultural, religiosa, linguística etc. de membros de grupos sociais, especialmente os de minoria política, social ou demográfica.

Os debates, no Brasil atual, sobre a política de reserva de vagas para negros, na maioria das universidades públicas, e para mulheres, nos partidos políticos, ou da reserva de terras para povos indígenas e quilombolas, são exemplos da atualidade das políticas de combate à desigualdade e de garantia da diversidade. No restante deste verbete, porém, vou me deter apenas no exame histórico do modo como, no Brasil, foram tratadas as desigualdades sociais entre brancos e negros.

Nem sempre prevaleceu no Brasil o entendimento de que as desigualdades eram fatos negativos e a diversidade um valor positivo. Schwarcz (1993), por exemplo, nos ensina que a desigualdade racial era, no Brasil do século XIX, o modo de justificar a exceção à norma de igualdade da sociedade senhorial, que, vale lembrar, não abarcava os escravos negros e, de modo geral, o populacho mestiço. Conseqüentemente, a homogeneidade cultural era considerada pelas elites necessária para a civilização brasileira. Na verdade, no século XIX e mesmo nos primeiros trinta anos do século XX, a cultura era ainda pensada como expressão singular de uma nação, não se admitindo o plural que a Antropologia Social iria posteriormente generalizar, tornando os negros, os indígenas, os ribeirinhos, os caboclos do interior

etc., sujeitos de cultura.

O fato de que, juridicamente, o regime escravocrata brasileiro não negava ao liberto o estatuto da cidadania, apesar da diferença racial que marcava o seu estatuto anterior (não era permitida a escravidão de europeus ou indígenas), foi para os construtores da nação brasileira a cláusula pétrea da igualdade entre as raças. Em famosa passagem de *O abolicionismo*, Joaquim Nabuco (1883) lembra que “o modo liberal pelo qual o Senado assentiu à elegibilidade dos libertos, isto é, ao apagamento do último vestígio de desigualdade da condição anterior, mostra que a cor no Brasil não é, como nos Estados Unidos, um preconceito social contra cuja obstinação pouco pode o caráter, o talento e o mérito de quem incorre nele”.

Gilberto Freyre foi, da geração de intelectuais do pós-guerra, o que mais enfaticamente argumentou pela reconstrução da identidade nacional brasileira em torno dos ideais de homogeneidade cultural, racial e linguística, vendo na mestiçagem o seu principal promotor nos três planos já mencionados. As desigualdades raciais no Brasil, portanto, tenderam a ser vistas pelos sociólogos dos anos 1950 e 1960 como situações passageiras da perspectiva individual, ou apenas relativamente duradoura, da perspectiva estrutural, posto que dependeriam basicamente do avanço do nosso desenvolvimento econômico, ou do resultado dos conflitos das classes sociais (Fernandes, 1965).

Foi principalmente na geração seguinte, já no final dos anos 1970, que se generalizou em nossa sociologia o argumento de que as desigualdades de renda e de bem-estar entre os autodeclarados brancos e negros podiam ser explicadas pela operação de mecanismos de exploração e de barreiras de oportunidades — isto é, que existia vínculos causais ligando a pobreza da maioria dos negros à riqueza e ao bem-estar da maioria dos brancos, e que a fortuna do Brasil moderno representada pelos imigrantes europeus se devia, em grande parte, a barreiras e reservas no mercado de trabalho, construídas por eles e reforçadas pela ideologia racial brasileira. A reconstrução democrática dos anos 1980 e 1990 assistiu, também, ao ressurgimento de novos movimentos sociais negros que recusaram o ideal de *democracia racial* abraçado pela geração anterior, acusando-o de ser um modo de acomodação inaceitável, posto que impedia o avanço de políticas

SUGESTÕES DE LEITURA

- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus, 1965.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Londres, Abraham Kingdon, 1883.
- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo, Edusp, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- TILLY, Charles. *Durable inequality*. Berkeley, University of California Press, 1998.

EDUCAÇÃO NO BRASIL

Dalila Andrade Oliveira

Abordar um tema tão amplo como a educação no Brasil não é tarefa fácil, pois exige que conceituemos educação em sentido geral e depois busquemos identificar as especificidades que tal conceito (ou processo) abarca no caso brasileiro. Esse será meu intento nestas poucas páginas.

Foi em torno dos problemas ligados à expansão escolar e às desigualdades sociais diante da escola que se estruturou a sociologia da educação contemporânea. Os fundamentos sobre a ordem social e a

evolução das sociedades e o significado dessa evolução na história da humanidade foram objeto das primeiras reflexões propriamente sociológicas sobre a educação. Isso porque a educação é processo social, resultado do desenvolvimento histórico e, como tal, deve ser compreendida e interpretada. Émile Durkheim definiu a educação como processo de socialização pelo qual valores, normas e costumes de uma sociedade são passados de geração em geração. Para esse autor, a educação é o processo que transforma os homens em seres humanos. Sendo assim, é possível considerar que é por meio da educação que nos transformamos em sujeitos históricos portadores de cultura.

Ainda que tenha sido a Igreja, sobretudo as religiões monoteístas, a pioneira em fornecer os primeiros instrumentos para a expansão da educação, exercendo influência decisiva na ampliação social e homogeneização da mensagem intergeracional, o desenvolvimento da educação de massa e os sistemas educativos nacionais como conhecemos hoje são essencialmente obra do Estado-nação. Apesar de terem sido desenvolvidos de diferentes maneiras e em distintos períodos históricos, nos países ocidentais, os sistemas educativos se constituíram por meio da ação do Estado, e tais processos convergiram, de uma maneira geral, durante o intervalo de tempo do final do século XIX até meados do século XX. Tão logo o Estado foi se separando da religião, constituindo-se em Estado moderno, organizado de forma racional, com base no direito legal, reivindicou para si a instrução pública, considerando de sua competência instruir seus cidadãos, fundamentando-se na ideia de que toda nação tem o direito inalienável de instruir seus membros. No Estado moderno, os sistemas escolares foram instituídos com a função de manter a ordem social, por meio da difusão de valores que se pretendiam comuns e universais, essenciais à integração nacional. Contudo, para os indivíduos em particular, a função social da escola

seria a promoção de justiça social, possibilitando que os mesmos, por meio da instrução pública, pudessem se capacitar para o trabalho e assim obter mobilidade social. Ancorado na noção de uma ética coletiva concorrente à ética religiosa, o Estado passou a defender a noção de uma educação comum, em que ele atuasse como organizador do discurso pedagógico para que o sistema escolar pudesse formar os cidadãos republicanos e democráticos.

A educação foi chamada a construir a subjetividade da cidadania, justificando as maneiras do Estado junto aos indivíduos e os deveres dos indivíduos em relação ao Estado. Assim, os sistemas escolares se constituíram tendo como suporte ideológico o liberalismo e o republicanismo, resultando em conceitos de comum e de universal, evocados por tais sistemas, que deixavam de fora camadas expressivas da população. Os sistemas educativos, na maioria dos casos, foram desenvolvidos de cima para baixo e, em algumas raras circunstâncias, com apoio popular.

Desde o princípio da organização dos sistemas escolares, o ensino público teve como objetivo a instrução dos cidadãos em relação aos conhecimentos dos novos direitos e deveres individuais, assim como a transmissão de novos valores que deviam contribuir para a criação de uma consciência nacional e de um novo imaginário coletivo. O próprio Durkheim identificava os professores como os militantes dessa nova ordem. O princípio da igualdade dos cidadãos pressupunha a concepção de um sistema escolar em que todos teriam direito ao acesso e cuja possibilidade estaria garantida pelo Estado. Por sua vez, esses sistemas escolares seriam importantes agentes de difusão dos valores nacionais, os quais deveriam contribuir para a integração da sociedade em torno de uma identidade comum. O ideal de igualdade de oportunidades, fundado na possibilidade de os indivíduos ascenderem a posições sociais de maior prestígio por seus valores pessoais, e não por herança ou dinheiro, constitui uma matriz normativa importante dos sistemas escolares. Contudo, esse sustentáculo, baseado no princípio de igualdade, nunca passou de um enunciado teórico e formal.

As redes nacionais de escolas foram consolidadas com a ajuda do Estado, e progressivamente as leis sobre a gratuidade do ensino e a obrigatoriedade escolar foram garantindo a participação universal das

crianças e jovens nas escolas. À medida que as escolas públicas aumentaram e predominaram sobre as instituições privadas e voluntárias, os governos cresceram em sua influência no domínio da educação, por meio de uma autoridade central ou local. O Estado aumentou seu controle sobre a educação através da alocação de recursos, da autorização e inspeção de escolas, do recrutamento, da formação e da certificação dos docentes.

A educação profissional proliferou-se com o desenvolvimento industrial, e alguns sistemas escolares nacionais buscaram responder diretamente às demandas do setor produtivo, ainda que financiados por recursos públicos. Como observam Martin Carnoy e Henry Levin em seu livro *Escola e trabalho no Estado capitalista*, a educação no capitalismo se constitui como parte das funções do Estado e, por isso mesmo, é campo de conflito social. O Estado nas democracias capitalistas é responsável pela promoção da justiça e da igualdade, devendo compensar as desigualdades que emergem do sistema social e econômico. A educação é vista, então, como o processo que permite melhorar a posição social dos grupos carentes, dispondo a seu alcance os conhecimentos e o credenciamento para que possam participar da vida social. Assim, o Estado capitalista e seu sistema educacional devem reproduzir as relações capitalistas de produção, entre as quais a divisão do trabalho e as relações de classe.

Os anos 1960 trouxeram uma forte crítica aos sistemas educacionais estatais e ao princípio de justiça que fundamenta tal sistema, ou seja, o ideal de igualdade de oportunidade. As análises críticas daquele momento buscavam demonstrar o papel reprodutor das relações sociais desempenhado pelo sistema escolar, identificando as instituições educacionais como reprodutoras das concepções da classe dominante. Destacam-se, nessas críticas, a obra de Christian Baudelot e Roger Establet, *A escola capitalista*; e Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, com *A reprodução*. Para Martin Carnoy e Henry Levin, essas análises ignoram o fato de que as escolas públicas refletem também as demandas sociais, pois são as reivindicações sociais que acabam por moldar o Estado e a educação. Os autores consideram ainda que a educação pública não é inteiramente obediente às imposições do capitalismo, e pode não colaborar da maneira mais favorável para a criação de uma

força de trabalho que contribua para uma tranquila acumulação de capital. Os sistemas escolares, ainda que se tenham constituído com vistas à formação de força de trabalho para o desenvolvimento capitalista, baseado na indústria moderna e no urbanismo, acabaram por se expandir para além dessas funções imediatas, passando a possibilidade de acesso à educação a representar um direito inalienável dos cidadãos modernos.

A história dos sistemas escolares no Brasil e na América Latina foi, nos seus primórdios, dirigida aos filhos das elites brancas, deixando de fora os nativos, os negros, os considerados selvagens. Assim, nossas repúblicas geraram sistemas injustos de distribuição dos bens e do acesso aos direitos que proclamavam as revoluções liberais. E, ainda mais, como nossos sistemas educativos se desenvolveram adotando como modelo os sistemas europeus ou o norte-americano, o direito à educação dos nossos povos se reduzia muitas vezes à substituição das próprias culturas pela cultura dominante.

Como afirma Adriana Puiggrós em recente artigo intitulado “Avatares y resignificaciones del derecho a la educación en América Latina”, publicado na revista *Docência* do Colégio de Professores do Chile, em quase todos os países latino-americanos foi triunfando a atuação central do Estado na educação, reconhecendo-se nele o único capaz de garantir o direito à ilustração. Nesse processo, em que o Estado assume papel protagonista, é possível distinguir períodos com características comuns para toda a região latino-americana, ainda que seus limites cronológicos sejam necessariamente flexíveis e tenham em conta diversos ritmos e distintos elementos que condicionaram a evolução de cada país.

Os sistemas educacionais nos países latino-americanos tiveram processos de constituição bastante desiguais. No Brasil, tal processo pode ser considerado tardio, se comparado à maioria de seus vizinhos, o que o tornou bastante devedor aos seus cidadãos. De acordo com Carlos Roberto Jamil Cury, a legislação educacional, no Brasil, como nação independente, tem seu início na Constituição Imperial de 1824, que continha um artigo sobre educação escolar gratuita reservada exclusivamente aos considerados cidadãos. O que corrobora a afirmação de Puiggrós, no mesmo artigo já citado acima, de que a própria educação tem sido cúmplice da escravidão, da persistência da desigualdade de

direitos e de um sem-número de discriminações. Os índios, os negros, os pobres encontravam-se distantes do acesso a esse direito, quer pelas dificuldades próprias de um país vasto em terras e pouco populoso, quer pelas características da sociedade colonial brasileira. A primeira lei nacional (imperial) dedicada à educação e datada de 1827 regulava o mencionado artigo da gratuidade, contudo, como afirma o mesmo Cury, “as distâncias, as dificuldades, os preconceitos farão dos lares senhoriais

o espaço em que os filhos das elites iniciar-se-ão na leitura e na escrita. Essa realidade será incorporada a toda a legislação existente no país, mesmo quando a educação escolar se torna obrigatória na Constituição de 1934”.

Um grande obstáculo à constituição de um sistema nacional de educação democrático no país reside nas relações próprias do federalismo brasileiro. As difíceis relações entre província e império, e depois, com a República, entre poder federal e poder estadual/municipal no que se refere às competências relativas ao atendimento dos diferentes níveis de ensino apresentaram-se como fortes entraves à constituição de um sistema nacional de educação como um direito isonômico aos cidadãos brasileiros. Relação que persiste até os dias de hoje, com o novo pacto federativo firmado na Constituição Federal de 1988 e a distribuição de responsabilidades e competências que obriga a um regime de colaboração entre União, estados e municípios, ainda bastante precário e exigente de revisão.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4024, anseio antigo dos educadores brasileiros, só foi possível em 1961. A aprovação da referida lei se deu no contexto de tentativa de adequação da educação às exigências do nacional-desenvolvimentismo, o que indicava a necessidade de ampliar o acesso à escolaridade sob o argumento de que a educação era o principal meio de mobilidade social individual e o caminho para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento atingirem novos patamares econômicos. A educação estava orientada pela necessidade de políticas redistributivas, como mecanismo de redução das desigualdades sociais e ainda como investimento econômico, justificada pela teoria do capital humano, segundo a qual a maior contribuição da educação é melhorar a capacidade dos indivíduos de utilizar os recursos disponíveis para

últimos tempos. No caso brasileiro, pelas razões já mencionadas, estamos distantes de alcançar o ideal republicano da escola pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, pois, apesar de ocupar lugar de destaque econômico no contexto latino-americano, o Brasil é portador ainda de grandes iniquidades refletidas nos seus indicadores sociais, com altos índices de analfabetismo e baixas taxas de conclusão da educação básica.

SUGESTÕES DE LEITURA

- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.
- CUNHA, Luiz A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro Francisco Alves, 1980, cap. 1.
- OLIVEIRA, Dalila A. *Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- PEREIRA, Luiz e FORACCHI, Marialice M. *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. 13ª ed. São Paulo, Nacional, 1987.
- ROMANELLI, Otaíza O. *História da educação no Brasil*. 24ª ed. Petrópolis, Vozes, 2000.

ESTADO
E SOCIEDADE:
UMA RELAÇÃO

PROBLEMÁTICA
Brasílio Sallum Jr.

Difícilmente haverá um tema mais clássico na sociologia do que este. De fato, ele remonta aos primórdios da disciplina. Costuma-se afirmar que naquela conjuntura a sociologia identificou um novo continente a explorar na fronteira do Estado: a “sociedade”. Um exame mais atento da gênese da disciplina mostra que raramente ela foi considerada pelos primeiros artífices da nova ciência um continente autônomo e separado do Estado. Ao contrário, a sociologia inicialmente procurou romper com as limitações que a filosofia política impunha à compreensão do Estado, ao não perceber que ele se enraizava em uma realidade social que não emanava dele, mas, ao contrário, era essencial para analisá-lo. Por essa via, a sociologia foi de início, em grande medida, sociologia política.

Esse entendimento *não* levou, porém, à construção de uma *tradição sociológica uniforme* no que diz respeito ao modo de conceber a articulação entre sociedade e Estado.

O sociólogo holandês Dick Pels argumenta de forma convincente que a ciência social surgiu de várias fontes, conformando pelo menos *três correntes de pensamento* com interpretações divergentes sobre o “social e sobre a articulação Estado/sociedade”. A sociologia teria surgido em um espaço discursivo tripartite, com um centro, ocupado pela tradição positivista francesa, e duas periferias, a ocidental, que acomodava a tradição liberal-utilitária dos anglo-saxões, e a tradição estatista do Leste e Sul da Europa.

A teoria marxiana da sociedade ocupa, como mostra Pels, uma posição singular entre essas correntes sociológicas. Ela acentua, como a liberal, a dimensão econômica da vida social, mas conserva parte da ênfase dada ao Estado pela tradição do Norte e Sul da Europa. Para Marx e Engels, os modos de produção são o núcleo da vida social e se sucedem na história até chegar ao capitalismo. Cada modo de produção estrutura relações de exploração entre classes sociais e distintas formas de Estado. A luta entre as classes é o motor da transformação histórica. Na época capitalista, burgueses e proletários são os polos antagônicos da “sociedade civil”. A burguesia explora o sobretrabalho do proletariado, classe destituída de meios de produção. O Estado ocupa papel relevante, mas secundário, na medida em que pode garantir, pela coerção, o domínio da burguesia e de seu sistema de exploração. O proletariado é identificado como o sujeito da história, sua força revolucionária. Essa

orientação teórica geral, exposta de forma bastante esquemática, permitiu a Marx fazer análises muito nuançadas e de grande valor cognitivo de conjunturas políticas específicas, como, por exemplo, a da França no período 1848-52. Com poucas exceções, porém, elas não deram lugar no interior do marxismo a uma reflexão mais elaborada e sistemática sobre a política.

Na vertente ocidental da sociologia, centrada na Inglaterra, predominou uma concepção do social baseada no mercado, nos interesses dos indivíduos, funcionando com grande autonomia em relação ao Estado. Na sociologia de Spencer, por exemplo, tal como nas demais vertentes, entende-se o Estado como parte da estrutura social mais ampla, mas seu papel no conjunto seria secundário. Para Spencer, as sociedades tenderiam a evoluir principalmente por diferenciação, sendo as de tipo “militar” sucedidas pelas de tipo “industrial”. Estas, porém, só conseguiriam desenvolver-se adequadamente se o Estado tivesse suas funções limitadas, pois os princípios de organização dessas sociedades passariam de hierárquicos para contratuais, de políticos para econômicos. Assim, no universo intelectual anglo-saxão, predominou uma sociologia que entendia o social de forma próxima à perspectiva da economia política, mantendo maior distância da filosofia política, que percebia a sociedade em termos do poder soberano.

Na tradição positivista, predominante na França, a sociologia tenta demarcar uma posição mediana entre a filosofia política e a economia, entre a perspectiva do Estado e a do mercado. Tomemos a principal expressão dessa corrente, Émile Durkheim. Para ele a sociedade é um ser singular, *sui generis*, não redutível aos indivíduos, e o Estado nada mais é do que um órgão surgido do processo de diferenciação social, um grupo de funcionários da coletividade. Metaforicamente, ele é o cérebro do organismo social. É o órgão *reflexivo* e responsável pela *disciplina moral* da sociedade. O Estado não absorve, porém, toda a vida política. Esta, ao contrário, é inerente à sociedade, que produz as regras que definem o que é lícito, legítimo, ou o que é proibido, e as preserva como condição de sua continuidade.

Assim, nas sociedades diferenciadas e com Estado, a política é uma atividade plural, concentrada no Estado e difusa na sociedade. Esta, porém, tem precedência sobre aquele. O Estado apenas codifica, dá

clareza e consistência às representações coletivas, além de adaptá-las às novas circunstâncias emergentes na vida social. Não importa que o Estado amplie suas atividades à medida que a sociedade se diferencia, sua autoridade continuará sendo derivada da sociedade.

Esse entendimento, entretanto, é resultado da análise do sociólogo; mas não predomina na consciência pública. À medida que o Estado cresce em atribuições, se fortalece como organização e se torna titular de poder repressivo, dá lugar à ideia de que ele possui vontade própria, independência em relação à sociedade. Isso provém do desconhecimento de sua gênese e se reforça com os intercâmbios entre governantes e governados.

O Estado ganhou mais relevo na teoria social na Alemanha e na Itália, entre o final do século XIX e o começo do XX. Era aí mais forte a crença na maleabilidade da sociedade diante da intervenção consciente do Estado. Ganhou destaque dentro dessa orientação geral a sociologia de Max Weber. Como os economistas liberais, Weber entende que a vida social se desenvolve em meio à escassez de bens e que os agentes sociais lutam por sua apropriação; por isso, a estabilidade das relações sociais depende de se constituírem relações de dominação entre os agentes. A apropriação desigual de bens materiais, por exemplo, só ganharia estabilidade na medida em que fosse sancionada por relações jurídicas, convertendo a apropriação de fato em propriedade juridicamente garantida. A escassez, porém, não se limita aos bens materiais; atinge também bens simbólicos valorizados em um círculo de agentes sociais (por exemplo, a graça divina entre fiéis). Em todas as esferas da vida social — parentesco, religião, política — as relações sociais são de disputa e, por isso, têm maior probabilidade de se manter caso surjam relações de dominação entre os agentes.

Como se percebe, a sociologia weberiana tem em seu núcleo o conceito de dominação. Trata-se de uma forma especial de poder, em que o mando se ancora na aceitação do dominado, seja em função de seu interesse próprio, seja no seu sentimento de dever (do fiel em relação à Igreja, por exemplo). Sublinhe-se que esse reconhecimento da autoridade de quem manda depende da assimilação pelos dominados das ideias e valores do dominante. Sem isso, como aceitar que a graça divina é um bem escasso? Ou que a Igreja tem o direito de controlar sua distribuição

política fixa as condições gerais de dominação e pode intervir em quaisquer relações sociais que se desenvolvem em seu território — economia, saúde, educação etc. Ademais, a proeminência do Estado em relação às várias esferas sociais decorre também de ele desenvolver relações com outros Estados. Com efeito, Weber vincula a legitimidade também à posição do Estado na arena internacional. Mais especificamente, o argumento vincula nacionalismo e legitimidade em termos dinâmicos, relacionando as oscilações do sentimento nacional com o aumento ou a redução da legitimidade emprestada à dominação.

Como se vê, as relações entre o Estado e a sociedade são problemáticas. Não há critério que permita decidir de forma neutra, ou absoluta, qual das correntes da sociologia clássica encontrou a melhor *solução* para a questão. Ainda assim, deve-se reconhecer que a resposta weberiana tem sido a mais inspiradora para os cientistas sociais do presente.

Mas o tema das relações Estado/sociedade não é apenas um clássico da sociologia; ele tem sido central para caracterizar o que o cientista político Gillo Marçal Brandão denomina “linhagens do pensamento político e social brasileiro”, quer dizer, as distintas “famílias” de intelectuais que fizeram reflexões de conjunto sobre a sociedade brasileira. Com efeito, ao identificar as mais antigas dessas linhagens — a dos *idealistas orgânicos* e a dos *idealistas constitucionais* —, o jurista e ensaísta Oliveira Vianna tinha em vista fundamentalmente o modo como concebiam as relações Estado/sociedade no Brasil. Para os primeiros, a sociedade brasileira é fragmentada e com tendências anárquicas, e só um Estado forte pode mantê-la unida e mesmo transformá-la. Para os últimos, ao contrário, o Estado é uma entidade opressiva que sufoca e inviabiliza a articulação e a expressão própria da sociedade brasileira. Dentre os idealistas orgânicos, destacam-se o político do Império Paulino Soares de Sousa, o visconde do Uruguai, e os ensaístas e homens públicos que ganharam relevância depois da Revolução de 1930, como o próprio Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Dentre os idealistas constitucionais, destacam-se Tavares Bastos, na época do Império, Rui Barbosa, na Primeira República, e, mais recentemente, Raymundo Faoro.

Vejam os mais de perto as perspectivas dos intelectuais das duas linhagens. Para os idealistas orgânicos, as instituições políticas teriam

que ser estudadas a partir das condições brasileiras e não tendo em vista as realidades europeia e norte-americana. O Estado teria que se ajustar aos padrões *singulares* da vida social brasileira, ser o órgão de articulação e autoridade em relação a ela, sob pena de a sociedade se fragmentar. Assim, para Oliveira Vianna, desde o período colonial a sociedade teria sido marcada pela grande propriedade territorial, onde prevalecia a escravidão como elemento disciplinador da mão de obra e que dependia muito pouco do mundo exterior. Dominavam aí padrões patriarcais de mando, sendo o proprietário o chefe supremo, chefe de clã. O homem comum só podia conservar alguma garantia de vida e liberdade se estivesse a serviço de algum desses poderosos. Dessa aristocracia da terra não poderia surgir a solidariedade para formar a nação. Segundo Vianna, ela teve que vir de fora, da Coroa. Esta, depois da independência, teria selecionado dentre os nobres da terra os elementos capazes de manter a unidade nacional, preservando no plano político os antigos valores patriarcais. Como não havia sentimento nacional propriamente dito, a lealdade ao imperador é que teria evitado, de início, a fragmentação. A grande tarefa do Império, realizada graças a instituições como o Senado vitalício, o Conselho de Estado e o Poder Moderador, teria sido manter a unidade nacional contra o particularismo dos chefes de clãs, a que denominava caudilhos. A autoridade do poder central não seria, como se poderia pensar, inimiga das liberdades locais, pois, nas condições da sociedade brasileira, dominada pela política de facção, a autoridade do Estado seria a garantia das liberdades locais contra a ação dos caudilhos. Isso lembra o ponto de vista de Durkheim, para quem a autonomia dos indivíduos dependia do contraponto entre poder central e grupos intermediários. E por isso que Vianna julgava serem ilusórias as ideias dos liberais; a democracia ou a descentralização políticas constituiriam meros transplantes institucionais dos Estados Unidos ou da Europa, que só tornariam o Estado prisioneiro dos coronéis do interior e dos interesses privados. Daí sua crítica à Constituição de 1889 e à Primeira República; daí ter se tornado adepto e conselheiro do regime político centralizador que se implanta a partir da Revolução de 1930.

Fazendo contraponto a isso, a “família” dos intérpretes liberais da sociedade brasileira a vê como sufocada e fragmentada pelo Estado.

Dessa perspectiva, o Estado não é a solução para a inorganicidade da sociedade, mas o problema a resolver com reformas institucionais que permitissem à sociedade tornar-se autônoma, florescendo o associativismo, a liberdade individual, a representação política de cidadãos livres e a opinião pública. É bem próprio dessa linhagem a crença no poder da *reforma institucional*, da boa lei, para remediar os problemas nacionais. Raymundo Faoro, em *Os donos do poder* (1958), deu a versão intelectual mais clara dessa linhagem. O Estado brasileiro seria uma herança de Portugal, que nos teria legado um Estado de tipo patrimonial, uma das modalidades de dominação tradicional construídas por Max Weber. No patrimonialismo, o soberano, isto é, quem domina, o faz com o auxílio de um quadro administrativo de servidores que são seus dependentes e/ou favoritos, que exercem suas funções em troca de rendas ou vantagens concedidas pelo dominante e com recursos a ele pertencentes. Tais recursos provêm das atividades econômicas do senhor e da sua participação nas rendas derivadas das atividades autorizadas dos súditos. Note-se que nessa forma de domínio político as atividades econômicas são entendidas sempre como concessões do Estado e sujeitas às suas necessidades. Daí que, quando muito, essa forma de domínio político é compatível com um capitalismo politicamente orientado, dependente de concessões e/ou proteção política. A associação entre a Coroa portuguesa e a burguesia comercial teria permitido uma burocratização limitada do quadro administrativo e a constituição, já no final do século XIV, de uma comunidade de mando entre esse quadro e a alta direção do Estado, o “estamento burocrático, o verdadeiro soberano português — que esteve à frente das grandes navegações, da colonização do Brasil e da transferência da corte para o Rio de Janeiro. Ao contrário dos que entendem a colonização do Brasil como fruto do esforço privado, dada a aparente ausência da Coroa portuguesa, Faoro vê donatários de capitanias, proprietários territoriais e bandeirantes como agentes, embora não “funcionários”, da Coroa. O estamento burocrático teria sempre privilegiado, durante a colônia, os comerciantes em detrimento dos proprietários territoriais, tendo em vista o enriquecimento do Estado. Os grandes proprietários só saíram de seu isolamento a partir da presença da corte no Brasil, tornando-se os principais responsáveis pela independência, ao vencer funcionários e

comerciantes portugueses. A partir da Constituição de 1824, porém, o Poder Executivo voltaria a dominar o Legislativo, através do Senado vitalício, do Conselho de Estado e Poder Moderador da Coroa, configurando no Brasil independente o domínio do estamento burocrático. Com breves interrupções, como na independência (1822-24), no período regencial (1831-37) e na Primeira República, quando a vontade da nação teria parcialmente se manifestado, no Império e no

Estado pós-1930 o estamento burocrático teria dado as cartas, sufocando a nação, pelo bloqueio a constituição de um capitalismo industrial autônomo e pelo controle das forças sociais, seja por organizá-las em corporações (como sindicatos operários e empresariais), seja cooptando suas lideranças, atrelando-as ao Estado. Como se pode ver, idealistas orgânicos e constitucionais têm perspectivas opostas, de sinal contrário, mas uma percepção similar — na maior parte da história do Brasil independente eles veem o Estado como o condutor da sociedade.

Essas duas correntes, com efeito, superestimam a capacidade de ação autônoma do Estado sobre a sociedade. Faoro, por exemplo, além de atribuir ao estamento burocrático o comando quase ininterrupto da história brasileira, entende que o seu poder é tal que suprime a legalidade própria das esferas não políticas da vida social, contrariando as concepções de seu inspirador declarado, Max Weber.

Há, porém, interpretações que, sob inspiração de Weber e Marx, acentuam a relevância da estrutura econômica e social e dos agrupamentos aí enraizados para a vida política e o Estado. Florestan Fernandes, por exemplo, embora concorde que o Estado imperial brasileiro era de tipo patrimonialista, mostra que suas estruturas e orientação dependiam das possibilidades fixadas pela estrutura econômica e pelo tipo de estratificação social vigente. A economia escravista herdada da colônia sustentava uma sociedade senhorial estratificada (em grupos de status de fronteiras mais ou menos rígidas) e, depois da independência, foi comandada por um Estado senhorial escravista que representava apenas a aristocracia agrária e seus associados. Isso significa que essa forma de Estado, como quaisquer outras, incorporava um viés societário e fixava normas e valores de inclusão/exclusão política, quer dizer, definia quem podia dominar, com quais aliados e sobre quais dominados. Essas formas políticas não são

dedutíveis da economia ou da sociedade; são concebidas como resultantes e objetos de disputa política, para mantê-las ou transformá-las. Em outras palavras, nesse tipo de sociologia política, são as disputas entre atores políticos — conectados às classes e/ou grupos de status definidos no plano estrutural — que fixarão, por vezes com a participação de segmentos da burocracia estatal, as formas de Estado e sua orientação política. Essa perspectiva é estimulante, mas, muitas vezes, tende a subestimar a autonomia do político, suprimindo as diferenças entre os atores políticos e as classes em que se enraizam.

Quando a literatura brasileira deixa de ser uma alegoria do nacional? Mais precisamente, quando a narrativa do destino individual privado não é um construto alegórico da situação conflituosa da cultura e da sociedade, refém de toda sorte de nacionalismos? Ainda em outros termos, em que momento a literatura passa a não exercer entre nós a função de mediadora privilegiada entre a sociedade e o Estado-nação, papel que dos primeiros românticos aos modernistas desempenhou com força artística persuasiva e impulso ideológico decisivo?

Pensar a questão nos dias atuais supõe o fim do paradigma moderno que atrelava o novo ao nacional, considerados fatores prioritários na definição do cânone literário do país. Requer, em consequência, que o texto assuma como espaço de enunciação um entrelugar discursivo, formado pelo diálogo da literatura com outras artes e linguagens, em vista disso propício a novas formas de articulação estética e política. Tem-se, então, um objeto literário híbrido em sua configuração e heterogêneo quanto ao seu lugar na ordem dos discursos. É o caso dos textos de expoentes de gerações anteriores à atual, como Dalton Trevisan, Rubem Fonseca, Silviano Santiago, Sérgio Sant'Anna e João Gilberto Noll, que continuam a publicar regularmente.

Para a nova situação, foram determinantes as transformações ocorridas no campo das artes em virtude da globalização, plenamente atuante nos últimos decênios do século xx, a ponto de tornar evidente a necessidade de romper hierarquias discursivas e redimensionar escalas de valor. Surgem ou se afirmam novos mecanismos de legitimação do trabalho do escritor, dependente cada vez mais do mercado (grandes grupos editoriais), do marketing cultural (valiosos prêmios e prestigiosas festas literárias), das novas mídias (blogs, Twitter), além de bolsas concedidas por instituições nacionais e internacionais.

Até que ponto a ficção brasileira recente incorporou esses fatores, deu-lhes forma e linguagem literárias, não é possível ainda medir com rigor. Nem demarcar limites rígidos entre os escritores da chamada “geração 90” — como Marçal Aquino, Marcelino Freire, Nelson de Oliveira — e os atuais. Mesmo porque alguns traços distintivos permanecem na passagem de um milênio a outro: temática urbana, subjetividades em conflito, dicção hiper-realista, reflexão intimista, viés ensaístico e metaficcional da escrita. Cabe apenas ressaltar o que de

mais significativo constitui a produção literária recente, sua razão de existência e da tarefa do escritor, velha questão que retorna sem a “ansiedade da influência” em relação aos mestres do passado.

O escritor argentino Ricardo Piglia prefere chamar de “famílias literárias” o modo contemporâneo de afiliação de textos, menos neurótico diante da tradição nacional e mais condizente com as formas de apropriação que diferenciam e ao mesmo tempo aproximam um

escritor de outro. Esse modo possibilita a associação em rede, em última instância, transnacional, que opera com a desconstrução de estereótipos culturais e de convenções ideológicas, numa concepção de história para a qual convergem temporalidades distintas e simultâneas. De modo geral, essa concepção revela projeções de alteridade, nascidas do encontro de povos, costumes e civilizações, que o texto coloca em xeque como forma de atestar sua validade enquanto realização artística e cultural, a exemplo de *Dois irmãos* (2000), de Milton Hatoum, e de duas obras publicadas no ano de 2003: *Mongólia*, de Bernardo Carvalho, e

Budapeste, de Chico Buarque.

O romance de Milton Hatoum retoma o mito dos irmãos inimigos para narrar a história de uma família de imigrantes libaneses em Manaus. À maneira de *Relato de um certo Oriente* (1989), seu livro de estreia, o autor dedica-se a recompor vozes silenciadas, gestos apenas esboçados, objetos em vias do desaparecimento ou perdidos para sempre. Instaura formas de identificação marcadas por pequenos eventos do cotidiano e pelo recurso à reminiscência — “horizonte aquático, brumoso e ensolarado” da escrita.

A condição de filho bastardo do narrador é uma forma oblíqua de tratar os conflitos familiares e culturais sem reduzi-los ao exotismo de posições preconcebidas. Assume a busca da *srcem* como uma falta que não se consegue sanar, a não ser pela invenção ficcional que se revela por movimentos quase imperceptíveis de passagem do factual ao mítico, como variante textual de um processo mais geral de confronto entre identidades.

O romance de Bernardo Carvalho é um sofisticado relato de viagem e de investigação em que se procura um fotógrafo brasileiro desaparecido na Mongólia, acentuando ao máximo a tensão inerente ao contato entre sujeitos e culturas, que a epígrafe do livro reveste de tons kafkianos.

Maria de Jesus na década de 1960, pois Conceição Evaristo tem publicado regularmente desde a década de 1990 nos *Cadernos Negros*, do grupo Quilombhoje, de São Paulo, e tem outro romance editado, *Beco da memória* (2006).

A escritora retoma com sutileza incomum o ato ancestral de contar histórias para narrar a vida de privações de Ponciá Vicêncio, que se tece de crueldade e pequenas alegrias. A assimetria das relações sociais —

que tem origem no confronto surdo entre senhores e escravos — é a causa principal do roteiro de perdas e espoliações que o personagem sofre desde menina até a alienação extrema de si. Mas é também essa situação em princípio sem saída que impulsiona a mobilização de forças de resistência que permitem aos laços de identidade familiar e étnica serem restaurados e com eles as sementes da transformação. Nas mãos de uma escritora menos hábil, tudo poderia resultar no velho panfleto das surradas palavras de ordem; em Conceição Evaristo, como no personagem que dá título a seu romance, “suas mãos seguiam

reinventando sempre e sempre. E quando quase interrompia o manuseio da arte, era como se perseguísse o manuseio da vida, buscando fundir tudo num ato só, igualando as faces da moeda”.

Essa fusão a rigor impossível é o horizonte da escrita *feminina*. Mobiliza de maneiras diferentes *Azul e dura* (2002), de Beatriz Bracher; *A chave de casa* (2007), de Tatiana Salem Levy; *Por que sou gorda, mamãe?* (2006), de Cíntia Moscovich; *Algum lugar* (2009), de Paloma Vidal; *Sinfonia em branco* (2001), de Adriana Lisboa; *Minha ficção daria uma vida* (2010), de Ruth Silviano Brandão; *Toda terça* (2007), de Carola Saavedra. Pode encaminhar-se para a autoficção ou para o texto de cunho autobiográfico, apropriar-se de experiências alheias ou inventá-las a ponto de subverter até mesmo a noção de “gênero” (*gender*) que a identifica, como em *Não falei* (2004), de Beatriz Bracher, em que o livro é narrado por uma voz masculina, um professor às voltas com seu passado.

A questão das subjetividades contemporâneas, que a literatura feminina traduz a seu modo, elege a cidade como foro privilegiado de discussão *literária*. A temática urbana impõe-se atualmente não só da perspectiva da violência e do tráfico de drogas, em décadas anteriores adotada à exaustão, mas pelo prisma conflituoso das relações privadas,

O futebol pode ser visto, analisado, admirado e imaginado de diferentes maneiras. Essa multiplicidade de olhares, a beleza do jogo e a presença marcante e frequente do imponderável fazem do futebol o esporte mais popular, mais emocionante e mais surpreendente do mundo.

Pode ser visto como um jogo de habilidade, de criatividade e de fantasia; um jogo técnico, científico, pragmático e planejado; uma disputa corporal e de força física; um balé; uma metáfora da vida, com seus dramas, dualidades e emoções; um grande negócio (cada vez mais); um entretenimento; uma catarse para os torcedores; uma manifestação cultural, política e sociológica; de todas essas formas e de outras que se possa imaginar.

O futebol chegou ao Brasil em 1894, trazido por Charles Miller, filho de um inglês com uma brasileira. No início, era jogado somente pelos ricos e brancos. Não daria certo. Na década de 1920, o Vasco foi o primeiro clube brasileiro a contratar negros. Tudo mudou. A miscigenação do povo brasileiro foi um fator decisivo para o crescimento técnico do futebol e para o surgimento do estilo habilidoso e criativo. Nascia o futebol-arte, tão admirado em todo o mundo.

A profissionalização do futebol começou em 1933. Apesar de ser hoje um grande negócio, o futebol brasileiro ainda tem muito de amadorismo e de improvisação. Muitos torcedores não aceitam também as mudanças. Sonham com um time de jogadores apaixonados e com uma longa carreira em seus clubes.

Desde menino, ouço que o Brasil é o país do futuro, e que o futebol brasileiro é desorganizado fora de campo. O futuro ainda não chegou, e os clubes continuam desorganizados, administrados por pessoas incompetentes e oportunistas.

Dentro de campo, o futebol brasileiro é o grande destaque mundial, e o Brasil o país que mais forma jogadores. Para ser um atleta excepcional, um craque, é preciso ter, em alto nível e em proporções variáveis para cada jogador, muita habilidade, criatividade, técnica, além de ótimas condições físicas e emocionais. O talento é a união de tudo isso.

A habilidade é a intimidade com a bola, a capacidade de colá-la nos pés, não perdê-la, mesmo diante de um adversário. Assim como a criatividade, a habilidade surge na infância, nas brincadeiras, sem regras e sem professores.

Dos fundamentos técnicos (passe, drible, finalização, desarme), o drible é o mais representativo da habilidade. A finta é o drible de corpo, sem tocar na bola. O drible, característica do futebol brasileiro, tem muito a ver com a ginga, com a dança e com nossa srcem multirracial. Ele é o fundamento técnico mais lúdico e o mais importante para ultrapassar uma forte defesa. O drible tem sido cada dia mais substituído pelo passe, tecnicamente correto, sem risco. Os dois fundamentos são essenciais. O passe é o fundamento técnico mais representativo do jogo coletivo e planejado.

A criatividade é a antevisão do lance e a jogada surpreendente. Antes de a bola chegar, o craque, em uma fração de segundos, mapeia tudo o que está à sua volta, percebe a movimentação dos jogadores e calcula a velocidade da bola, dos companheiros e dos adversários.

Como ele sabe tudo isso? Sabendo. Sabe, mas não sabe que sabe. Existe um saber que antecede o raciocínio lógico. Alguns chamam isso de intuição, outros, de inteligência emocional, de inteligência

inconsciente. Os especialistas médicos falam de inteligência cinestésica. As escolinhas de futebol, particulares ou de clubes profissionais, estão invertendo o aprendizado e o desenvolvimento das crianças. Em vez de brincar com a bola, durante a primeira infância, os meninos, muito cedo, estão aprendendo a técnica, as regras e os conhecimentos táticos. Tudo isso deve ser aprendido na adolescência, nas categorias de base dos clubes, depois que os meninos desenvolverem a habilidade e a fantasia na infância.

O Brasil se tornou um grande exportador de jogadores, para todos os lugares do mundo. Há mercado para os craques, para os bons e para os medíocres.

O sonho dos treinadores, de todo o mundo, de parte da imprensa e de todos os pragmáticos e apaixonados pelo cientificismo, é transformar o futebol em um esporte cada vez mais técnico, programado, racional, de jogadas ensaiadas e repetidas, como o vôlei e outros esportes. Ficaria mais fácil de ser analisado.

A Seleção brasileira de 1970, campeã do mundo, considerada a melhor ou uma das melhores da história, pelo jogo eficiente e bonito, foi, paradoxalmente, também o marco, o início, no Brasil, do futebol mais tático e organizado, dentro e fora de campo. Por causa do excelente

planejamento feito pelo Brasil, na Copa de 1970, todos os grandes times brasileiros passaram a valorizar mais a parte física e tática, muitas vezes em detrimento da habilidade, da fantasia e da improvisação.

Hoje, com a globalização e a valorização do futebol técnico e programado, há, cada vez menos, diferença entre o estilo brasileiro e sul-americano e o estilo europeu. Os brasileiros copiaram o pragmatismo europeu, e estes aprenderam com a fantasia e a criatividade do

brasileiro. Levaram vantagem.

A diferença ainda existe porque, de vez em quando, surge, no Brasil, jogadores como Ronaldinho, Robinho e outros, que são mais raros na Europa. Já Kaká, um dos melhores jogadores do mundo, tem um estilo mais parecido com o dos europeus do que dos brasileiros. Kaká se destaca muito mais pela técnica, pela velocidade, pela força física e pela disciplina. Já Robinho e Ronaldinho se destacam mais pela fantasia e improvisação. Isso não significa que Kaká não seja habilidoso nem que Ronaldinho e Robinho não tenham excelente técnica. A técnica é a

execução dos fundamentos básicos para o jogador de uma posição. Existe técnica sem arte, mas não existe arte sem técnica.

Por mais que o futebol se torne pragmático e programado, ele nunca estará livre do imponderável. Esse fator é determinante no resultado das partidas entre dois times do mesmo nível. O imponderável não tem nada a ver com o mistério e com o estranho. É a presença marcante e frequente de fatos comuns, que não sabemos onde e quando vão acontecer. O imponderável não torce nem é justo. Acontece.

A rotina, os rituais, as repetições e os esquemas táticos dos treinadores são tentativas sem êxito de controlar as sombras do imponderável, do que não tem regras nem nunca terá, como disse a belíssima música de Chico Buarque.

O imponderável é também determinante em nossas vidas. Temos a ilusão de que podemos programar e racionalizar tudo e, de repente, somos surpreendidos pelo imponderável. “A vida dá muitas voltas; a vida nem é da gente” (João Guimarães Rosa).

Existe, progressivamente, uma grande mudança na maneira de se ver o futebol. Por causa de grandes interesses econômicos, da violência e do desconforto dos estádios brasileiros, o futebol está sendo transportado para as salas de televisão. A análise dos árbitros, jogadores e esquemas

táticos é feita muito mais pelo olhar da TV. Os editores, nas salas frias, repletas de computadores e de tira-teimas, são hoje mais importantes que os narradores e comentaristas. É o futebol virtual.

Apesar do desenvolvimento científico, o trabalho psicológico no futebol ainda não é bem-aceito. Isso ocorre por vários motivos. Existe um machismo no futebol. Os homens se acham poderosos, capazes de controlar suas emoções. Dirigentes, treinadores, membros da comissão

técnica (até os médicos) são mal informados sobre o assunto. Acham que o trabalho dos psicólogos demora e/ou não dá resultados. Preferem as palestras óbvias e repetidas de motivação, de autoajuda, feitas principalmente antes dos grandes jogos.

No mundo do futebol, pragmático, operatório e utilitário, as emoções dos atletas são pouco valorizadas. Acham que o jogador é feito somente por músculos, ossos, tendões, cartilagens e outras estruturas anatômicas.

Muitos jovens, de grande talento, não se tornam craques porque não sabem conviver com as dificuldades, com as emoções, com o sucesso, com o fracasso, com a glória, com a fama e com o dinheiro. Muitos se perdem no meio do caminho. No meio do caminho, existe a vida.

Assim como em qualquer atividade, há atletas com as mais diversas características psicológicas. O mais comum é o atleta ter comportamentos contraditórios. A alma tem muitos mistérios.

Atletas introspectivos, tímidos e calados podem ser desinibidos dentro de campo. Já outros, brincalhões e falastrões, morrem de medo diante da responsabilidade. Existem os que crescem na adversidade. São os ambiciosos, perfeccionistas e determinados. Isso é fundamental para ser um craque. Outros, com baixa autoestima, se inibem quando são vaiados e criticados.

Há os que brilham somente se forem os craques do time. Necessitam ser mimados e elogiados todos os dias. Ao lado de outros craques, ficam retraídos. Existem também os que não querem ser destaque. São pouco ambiciosos. Preferem ser coadjuvantes. É mais fácil. São os obedientes e cumpridores dos esquemas táticos. São os mais comuns. Os técnicos adoram esses atletas.

Existem ainda os deslumbrados, narcisistas, sem autocrítica, que se acham melhores que são. Sentem-se sempre perseguidos pela imprensa, torcedores e técnicos.

O escritor e filósofo Alberto Camus, que foi goleiro, falou que aprendeu mais sobre os valores éticos e humanos no futebol que no restante de sua vida. Muitos dizem que o esporte humaniza e socializa as pessoas. Falam ainda que um jovem, ao praticar o esporte, esquece e sublima outros desejos que podem prejudicar e até destruir sua vida.

Tudo isso é verdade, mas nem sempre é assim, principalmente no esporte de alto rendimento, individual ou coletivo. Se as pessoas

comuns, no cotidiano, não conseguem controlar e reprimir suas desmedidas ambições, agressividades e impulsos destrutivos, mesmo com tempo de pensar e assumir os riscos, imagine um atleta, na emoção da disputa de um título que vai lhe render muito dinheiro, fama e glória. Perder é morrer, já disse um campeão.

Se não houvesse exames antidoping de rotina, o número de atletas dopados seria muito maior. Mesmo correndo grandes riscos de serem flagrados, muitos não resistem.

Fora de campo, é a mesma coisa. Dirigentes costumam se utilizar de todas as estratégias, legais e ilegais, para seus clubes serem campeões. Isso representa prestígio e muito dinheiro. Treinadores, mesmo quando não têm consciência de suas atitudes e/ou não são explícitos, muitas vezes estimulam a violência e os valores antiéticos, com instruções do tipo: “Temos de ganhar de qualquer jeito”. É a lei do mais esperto.

O esporte de alto rendimento, diferentemente do esporte que se pratica como lazer, não costuma ser um bom lugar para aprender e incorporar os valores éticos e morais. Obviamente, e feliz mente, nem sempre é assim. Muitos jogadores, técnicos e dirigentes procuram fazer um jogo limpo. Há muitos profissionais conscientes e corretos.

Ser um bom profissional não é apenas cumprir obrigações e defender seus direitos. Para um atleta brilhar intensamente, ele precisa criar laços afetivos com o clube, com os torcedores e com os companheiros. No futebol atual, como é cada vez mais curto o tempo de um atleta em um clube, essa proximidade é cada vez menor.

O esporte de alto rendimento, principalmente o futebol, se tornou um grande negócio. Segundo vários estudos, é uma das maneiras mais comuns de se “lavar” dinheiro. Cada vez mais, milionários compram clubes para ganhar e esconder dinheiro, e também para se divertir.

Os clubes, por preguiça, incompetência e outros interesses, não

e da razão.

A linguagem corporal está muito mais próxima da emoção e do inconsciente. Isso é tão importante quanto a linguagem consciente e racional. O corpo fala primeiro. O corpo não mente. “O corpo é a sombra da alma” (Clarice Lispector).

SUGESTÕES DE LEITURA

FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro, Mauad X, 1947.

KFOURI, Juca. *Por que não desisto: futebol, dinheiro e política*. Porto Alegre, Disal, 2009.

RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais — Crônicas de futebol*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SALDANHA, João. *Futebol e outras histórias*. Rio de Janeiro, Record, 1988.

WISNIK, José Miguel. *Veneno remédio — O futebol e o Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

GÊNERO, OU A PULSEIRA DE JOAQUIM NABUCO

Mariza Correa

Joaquim Nabuco é um dos meus “pensadores sociais” favoritos: bela estampa, uma integridade a toda prova e um português sem jaça nos seus escritos. E não isento das contradições que nos assolam a todos — entre o que pensamos, racionalmente, e o que sentimos, como parte de nossa educação e de nossa época. Só o fato de ter sido um liberal monarquista já é um bom exemplo disso. Outro, é o de ter saído de seu lugar circunscrito pelo nascimento, a elite da época, e ter trabalhado junto

com os movimentos sociais de seu tempo para agitar a causa da abolição nas ruas. Agitou-a também na Europa, tendo sido um participante assíduo das reuniões da Anti-Slavery Society de Londres — que sobrevive até hoje, agora como Anti-Slavery International — e, ainda que não fosse religioso na época, até conseguiu uma declaração do papa contra a escravidão, antes de ela ser abolida. Ele concentra, assim, de certo modo, as variadas contradições de um intelectual do seu tempo e em sua biografia se encontram também muitas pistas para entendermos as disputas da sociedade de então sobre o que significava ser homem e ser mulher na época, isto é, sobre como as relações de gênero eram vividas.

Ele é, ainda, um bom exemplo da *formação* dos homens públicos brasileiros no século XIX, cuidado por escravas na sua infância, como se vê por um trecho do capítulo mais bonito de *Minha formação*, no qual Nabuco relembra: “‘O menino está mais satisfeito’, escrevia a meu pai o amigo que devia levar-me [para o Rio de Janeiro] ‘depois que eu lhe disse que a sua ama o acompanharia’”. Sua ama, e sua madrinha, que o criou até os oito anos, são figuras presentes nessas memórias, quase sem referência a outras mulheres — nem sua mãe, nem sua esposa aparecem aqui. Talvez não por acaso, um dos juristas da época, Caetano Soares, propunha que as amas que tivessem dedicado sua vida a um senhor — será que também a uma senhora? — fossem consideradas livres.

Quando jovem, tendo aderido ao dandismo, uma moda bem espalhada no minúsculo grupo da elite brasileira, copiando a francesa, Nabuco usava roupas apuradas, cabelos frisados e brilhantina nos bigodes — e sua figura chegou a ser alvo da chacota de seus inimigos. Candidato a deputado, foi gozado em prosa e verso pelos jornais de oposição em Pernambuco, seu estado natal, como “o candidato da pulseira” — “coisas de senhora” — porque usava uma pulseira de ouro.

Era também chamado de pavão, e o pai de uma de suas namoradas a advertia de que ele tinha “papelotes nas mangas” — seja lá o que for que isso quisesse dizer — e, além de tudo, foi apelidado de “Quincas, o Belo”.

Se essa vinheta de sua biografia mostra como seus contemporâneos podiam utilizar os sinais típicos do masculino/feminino de maneira a redefinir politicamente esses sinais, um bom exemplo de utilização, no sentido inverso, pode ser visto na relação de Joaquim Nabuco com a noiva com a qual não se casou. Eufrásia Teixeira Leite, rica herdeira de fazendas de café em Vassouras, ficou órfã muito cedo e mudou-se com sua irmã para Paris, para escapar à tutela de parentes masculinos, na época obrigatória para mulheres sós. Lá, tornou-se provavelmente a primeira brasileira a ser uma mulher de negócios na cena internacional — aplicando na Bolsa de Valores, investindo suas ações em vários países e vivendo uma vida independente. Em suma, no século XIX, Eufrásia vivia como um homem rico de sua época viveria. E foi sua atuação “masculina” que fez com que seu romance com Nabuco fosse de vez por água abaixo — como a biografia dele comenta, parecendo, ela também, ter aderido aos “ares do tempo” sobre o que se esperava das relações entre homens e mulheres, sobre a oferta da noiva a um homem sempre endividado, a de criarem um jornal ou se associarem em algum negócio:

Nabuco ficou ofendido [...] Na sua virilidade, rebaixado da obrigação de provedor para o lugar feminino por excelência, de dependente. Nessa inversão de papéis, viu pela primeira vez a noiva sem o véu romântico. Reconheceu a bem-sucedida mulher de negócios, preocupada em fazer dinheiro de dinheiro, pondo tudo em termos práticos, sem arroubos de ternura. A situação descortinava a superioridade material dela e escancarava o problema que ele escamoteava.

ler os debates sobre um dos temas mais importantes do pensamento social no Brasil — o abolicionismo.

SUGESTÕES DE LEITURA

- ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas* São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- GREGORI, M. F. “Estudos de gênero no Brasil: comentários críticos” *In: MICELI, Sergio (org.). O que ler na ciência social brasileira(1970-1995)*. São Paulo, Sumaré/Anpocs, 1999, pp. 223-35.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1975.
- PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial. Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
- SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no oeste paulista” *In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). História da vida privada no Brasil, vol. II*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 233-90.
- SORJ, B. e HEILBORN, Maria Luiza. “Estudos de gênero no Brasil” *In: MICELI, Sergio (org.). O que ler na ciência social brasileira(1970-1995)*. São Paulo, Sumaré/Anpocs, 1999, pp. 183-221.

HOMOSSEXUALIDADE
E MOVIMENTO LGBT:
ESTIGMA,

DIVERSIDADE,
CIDADANIA

Júlio Assis Simões

Acostumamo-nos a ver, em várias cidades brasileiras, multidões de pessoas reunidas em manifestações organizadas para celebrar o “Orgulho LGBT”, sigla que se refere a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros. No Brasil, assim como em vários outros países, os modernos movimentos LGBT representam um desafio às formas de condenação e perseguição social contra desejos e comportamentos sexuais anticonvencionais associados à vergonha, imoralidade, pecado, degeneração, doença. Falar do movimento LGBT implica, portanto, chamar a atenção para a sexualidade como questão social e política, seja como fonte de estigmas, intolerância e opressão, seja como meio para expressar identidades e estilos de vida.

A sexualidade é uma referência privilegiada em muitas interpretações clássicas do Brasil. Sensualidade e luxúria, manifestadas como uma espécie de propensão coletiva à precocidade sexual e ao desregramento erótico, foram apontadas como traços importantes (ou mesmo definidores) da brasilidade, por autores tão diversos em contextos

distintos como Nina Rodrigues (1862-1906), Paulo Prado (1869-1943) e Gilberto Freyre (1900-87).⁸ Deve-se observar que a visão do Brasil como terra do excesso sexual provinha já dos primeiros tempos da colonização, como sugerem os relatos de viajantes sobre práticas do “pecado nefando” entre os ameríndios e documentos sobre confissões e denúncias de sodomia durante a visita do Santo Ofício, na Bahia e em Pernambuco, no final do século XVI e começo do XVII. Nas interpretações da formação social brasileira que se desenvolveram desde o final do século XIX até meados do XX, causas variadas foram propostas para explicar aquele pendor: a influência do calor tropical; a natureza supostamente mais excitável, ardente e descontrolada de africanos, ameríndios e portugueses; as condições sociais de desigualdade, violência e degradação moral forjadas na escravidão; ou, ainda, uma combinação de tudo isso. Diferenças de ênfase à parte, essas interpretações corroboraram a visão de um Brasil marcado por uma sexualidade excessiva, com sua busca de prazeres “perversos” de toda sorte, entre os quais se destacavam as relações entre pessoas do mesmo sexo.

Apesar da importância que vários autores clássicos do pensamento social brasileiro atribuíram à sexualidade, somente a partir dos anos 1970 o tema deixou de ser incidental e se tornou foco de pesquisa

sistemática nas nossas ciências sociais. Isso se ligou, em boa parte, ao contexto de intensificação dos movimentos em defesa da liberdade sexual nos Estados Unidos e na Europa durante a chamada “contracultura” dos anos 1960, culminando com a famosa rebelião dos frequentadores homossexuais do clube Stonewall contra a polícia de Nova York, no começo do verão de 1969. Na cena norte-americana, palavras de ordem como “assumir-se” e “sair do armário” simbolizavam o anseio de tornar visível e fonte de orgulho o que até então era motivo de vergonha e vivido na clandestinidade.

No Brasil dos anos 1970, sob a ditadura militar, formas locais de desbunde e contestação cultural abriram brechas na repressão política. A androginia adquiria então um potencial subversivo. Em seu primeiro espetáculo no Brasil depois da volta do exílio na Inglaterra, em 1972, o cantor e compositor Caetano Veloso surpreendia o público ao usar batom e encenar maneirismos à moda de Carmen Miranda. Ao mesmo tempo, surgia o grupo teatral Dzi Croquettes, cujos componentes misturavam barbas, cílios posticos, peitos peludos, sutiãs, meiões de futebol e saltos altos em espetáculos de humor, canto e dança que percorriam o país com grande impacto. Os Dzi Croquettes buscavam vivenciar no cotidiano o que representavam no palco, mobilizando fãs ou “tietes” com quem formavam uma comunidade com múltiplas relações eróticas e afetivas. Essas intervenções artísticas e existenciais foram, em boa medida, precursoras e coprodutoras da “saída do armário” no Brasil. No final da década de 1970, em meio a um movimento crescente de oposição ao regime militar, emergiria um movimento homossexual no país, cujos marcos foram a criação do jornal *Lampião* e a fundação do grupo Somos de Afirmação Homossexual, ambas em 1978.

Também nesse momento os trabalhos do filósofo e historiador francês Michel Foucault (1926-84) sobre a produção histórica e social da loucura, do crime e da sexualidade foram introduzidos nos cursos de ciências humanas no Brasil. Em sua *História da sexualidade: a vontade de saber* (publicado na França em 1976 e traduzido no Brasil já no ano seguinte), Foucault argumentou que os especialistas médicos, desde a segunda metade do século XIX, em seus esforços de conhecer e prevenir tudo aquilo que poderia ameaçar a saúde do indivíduo e da nação, contribuíram decisivamente para estabelecer uma série de classificações

de tipos humanos que deram corpo às sexualidades “marginais” ou “perversas”. Dessa forma, os médicos ajudaram a promover uma nova forma de controle social, tendo a sexualidade como alvo, ao mesmo tempo que moldaram novos personagens sociais. Um exemplo seria a figura do “homossexual”, que substituiu a figura do “sodomita” na linguagem da medicina e do direito. Na visão influenciada pela religião, o sodomita era um praticante eventual ou reincidente de relações

sexuais ilícitas. Na visão dos especialistas médicos, o “homossexual” passava a ser um tipo de natureza física e psíquica singular, situada entre o masculino e o feminino, que se manifestaria em seu corpo, seu temperamento e sua conduta.

No âmbito do debate brasileiro dos anos 1970, cabe destacar o trabalho do antropólogo Peter Fry, por sua relevância para a configuração de uma área de estudos voltada às conexões entre homossexualidade, cultura e política, que também desenvolvia uma abordagem da sexualidade como produto histórico e social. Fry

argumentou que no Brasil, na passagem do século XIX para o XX, também se elaborou uma compreensão do “homossexual” como um ser dotado de natureza singular. Nossos especialistas médicos não apenas codificaram e descreveram “anormalidades” sexuais, mas procuraram associá-las a explicações para degeneração, delinquência e loucura fundamentadas em diferentes versões do determinismo biológico e das teorias raciais em voga.

A visão médica da homossexualidade viria se contrapor a um modelo mais antigo e persistente de classificação de tipos sexuais, que Fry denominou de “hierárquico-popular”. Nele, as categorias referidas às práticas homossexuais estão englobadas por uma hierarquia de gênero, distinguindo as figuras do “homem” e da “bicha” (ou “viado”, “boiola”, “xibungo” etc.), em termos de seu papel no ato sexual. Na lógica do modelo hierárquico-popular, os atos de penetrar e de ser penetrado adquirem os sentidos respectivos de dominação e submissão por meio das categorias de “ativo” e “passivo” (e várias outras expressões populares correspondentes, como “comer” e “dar”, “ficar por cima” e “ficar por baixo”, “meter” e “abrir as pernas” etc.). O parceiro ativo dominador conservaria sua masculinidade, enquanto o feminino é quem se entregaria de forma subalterna e servil. Seria possível conceber

também uma versão desse modelo para as relações homossexuais femininas, com a figura do “sapatão” (ou “paraíba”, “fancha”, “mulher-macho” etc.), que desempenharia o papel “ativo” ao se relacionar com “mulheres”.

Fry sugeriu que o modelo hierárquico-popular teria raízes históricas profundas, mas não seria uma peculiaridade brasileira. Distinções similares de “ativo” e “passivo” já constavam em cancionários medievais

que mencionavam praticantes do coito anal. Recuando ainda mais no tempo, podemos encontrá-las na Roma antiga, onde o cidadão adulto que se deixasse penetrar em relações homossexuais era vilipendiado em sua honra viril, enquanto a passividade era adequada aos jovens escravos. Cabe lembrar que Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala* (1933), já havia equiparado o papel do moleque, como paciente do senhor moço entre as grandes famílias escravocratas do Brasil, ao do escravo púbere escolhido para companheiro do rapaz aristocrata no Império Romano, observando que, “através da submissão do moleque, seu companheiro de brincados e expressivamente chamado de ‘leva pancadas’, iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico”.

Enquanto o modelo hierárquico-popular diz quem é masculino e quem é feminina, o modelo médico-psicológico insiste na distinção entre homossexualidade e heterossexualidade. Em um primeiro momento, os médicos incorporaram em suas classificações os princípios da hierarquia de gênero, dividindo os homossexuais em “ativos” e “passivos”, parcialmente correspondendo a suas concepções de homossexualidade “adquirida” e “congenita”. O modelo médico-psicológico se encaminharia depois para uma representação mais homogênea dos diferentes tipos, baseada em uma noção de orientação do desejo sexual. Assim, os homens que mantivessem relações sexuais com outros homens seriam considerados “homossexuais”, não importando mais se é “ativo” ou “passivo”.

Essa passagem é importante, pois permite a Fry argumentar que um modelo “igualitário-moderno” teria surgido como uma derivação do modelo médico-psicológico, mudando-se o valor social atribuído aos termos. Se “homossexual” apresenta conotações de patologia,

perturbação e crime, termos como “gay” vêm substituí-lo para expressar literalmente uma pessoa “alegre” e “feliz”. O modelo igualitário-moderno

alargaria a visão de que a orientação do desejo sexual é o que importa para identificar os parceiros de uma relação homossexual, ao mesmo tempo que buscaria separar a homossexualidade da inversão de gênero. Se “bicha” ou “travesti” trazem as conotações de afeminação e espalhafato, termos como “entendido” ou “gay” vêm substituí-los para referir-se a rapazes que, mesmo “alegres”, são discretos e viris.

É nesse terreno de convivência e disputa entre modelos concorrentes — com ênfase na igualdade de orientação sexual em contraposição à hierarquia de gênero — que Fry e outros pesquisadores situaram a emergência do movimento político em defesa dos direitos homossexuais no Brasil, no final dos anos 1970. Desde então, o movimento homossexual colaboraria de forma decisiva para a expansão do modelo igualitário-moderno, que se daria principalmente entre as classes médias urbanas, como também dependeria dessa expansão. As diferenças de valor entre “igualdade” e “hierarquia” nas relações homossexuais ajudariam a produzir uma hierarquia entre os próprios modelos, tornando-se assim um meio privilegiado de expressar e constituir distinções de classe. O emergente movimento político homossexual tenderia a incorporar a crítica aos papéis de gênero convencionais, formulada pelo feminismo. Desse modo, entraria em tensão crescente com os valores e comportamentos que prevaleceriam no universo “tradicional” e “atrasado” das “bichas”, “sapatões” e travestis.

Algumas qualificações podem ser feitas acerca dessa influente leitura da estruturação da homossexualidade e do movimento homossexual no Brasil. Em primeiro lugar, ela sugere uma tendência geral de transição do modelo hierárquico para o igualitário, através da mediação do modelo médico, cuja realização histórica não pode nem deve ser entendida de forma linear. O historiador James Green mostrou evidências de identidades homossexuais masculinas que extrapolavam o binário ativo/passivo na cena urbana brasileira desde a virada do século XIX para o XX — contemporâneas, portanto, dos primeiros momentos de produção da visão médico-psicológica do “homossexual”, e bem anteriores ao surgimento e popularização das categorias de “entendidos” e “gays”.

Em segundo lugar, a insistência no termo “modelo” é crucial para definir com mais clareza o plano em que essa leitura se situa: isto é, das ideias, valores e suas conexões lógicas, por meio das quais

comportamentos e identidades ganham inteligibilidade social, demarcam regras e contravenções. Em contrapartida estão os processos através dos quais indivíduos tornam-se sujeitos e agentes sociais, incorporando-se e reconhecendo-se em determinadas categorias; o que abre espaço para variações, deslocamentos e transformações nos próprios modelos. Assim, podemos encontrar rapazes que fazem sexo com outros homens por dinheiro ou alguma outra forma de recompensa, e que podem até desempenhar o papel “passivo” no ato sexual, mas que não deixam de se considerar e de ser considerados como “homens”. Temos ainda as travestis, que adotam nomes e modos de tratamento no feminino, submetem-se a modificações corporais irreversíveis para adquirir vistosas formas femininas, mas não se acham necessariamente “mulheres” e, muitas vezes, desempenham o papel “ativo” no ato sexual. Além disso, podemos encontrar homens e mulheres que se dispõem à experimentação erótica com pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto, sem recorrer a identidades fixas de orientação sexual.

Essa dinâmica não deixou de repercutir na própria trajetória do movimento LGBT no Brasil. O antropólogo Edward MacRae, em seu trabalho sobre o Somos, de São Paulo, um dos primeiros grupos homossexuais formados no final dos anos 1970, mostra que já naquele momento os militantes se dividiam quanto a se constituir ou não em torno de uma identidade homossexual. Havia então uma grande inquietação quanto aos riscos de se cristalizar (ou “reificar”, para usar uma expressão mais comum à época) a oposição entre hétero e homossexualidade, e daí promover novos rótulos e estigmas. MacRae registrou sua própria angústia de trabalhar com pressupostos analíticos (baseados na visão da homossexualidade como um papel social e historicamente construído) que se contrapunham a um princípio importante para a solidariedade do grupo, de que a homossexualidade seria uma característica interna e inescapável de cada pessoa.

Nos anos 1980 o cenário mudou. A eclosão da epidemia HIV-Aids trouxe de volta velhas associações entre homossexualidade e doença, enquanto a democratização acenava com a abertura de canais de comunicação com o Estado, especialmente com as autoridades de saúde envolvidas nas respostas sociais à Aids e com os novos partidos políticos. A partir de então, é possível observar também o desenvolvimento de um

estilo de atuação política diferente, mais preocupado com aspectos formais de organização institucional e que buscava se organizar em torno de campanhas específicas, como a mobilização para incluir a proibição de discriminação por “orientação sexual” durante a Assembleia Constituinte. Embora não tenha atingido seu objetivo, essa campanha envolveu um significativo esforço pela produção de um consenso em torno da ideia de “orientação sexual”. A pesquisa da antropóloga Cristina

Câmara sobre o grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, no final dos anos 1980, mostra como essa campanha mobilizou vários cientistas sociais brasileiros, que proferiram pareceres ressaltando vantagens da expressão “orientação sexual” como instrumento capaz de promover o direito individual à liberdade sexual e propiciar ao movimento maiores possibilidades de diálogo com a sociedade civil e com as diferenças.

Ao longo dos anos 1990, as parcerias com o Estado em torno do combate à Aids consolidaram-se e deram impulso à multiplicação de grupos ativistas, inclusive de lésbicas e de travestis, promovendo a

diversificação e a incorporação dos vários sujeitos do movimento homossexual na atual sigla LGBT. Parte considerável das entidades de base do movimento aderiu ao formato de organizações não governamentais (ONGS), estabelecendo estruturas mais formais de organização interna, conduzindo uma rotina de elaboração de projetos e relatórios, preocupando-se com a “capacitação de quadros” para estabelecer relações duráveis com técnicos de agências governamentais e organismos internacionais. A pesquisa da antropóloga Regina Facchini mostra como esse processo se deu em um pequeno grupo de ativistas de São Paulo, na segunda metade dos anos 1990.

Nesse período mais recente, o movimento LGBT lança campanhas pelo reconhecimento legal dos relacionamentos homossexuais e pelo combate à discriminação e à violência contra homossexuais, que contribui para popularizar o termo “homofobia”. É também o momento de emergência e consagração das Paradas do Orgulho LGBT, paralelamente ao crescimento de um mercado segmentado e à proliferação de diversos estilos de vida associados à homossexualidade, que acaba por refratar em múltiplas categorias e identidades.

Grande parte da visibilidade social e política alcançada pelo movimento LGBT deve-se ao seu processo recente de institucionalização

Desde *A democracia na América* (1835), de Alexis de Tocqueville, tornou-se corrente comparar os Estados Unidos com a América ibérica, constituindo este exercício uma fonte de inspiração da imaginação social no continente. Nessa obra, a América do Sul é descrita como lugar em que a pujança da natureza debilitaria o homem, enquanto, na América do Norte, a natureza se revestiria de outro aspecto, onde tudo “era grave, sério, solene; dissera-se que fora criada para se tornar província da inteligência, enquanto a outra era a morada dos sentidos”

O caso bem sucedido da América do Norte apontaria para um processo em que o atraso ibérico, sob o impacto das diferentes influências exercidas pelo seu vizinho anglo-americano, modernizar-se-ia, rompendo com os fundamentos da sua própria história.

A reflexão social latino-americana no século XIX, já testemunha dos sucessos econômicos e políticos dos Estados Unidos, tomou-os como um paradigma em sua luta orientada contra o que seria o seu atraso constitutivo, resultante do caudilhismo e do patrimonialismo vigentes em seus espaços nacionais. Entre tantos outros, os argentinos Sarmiento e Alberdi desenvolveram uma publicística centrada na comparação entre as duas Américas e o que nos cumpriria fazer para, livrando-nos dos nossos males históricos, lograrmos sucesso no ingresso ao mundo moderno. Na passagem para o século XX, especialmente a partir do clássico estudo do uruguaio José Enrique Rodó, *Ariel* (1900), a peça *A tempestade*, de William Shakespeare, com seus personagens Próspero, Caliban e Ariel, se constituiu na metáfora por excelência a aludir à forma de inscrição dos ibero-americanos em seu contexto continental, tendo como espelho a América do Norte.

No caso do Brasil, a comparação com os Estados Unidos também esteve presente ao longo da nossa história, influenciando diretamente os embates sobre o processo da modernização brasileira. Nossa herança ibérica, marcada por um Estado forte e pela valorização do público, seria compatível com os valores do mundo moderno então emergente? Ou, de forma alternativa, ela teria nos legado uma carga tão excessiva, cuja superação em direção à modernidade exigiria uma ruptura com esse passado? Desde já, é importante ressaltar que, ainda que os conceitos

A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social ou de um estamento e converte-se em um atributo do próprio homem. Locke, no *Segundo tratado sobre o governo*, em 1690, afirmava: “O homem define-se por sua vida, sua liberdade e bens”.

A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem e que, como tal, nada se devia à sociedade nem às autoridades constituídas, implicou enquadrar a justiça em um outro paradigma. De fato, as elaborações teóricas jusnaturalistas, desenvolvidas nos séculos XVII e XVIII, apesar das diferenças entre os autores, têm em comum não apenas a caracterização dos homens como sujeitos, como portadores de direitos, como entes individuais autônomos, mas também a afirmação de que a realização dos direitos naturais e da lei universal exige que a administração da justiça seja feita por uma instituição pública independente.

O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.

Houve uma mudança de qualidade nos termos da discussão. Trata-se de uma revolução, tanto no que se refere à concepção sobre o homem quanto sobre a sociedade e o Estado.

Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos e grupos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social, pelo ordenamento estatal, pelo acordo realizado entre os indivíduos. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas são engendrados pelo homem. São concebidos como criações humanas, resultantes de um pacto entre indivíduos. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como naturais, isto é, como decorrentes da ordem natural das coisas, ou ainda como materializações de uma vontade extraterrena. Os arranjos sociais e políticos tornam-se, portanto, passíveis de contestação e sujeitos à intervenção.

Os preceitos filosóficos forneceram os fundamentos para uma nova arquitetura social. Esse arranjo encontra sua manifestação mais explícita

O trabalho é uma atividade humana fundamental e plena de significados. Remunerado ou não, ocupa um lugar importante na vida das pessoas e no reconhecimento social. Embora se manifeste de modo diverso em diferentes épocas, adquiriu destaque no processo de construção do sistema capitalista de produção, em especial a partir da Revolução Industrial. Foi nesse contexto que a divisão do trabalho se tornou mais complexa e houve um crescimento do número de ocupações. Entender o papel e o sentido do trabalho na sociedade capitalista transformou-se também em objetivo dos escritos de muitos dos principais pensadores e cientistas sociais dos séculos XIX e XX, como Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber, entre outros.

A divisão do trabalho estabelecida pela nova organização da sociedade capitalista pôs também em evidência aqueles que passaram a depender das atividades de trabalho para a sobrevivência. Os trabalhadores (industriais e urbanos), principais motores da nova lógica produtiva, se transformaram em atores sociais de relevância, tanto no sentido de se tornarem os grandes propulsores da reprodução do novo sistema, por serem objeto de longas jornadas de trabalho e de uma exploração desmedida e desumana, como por terem criado mecanismos vários de resistência política dentro dos ambientes fabris, ou nos embates públicos em luta por reconhecimento e direitos. A formação de uma identidade ligada ao trabalho, ou de uma identidade de classe, reforçou a presença social desse setor majoritário da sociedade, mesmo em situação permanente de penúria e pobreza. As organizações da classe trabalhadora ao longo desse período, e até hoje, se tornaram, com muito esforço e luta política, instituições de referência no debate sobre a democracia e seu exercício através da liberdade de expressão e manifestação, com destaque para os sindicatos.

A transferência das atividades produtivas para a fábrica, no século XIX, alterou os mecanismos de controle sobre o trabalho. Entre as diversas tentativas de assumir o conhecimento e o poder de quem atuava no espaço fabril, prevaleceu aquela difundida e associada ao engenheiro norte-americano Frederick W. Taylor, com o uso ainda atual do termo “taylorismo” para caracterizar estratégias gerenciais de controle de tempos e movimentos, especialização de tarefas e remuneração por desempenho, e ao empresário norte-americano Henry Ford, fundador da

Ford Motor Company, que, com a introdução da linha de montagem, a verticalização da organização fabril e a produção em massa, acabou cunhando o termo “fordismo” como o resumo de um padrão produtivo e uma nova fase do processo de acumulação. Esse padrão introduziu técnicas de gerência que enfatizaram a separação entre a concepção (gerência) e a execução (trabalho) como o principal objetivo da organização moderna e do controle sobre o processo de trabalho. Do

ponto de vista dos trabalhadores, a desqualificação do trabalho como fonte de poder dentro das fábricas fomentou uma reação e fez crescer mecanismos de resistência operária. O período que vai do final da Segunda Guerra Mundial em 1945 até os anos 1970, com a consolidação do Estado de Bem-Estar Social nos países industrializados, pode ser considerado o auge dessa fase da produção de massa.

No contexto atual, trabalho e emprego experimentam uma nova fase no universo das transformações implementadas nas últimas três décadas, a partir de uma nova estratégia de acumulação do sistema capitalista,

com a introdução de um padrão apoiado na flexibilidade das relações de trabalho, dos processos produtivos, das relações interfirmas e na utilização intensa das tecnologias da informação. Ser mais competitivo em um mercado cada vez mais globalizado forçou empresas a utilizar esses novos métodos de racionalização e de redução de custos, com sérias implicações para os níveis de emprego. Postos de trabalho de longa duração, com garantia de estabilidade, foram desaparecendo rapidamente e a insegurança passou a fazer parte do cotidiano do assalariado com emprego formal. Formas precárias de emprego passaram

a ser incorporadas como norma por empresas componentes das cadeias produtivas. A instituição sindical, como representação legítima dos trabalhadores, perdeu força. O desemprego cresceu, mudando hábitos e trazendo pobreza e desesperança. O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho foi um dos aspectos importantes desse período de reestruturação. Outro aspecto se refere à associação do trabalho flexível com a noção de “informal”, uma combinação que não significou redução da exploração. Nos países europeus, segundo o sociólogo francês Robert Castel, onde o trabalho não pode ser pensado apenas como relação técnica de produção, mas como inscrição em redes de sociabilidade e sistemas de proteção, a flexibilização e a

“precarização” das relações de trabalho trouxeram isolamento e exclusão.

Embora haja diferenças conforme os contextos dos países, mais do que nunca as situações de trabalho se entrelaçam nas atividades produtivas internacionalizadas, transformando questões de direitos em temas internacionais. Tentativas permanentes de desregulamentar o mercado de trabalho e retirar garantias de legislações trabalhistas

passaram a fazer parte da ação política das empresas e suas organizações, e até mesmo formas análogas ao trabalho escravo, por exemplo, continuam sendo acionadas por diferentes empresas em diferentes partes do mundo. O padrão flexível também colocou em crise a instituição sindical como capaz de defender com eficácia os interesses dos trabalhadores. Discute-se inclusive se esse novo processo não teria demonstrado um declínio inevitável do sindicato, embora haja também o reconhecimento de que o que vem ocorrendo não é uma crise do sindicalismo, mas uma crise do estilo e orientação tradicionais do sindicalismo.

Não é tarefa fácil, em poucas palavras, resumir o tema do trabalho e dos trabalhadores no Brasil. Pode-se, no entanto, assinalar alguns aspectos que confirmam sua importância na história do país. A nossa história do trabalho conserva as marcas de um longo período de escravidão, de uma presença significativa no mundo rural e de uma diversidade de

atividades que vieram com o processo de industrialização e trabalho a história do sindicalismo e dos movimentos trabalhistas que se manifestaram nas últimas seis décadas. Intelectuais e pesquisadores da área dos estudos do trabalho têm multiplicado análises sobre esses aspectos essenciais da vida brasileira, renovando interpretações e adensando o corpo de pesquisas já existente, e agora se debruçam sobre as questões do trabalho no contexto da globalização tomando como princípio as características particulares do Brasil na apreensão do

modelo de produção flexível. O processo de industrialização ocorre tardiamente se comparado com os países de tradição industrial, principalmente da Europa. Somente a partir dos anos 1930, com a consolidação de uma legislação específica de regulação do mercado de trabalho e dos sindicatos, e com o controle e a iniciativa de um Estado centralizado politicamente, pode-se dizer que o país adquire características mais nítidas de uma sociedade industrial.

A diversidade do mercado de trabalho impede a caracterização de uma classe trabalhadora com perfil uniforme. Em termos comparativos, a

história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil percorre caminhos diferentes daqueles dos países industrializados. O trabalho industrial e a formação de uma classe operária associada a esse tipo de atividade só ganham contornos mais nítidos no século XX, e de forma mais incisiva a partir dos anos 1930 e 1940, com a intervenção do Estado (comandado por Getúlio Vargas) na criação de condições para o desenvolvimento industrial. Uma classe operária no estilo clássico europeu, por exemplo, só se formou mesmo nos anos 1950 e 1960, com a chegada de empresas estrangeiras.

A constituição de uma legislação trabalhista e sindical marcada pelo corporativismo, com objetivos explícitos de buscar a cooperação e não o

conflito entre classes sociais antagônicas, foi um aspecto importante dos anos 1930 e 1940 que acabou permanecendo em boa parte até os dias de hoje. O que sempre esteve em jogo foi a subordinação dos sindicatos ao Estado, algo que a manutenção da legislação, mesmo em momentos políticos muito diversos (períodos democráticos e períodos ditatoriais), facilitou enormemente. As várias Constituições que o Brasil teve desde 1945 (1946, 1967, 1988) mantiveram de um modo ou de outro essa

ligação ou dependência dos sindicatos com relação ao Estado. Como explicar, por exemplo, a persistência ainda hoje do imposto sindical, cobrança compulsória de um dia de trabalho feita pelo Estado e que permanece na letra da Constituição?

O espaço de tempo entre 1945 e 1964 constituiu uma fase importante da nossa história política e econômica e se caracterizou por ser um intervalo democrático entre duas ditaduras (1937-45 e 1964-84). Foi o período da consolidação do processo de industrialização, ao mesmo tempo que ocorria um movimento migratório de trabalhadores das áreas

rurais para as áreas urbanas, estimuladas pela oferta de empregos na indústria e na construção civil. Na política, o trabalhismo se tornou manifestação importante da estratégia de defesa do nacionalismo, principalmente através das práticas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) fez crescer sua influência junto ao movimento sindical.

O golpe militar de 1964 teve como um dos seus principais motivos a ação dos trabalhadores em defesa das reformas econômicas propostas por João Goulart. Foi um movimento político que usou como justificativa

o medo do comunismo, mas também da formação de uma “república sindicalista” no país. Não trouxe surpresa, portanto, a perseguição implacável aos sindicatos ocorrida nesse período, com sucessivas intervenções do Ministério do Trabalho e prisões de suas lideranças. A resistência política dos trabalhadores passou a ocorrer em pequenos atos organizados clandestinamente no interior das empresas, na maioria das vezes surpreendendo até mesmo o sindicato sob controle estatal. As greves de Contagem no estado de Minas Gerais e de Osasco no estado de São Paulo, em 1968, foram sinalizações desse estilo de resistência e

precursoras de um novo momento do sindicalismo brasileiro, que só vai ocorrer dez anos depois, no final dos anos 1970, com as greves dos

metalúrgicos do ABC paulista.

Não por coincidência, foi na região mais industrializada, o cinturão de cidades que se formou ao redor de São Paulo, conhecido como ABC, que surgiu um movimento sindical com características diferentes da tradição constituída a partir dos anos 1930. Esse movimento foi denominado “novo sindicalismo” e desafiou o regime ditatorial vigente, ao descumprir publicamente a legislação sindical e antigreve. Sua

legitimidade foi reforçada pelo incentivo à representação no local de trabalho e se notabilizou pelas greves dos trabalhadores metalúrgicos do setor automobilístico em 1978, 1979 e 1980. A importante presença do movimento sindical no cenário político brasileiro de hoje tem raízes no passado de resistência e luta de muitos militantes ao longo dos anos 1950 e 1960, mas ganhou consistência com as greves do ABC paulista no final dos anos 1970 e com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 1980.

Mas a história do trabalho no Brasil tem também relação direta com as condições de trabalho no campo e com as lutas dos trabalhadores rurais. Demandas por melhor distribuição da terra e reforma agrária adquirem força política nos anos anteriores a 1964, com as Ligas Camponesas, por exemplo, e mesmo durante a ditadura militar importantes movimentos reivindicatórios se manifestaram na ação sindical ou em outros tipos de movimentos organizados, como foi o caso das greves organizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) nos canaviais de Pernambuco em pleno regime militar. Mais recentemente, a ação política do Movimento dos Sem Terra relembra diariamente nossas mazelas e sinaliza as desigualdades sociais presentes nas áreas rurais.

No início dos anos 1990, a abertura do mercado para a competição internacional e a globalização da economia promovida por Collor alterou as relações de trabalho e introduziu os mecanismos da flexibilização como estratégia empresarial. Há que se considerar que esse processo está marcado por uma grande heterogeneidade entre setores da economia e às vezes entre empresas de um mesmo setor. Em termos mais gerais, a difusão das novas estratégias produtivas ocorreu ao mesmo tempo que se abandonava o modelo de desenvolvimento dos anos 1950 e 1960, baseado em políticas de substituição de importações.

As empresas passaram a concentrar seus esforços na organização produtiva, bem como na adoção de novas formas de gestão da mão de obra, mais compatíveis com as necessidades de flexibilização do trabalho e de comprometimento dos trabalhadores com as novas concepções de qualidade e produtividade. No entanto, se na atual conjuntura já é possível identificar alterações no processo produtivo propriamente dito, na maioria dos casos pode-se constatar que as novas estratégias

empresariais têm se preocupado mais em cortar custos, eliminando, em definitivo, postos de trabalho. Para os que mantêm seus empregos, as exigências são maiores. Não só a intensificação do trabalho está presente, mas uma condição de maior escolaridade e maior capacidade de adaptação às mudanças constantes. A renovação das estratégias organizacionais e a “flexibilização” têm sido objeto de muitos estudos e têm identificado práticas contraditórias que vão desde o anúncio de propostas de democratização das relações de trabalho até a persistência de práticas autoritárias dentro das empresas. Outros estudos mostram também que as vantagens do padrão flexível não se confirmam como anunciado, e, na verdade, há um crescimento do desemprego e das práticas de “precarização” do emprego, das condições de trabalho e dos salários.

A especificidade brasileira ocorre também no nível da legislação trabalhista e dos direitos sociais, no modo como esses aspectos ficaram expostos na Constituição de 1988. Resultado em grande parte das demandas de trabalhadores organizados em sindicatos e movimentos sociais, articulados na resistência ao autoritarismo do regime militar de 1964, a Carta criou vários mecanismos de proteção na contramão das estratégias de flexibilização implantadas nos anos 1990. Apesar dos avanços sociais na regulamentação de muitos direitos trabalhistas, a conjuntura política e econômica dos últimos vinte anos esteve marcada por um constante questionamento às suas garantias. A necessidade de proteger o trabalhador através de legislação tem sido objeto de intenso debate e disputa política entre setores diferenciados da sociedade brasileira, e a Constituição tem sido invocada ora como proteção, ora como impedimento para o desenvolvimento do país.

A conjuntura dos últimos anos tem revelado dificuldades para os sindicatos que se restringem às questões salariais, no exercício de sua

representação. O trabalho adquiriu uma dimensão mais ampla e complexa, e envolve em seus desdobramentos outros setores da vida social. Nesse sentido, não parece ser mais possível para os sindicatos, enquanto instituições, desconhecer que os problemas dos trabalhadores ultrapassam os setores organizados e exigem ações voltadas para atender demandas de desempregados e trabalhadores informais. Ao mesmo tempo, crescem as reivindicações por uma ação voltada para a manutenção de direitos de cidadania e por uma maior participação em instâncias de decisão que discutem políticas econômicas e de inclusão social.

SUGESTÃO DE LEITURA

CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da FGV/FAPERJ, 2010.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo/Brasília, Marco Zero/Editora da UnB/CNPq, 1988.

LOPES, Juarez R. Brandão. *Crise do Brasil arcaica*. São Paulo, Difel, 1967.

RODRIGUES, Leôncio M. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966.

METAMORFOSES DA VELHICE

Guita Grin Debert

Aposentado, terceira idade, idoso são modos de tratamento das pessoas em etapas mais avançadas da vida que apontam a relação da velhice com diferentes dimensões da experiência social, como o preconceito e a discriminação, a atribuição de status e prestígio, a conquista de direitos sociais, a definição de formas adequadas de consumo e a valorização de estilos de vida.

A palavra velho, por um lado, praticamente desapareceu do vocabulário que usamos quando queremos tratar de maneira respeitosa as pessoas de mais idade. Preferimos usar expressões como "idoso" ou "terceira idade" para evitar ofender ou melindrar nosso interlocutor. A "melhor idade" é uma nova fórmula de denominação, encontrada por clubes ou programas que reúnem pessoas com sessenta anos ou mais.

Falar da aposentadoria, por outro lado, é traçar a história do conjunto de transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, que acompanharam o desenvolvimento industrial e levaram à criação de instituições voltadas ao atendimento dos operários que, por serem considerados velhos, eram expulsos do trabalho e ficavam sem condições de garantir sua sobrevivência. Foi somente no final do século XIX que a aposentadoria entrou na pauta das reivindicações operárias e a universalização desse direito para todos os trabalhadores foi uma conquista muito recente, do ponto de vista histórico, porque só se generalizou nos países europeus depois de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Naquele contexto, a velhice estava associada à pobreza, invalidez e incapacidade de produzir, e a aposentadoria deu uma identidade a essa população, diferenciando-a de outros grupos alvos da assistência social. A terceira idade é uma expressão que surge na década de 1970, quando foi criada na França a primeira Universidade para a Terceira Idade, voltada para pessoas com setenta anos ou mais. Essa expressão não indica uma idade claramente delimitada em anos vividos, nem é apenas uma forma de nomear os mais velhos sem uma conotação pejorativa. Sinaliza, antes, mudanças no significado da velhice. Não se trata mais de empreender o combate à ameaça da pobreza e invalidez dos trabalhadores velhos, como foi o caso da invenção da aposentadoria, mas sim de celebrar a velhice como um momento privilegiado para o lazer e para as atividades livres dos constrangimentos da vida

profissional e familiar, daí a ideia da “melhor idade”. A invenção da terceira idade indicaria assim uma experiência inusitada de envelhecimento, em que o prolongamento da vida nas sociedades contemporâneas ofereceria aos mais velhos a oportunidade de dispor de saúde, independência financeira e outros meios apropriados para tornar reais as expectativas de que essa etapa da vida é propícia à realização e satisfação pessoal.

Até muito recentemente, tratar da velhice nas sociedades industrializadas era traçar um quadro dramático de perda de status social: a industrialização e a urbanização teriam destruído a segurança econômica e as relações estreitas entre as gerações na família, que vigoravam nas sociedades tradicionais. Entretanto, as políticas de aposentadoria e a garantia de um rendimento mensal reverteram a situação dos idosos. Esse segmento da população não pode mais ser considerado o setor mais desprivilegiado da sociedade, quer nos países de capitalismo avançado, quer em países como o Brasil.

A terceira idade é acompanhada de um conjunto de práticas, instituições e agentes especializados, encarregados de definir e atender as necessidades dos mais velhos, população que passará então a ser caracterizada como vítima da marginalização e da solidão. Uma nova linguagem, empenhada em alocar o tempo dos aposentados, é ativa na construção das etapas mais avançadas da vida como uma fase dinâmica, em oposição à ideia da aposentadoria como um momento de desengajamento passivo de uma vida ativa.

Essas mudanças nas formas de nomear a velhice e os significados que as expressões utilizadas ganham em diferentes períodos históricos iluminam o ponto de partida da reflexão sociológica sobre o tema, que considera que a velhice é uma construção histórica e social.

Uma distinção é assim estabelecida entre um fato universal e natural que envolve o crescimento, o envelhecimento e a morte das espécies naturais e o ciclo biológico do ser humano e de boa parte das espécies naturais histórico, que é a variabilidade da forma pela qual o envelhecimento é concebido e vivido. Trata-se de ressaltar, em primeiro lugar, que as representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos.

Essa mesma perspectiva orienta a análise das outras categorias como a infância, a adolescência e a juventude, e as pesquisas antropológicas e históricas são ricas em exemplos que servem para demonstrar que essas fases da vida, tão importantes para caracterizar uma pessoa na nossa sociedade, não se constituem em propriedades substanciais que os indivíduos adquirem com o avanço da idade cronológica. Pelo contrário, os estudos sobre os períodos em que a vida pode ser desdobrada mostram como um processo biológico é elaborado simbolicamente com rituais que definem fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam e que não são necessariamente as mesmas em todas as sociedades.

Essa demonstração exige um rompimento com os pressupostos da psicologia do desenvolvimento que concebe o curso da vida como uma sequência unilinear de etapas evolutivas em que cada uma delas, apesar das particularidades sociais e culturais, seria um estágio pelo qual todos os indivíduos normais deveriam passar. A idade não é um dado da natureza, não é um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, nem um fator explicativo dos comportamentos humanos.

Como ressalta o sociólogo francês Pierre Bourdieu, é um reflexo profissional do sociólogo ao tratar das idades da vida lembrar que elas são uma criação arbitrária. Na produção das categorias de idade, conclui esse autor, está envolvida uma verdadeira luta política pela redefinição

dos poderes ligados a grupos sociais distintos em diferentes momentos do ciclo da vida.

Afirmar que as categorias de idade são construções culturais e que mudam historicamente não significa dizer que elas não tenham efetividade. Essas categorias são constitutivas de realidades sociais específicas, uma vez que operam recortes no todo social, estabelecendo direitos e deveres diferenciais no interior de uma população, definindo

relações entre as gerações e distribuindo poder e privilégios.

Na nossa sociedade, a idade cronológica — que é um sistema de datação ausente em muitas outras sociedades — é assim um mecanismo fundamental na organização social, porque determina entre outras coisas a maioridade civil, o início da vida escolar, a entrada e a saída do mercado de trabalho.

A velhice, como as categorias etárias, étnicas, raciais ou de gênero, é uma forma de segmentar e classificar uma população, mas também de construir uma hierarquia entre diferentes segmentos assim constituídos.

A gerontologia — palavra cunhada pelo biólogo russo Elie Metchnikoff, em 1903 — é a ciência que estuda a velhice, e a perspectiva que orientou os primeiros estudos nessa área considerava que os problemas enfrentados pelos idosos eram tão prementes e semelhantes que minimizavam as diferenças em termos de etnicidade, classe, gênero e

religião. A velhice era então pensada através da ideia de uma passividade para a sociedade moderna não prevê um papel específico ou uma atividade para os velhos, abandonando-os a uma existência sem significado. Essa hipótese, que considerava a velhice como uma experiência homogênea, foi revista, e as pesquisas sobre o tema demonstravam que as clivagens socioeconômicas e outras diferenças davam à experiência de envelhecimento conteúdos distintos que mereceriam investigação. A nova hipótese da diversidade foi um convite para uma série de pesquisas preocupadas com a elaboração de mediadores sofisticados e com a

definição de instrumentos capazes de avaliar a qualidade de vida e uma série de outras dimensões da velhice.

A preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento deve-se, sem dúvida, ao fato de os idosos corresponderem a uma parcela da população cada vez mais representativa do ponto de vista numérico. A ideia de que o Brasil é um país de jovens tem sido contestada pelos dados demográficos, que mostram que, tal como ocorreu nos países europeus e na América do Norte, temos aqui também um crescimento demográfico da população mais velha. Falar em envelhecimento

populacional é chamar a atenção para o prolongamento da vida humana — o fato de um número muito significativo de pessoas viver um número maior de anos — e também para a redução da taxa de natalidade — diminuição do número de filhos por casal —, que leva a um achatamento da pirâmide etária, na medida em que a proporção dos idosos se iguala ou aumenta em relação aos jovens e crianças.

A visibilidade alcançada pela velhice não pode, entretanto, ser tomada como uma consequência automática do envelhecimento populacional. Requer também uma atenção para o duplo movimento que

acompanha sua transformação em uma preocupação social.

Assistimos, por um lado, a uma socialização progressiva da gestão da

velhice; durante muito tempo considerada como própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se transforma numa questão pública. Um conjunto de orientações e intervenções, muitas vezes contraditório, é definido e implementado pelo aparelho de Estado e outras organizações privadas. A gerontologia como um campo de saber específico cria profissionais e instituições encarregados da formação de especialistas no envelhecimento. Como consequência, uma nova categoria cultural é produzida: os idosos, como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social, autorizando a colocação em prática de modos específicos de gestão.

Nesse movimento que marca as sociedades modernas, a partir da segunda metade do século XIX, a visão da velhice como um processo contínuo de perdas e de dependência é responsável por um conjunto de imagens negativas associadas a ela, mas foi também um elemento fundamental para a legitimação de direitos sociais, como a

universalização da aposentadoria.

Por outro lado, desse movimento de socialização não está ausente o que venho chamando de processos de reprivatização, que transformam a velhice numa responsabilidade individual — e, nesses termos, ela poderia então desaparecer do nosso leque de preocupações sociais.

VIOLÊNCIA
E CRIME:
SOB O DOMÍNIO
DO MEDO
NA SOCIEDADE
BRASILEIRA

Sergio Adorno

A palavra violência tem origem no verbo latino *violare*, que significa tratar com violência, profanar, transgredir. Faz referência ao termo *vis*: força, vigor, potência, violência, emprego de força física em intensidade, qualidade, essência. Na tradição clássica greco-romana, violência significava o desvio, pelo emprego de força externa, do curso “natural” das coisas. Hoje, o termo é empregado de modo polissêmico. Designa fatos e ações humanas que se opõem, questionam ou perturbam a paz ou a ordem social reconhecida como legítima. Seu uso corrente compreende o emprego de força brutal, desmedida, que não respeita limites ou regras convencionadas.

Seus múltiplos significados gravitam em torno do universo de valores que constitui o “sagrado” para determinado grupo social. Por exemplo, na civilização ocidental moderna o direito à vida é considerado universal a despeito do modo como diferentes culturas o respeitam e o garantem para pessoas pertencentes a distintos grupos sociais.

Crime, por sua vez, é a violência codificada nas leis penais. É parte do repertório de ações violentas. Dado que as sociedades se transformam no tempo e no espaço, muitas ações hoje reconhecidas como violentas não estavam até há pouco reconhecidas como crime nas legislações penais, como, por exemplo, a violência nas relações de gênero. Do mesmo modo, certos comportamentos evitados de preconceitos contra grupos determinados — negros, migrantes, mulheres, pobres, homossexuais — dificilmente são caracterizados como crimes. Compreendem violência simbólica, pois agredem valores culturais relativos ao respeito mútuo e à dignidade das pessoas.

Os efeitos da violência produzem danos à integridade física, psíquica, moral, aos bens materiais e simbólicos. Resultam em dor e sofrimento impostos por uns contra outros. Por isso, compreendem tanto dimensões objetivas — a morte de alguém, a perda de um direito, restrições à livre circulação inclusive de ideias — quanto experiências subjetivas. Sob essa perspectiva, atos violentos estão referidos ao mundo das percepções coletivas e das representações. Ora a violência aparece como caos e desordem normativa, ora como transgressão aos valores considerados “sagrados”, como a inviolabilidade do domicílio, do corpo, da privacidade.

Na chamada era da globalização, vem adquirindo sentido lúdico ou

performático, expresso em estéticas contemporâneas de existência tão bem narradas na literatura, nos filmes, na representação das lutas e dos esportes, da sexualidade e da competição pela existência cotidiana. Por fim, está presente com maior frequência e intensidade em sociedades autoritárias ou nas ditaduras (militares e civis), onde predominam relações assimétricas de poder. Por certo, não está ausente das sociedades democráticas, embora estas disponham de meios

institucionais, legitimamente reconhecidos, para contê-la de acordo com as leis que limitam o uso arbitrário da força.

Essas características da violência acompanham a história das sociedades. Na Antiguidade clássica, compreendia ajustes na esfera das relações privadas entre senhores, seus escravos e dependentes domésticos. Na Idade Média, incorporou-se ao *ethos* cavalheiresco e guerreiro. Com o colonialismo moderno, esses hábitos migraram para o Novo Mundo e para outros continentes que não o europeu. Nessas sociedades, a violência passou a ser uma espécie de linguagem da vida

cotidiana.

Com a marcha do processo civilizatório ocidental na Europa (séculos xv a xix), que se irradiará para o resto do mundo, alcançando especialmente as Américas, o emprego cotidiano e recorrente da violência começa a ser socialmente reprovado. Dois processos ocorrerão simultaneamente: uma nova economia moral baseada na contenção dos impulsos agressivos (psicogênese) se dissemina por todos os estratos sociais; e a destituição dos particulares (civis) do direito de recorrer às armas e à força para resolução de conflitos nas relações sociais e

interpessoais (sociogênese). O Estado moderno passa a ser a única comunidade a deter o monopólio legítimo da violência regulado pelas Constituições nacionais e convenções internacionais. Esse modelo de comportamento tendeu a se formalizar com a consolidação da democracia representativa, que reconhece a existência de canais institucionais (oficiais e públicos) para a resolução de conflitos.

No Brasil, desde a colônia a violência esteve incorporada ao cotidiano dos homens escravos e livres, inclusive si tiantes pobres, esposas, filhos e agregados domésticos. No mesmo sentido, da colônia à República, a violência desmedida foi utilizada habitualmente na repressão a movimentos sociais contestatórios, como as revoltas regionais, em

especial contra o movimento operário nascente no final do século XIX. Foi traço marcante dos períodos de vigência de ditaduras militares, como na República da Espada — isto é, os dois primeiros governos militares no início do período republicano (1889-1934) —, no Estado Novo (1937-1964) e no golpe de Estado (1964-1968), regimes que perseguiram dissidentes políticos.

Surpreendentemente, após o retorno da sociedade brasileira ao estado de direito, explodem conflitos de diversa natureza: crescimento dos crimes, em especial em torno das formas organizadas (por exemplo, tráfico de drogas), graves violações de direitos humanos e conflitos com desfechos fatais nas relações interpessoais. Aumentaram destacadamente os homicídios com concurso de arma de fogo, cujos alvos privilegiados são homens de quinze a 29 anos, habitantes dos bairros que compõem as chamadas periferias das regiões metropolitanas. A resposta do Estado tem sido caracterizada por ambivalência, ora legislando e apostando em políticas do tipo “mão dura” ou tolerância zero, ora em políticas “liberais” e inscritas no território dos direitos humanos, priorizando a humanização do tratamento penal e focalizando a proteção dos direitos de grupos determinados (mulheres, crianças, negros, idosos).

Nesse novo contexto social e político, a violência no Brasil deixou de ser pensada como afeita à órbita das relações privadas. Cada vez mais, é matéria de inquietação pública, alimentando sentimentos coletivos de medo e insegurança e estimulando debates públicos. Não menos relevante foi o interesse das ciências sociais e das humanidades desde meados da década de 1970.

O debate entre cientistas sociais foi muito influenciado pela transição política. Muitos acreditavam que a reconstrução da democracia conduziria inevitavelmente à pacificação da sociedade. Mas não foi o que aconteceu, diante justamente do crescimento dos crimes e da violência em geral. Era preciso então explicar o cenário social que estava se armando, assim como suas causas. Os argumentos gravitavam em torno dos efeitos da desigualdade produzida pelo capitalismo, das heranças autoritárias da sociedade brasileira que se encontravam ancoradas nas agências policiais e judiciais ou das características da “cultura” na sociedade brasileira. Chegava-se, na tradição do pensamento social, a reconhecer que a sociedade civil no Brasil nunca existira, o que

contribuía para acentuar a histórica desconfiança das elites políticas nas leis e nas instituições republicanas.

Em quase quarenta anos de investigação empírica (1970-2010), muitos desses argumentos foram retificados, mitos foram questionados e demolidos, hipóteses foram sendo elaboradas e mesmo revistas com base em resultados de rigorosas investigações etnográficas ou com apoio em inúmeras outras perspectivas metodológicas, como tratamento estatístico de dados primários ou secundários, análises de fontes documentais, realização de histórias de vida e entrevistas com os protagonistas dos acontecimentos.

Um dos esforços realizados foi conhecer as características e a evolução dos crimes e da violência com base em estatísticas oficiais, cuja qualidade e fidedignidade eram àquela época questionáveis. Os estudos estavam revelando o crescimento, desde fins da década de 1970, de quase todas as modalidades de crimes contra o patrimônio e contra a vida. Aumentavam em volume e intensidade os chamados crimes violentos, aqueles que ameaçam a integridade física das pessoas, como roubos, estupros, extorsão mediante sequestro e homicídios. O crescimento acelerado dos homicídios, sobretudo na região Sudeste do país, passou a frequentar o noticiário e exerceu forte pressão sobre as agendas governamentais e das ciências sociais.

Não apenas essas modalidades de crime estavam crescendo. Paradoxalmente, os avanços da democracia corriam paralelos a graves violações de direitos humanos. Ao crime vinha se associar a ação de justiceiros e esquadrões da morte, compostos por pessoas civis e policiais. Linchamentos, que sempre existiram na sociedade brasileira, começaram a ocorrer com maior frequência, sobretudo nas capitais de São Paulo e Salvador. Tudo concorria para que práticas de justiça popular e rústicas viessem ocupar o espaço deixado pelas instituições oficiais de aplicação das leis e distribuição de justiça. Contra esses cenários de violência, policiais, não raro estimulados pela formação adquirida nas agências de polícia, recorreram ao uso abusivo da força, contribuindo para o aumento de casos de morte nas estatísticas.

Compõe ainda esse cenário de violência a explosão de conflitos nas relações interpessoais e intersubjetivas, que nada parecem ter em comum com a criminalidade cotidiana. Compreendem conflitos entre os

representações sociais e da cultura. Como as sondagens de opinião têm demonstrado, a sociedade brasileira vem revelando atitudes ambíguas com relação às leis e às instituições. Ora apoia a democracia, o respeito à legalidade e aos direitos humanos. Ora, contrariamente, reconhece que as leis não valem para todos, as instituições privilegiam grupos sociais, os direitos não são universais, vale a vontade do mais forte. Cenários como esses contribuem para enfraquecer a confiança dos cidadãos nas instituições encarregadas de aplicar as leis e oferecer segurança à população.

É nessa espécie de “vácuo” que a sociedade brasileira assistiu impassível a chegada do crime organizado entre as classes populares, notadamente em torno do tráfico e comércio ilegal de drogas. Atraindo para si outras modalidades de crimes, como assaltos a bancos e sequestros de pessoas, o narcotráfico tem adquirido características particulares em distintas regiões do país. Em São Paulo, não tem sido diferente, com o surgimento do crime organizado, altamente

centralizado e hierarquizado, controlado a partir das prisões e se irradiando pelos bairros populares e com o concurso de pistoleiros profissionais. Além do mais, o envolvimento de segmentos da classe média e mesmo de elevados estratos socioeconômicos nas atividades conexas, como lavagem de dinheiro, fraudes bancárias, corrupção de autoridades e governantes, tem se tornado recorrente. Esse quadro completa-se com as conexões entre mercados ilegais e mercado político, das quais resultam financiamento também ilegal de campanhas políticas, corrupção de autoridades e enriquecimento ilícito.

Uma segunda ordem de explicações reside no âmbito mais propriamente institucional. No Brasil, suspeita-se que nunca se consolidou o monopólio estatal legítimo do uso da coerção física. Se isso é verdade, a emergência e a disseminação do crime organizado contribuíram ainda mais para enfraquecer a capacidade do poder público de exercer controle legal do crime e da violência. A sociedade mudou, os crimes cresceram e se tornaram mais violentos; o crime organizado se espalhou inclusive com o apoio de armas potentes e de tecnologias de informação. Todavia, o sistema judicial permaneceu apegado aos padrões tradicionais, alicerçados na criminalização do comportamento dos pobres e voltados para perseguir e prender bandidos conhecidos.

As agências policiais costumam a reconhecer a necessidade de reforma institucional, seja em suas práticas de policiamento repressivo e preventivo, seja nas técnicas de investigação policial, assim como nas suas formas de recrutamento e formação profissional de seus quadros. Muitos policiais persistem acreditando que o problema do controle do crime e da violência é de exclusiva competência das autoridades policiais, daí as demandas em torno de mais armas e reaparelhamento das forças. Ignoram que segurança pública é, cada vez mais, objeto de planos de ação que envolvem não apenas conhecimento especializado, mas também parcerias entre governos e organizações da sociedade civil.

A despeito das mudanças recentes impressas nas leis penais, o modelo de aplicação de sanção permanece preso às tradições liberais de individualização da responsabilidade e de punição, em resolutivo contraste com as formas sociais organizadas de criminalidade e violência. Fechando o círculo, os governos federal e estaduais têm endereçado vultosos investimentos para ampliação de vagas e modernização do sistema penitenciário. É verdade que a situação de aberta violação de direitos humanos tem recomendado a ampliação da oferta de vagas para conter a superpopulação carcerária em obediência às convenções internacionais. Contudo, o outro lado desse quadro é perverso, pois criou condições favoráveis para a expansão do crime organizado no interior das prisões.

Não é estranho que a violência tenha se apropriado do cotidiano dos cidadãos e cidadãs brasileiros. Por um lado, intensificou o sentimento de medo e insegurança coletivos, de que as leis não são aplicadas, de que a impunidade é regra, de que os mais fortes podem impor sua vontade sob ameaça do uso da força. Por outro, a violência paradoxalmente instituiu linguagens, representações do mundo que parecem ordenar e hierarquizar relações e atribuir sentido ao inevitável — as mortes, os ilegalismos, a arbitrariedade das autoridades no controle social. Os rumos da sociedade democrática no Brasil estão exigindo maior conexão entre políticas de segurança pública e políticas de proteção e promoção de direitos humanos, capazes de realizar o esperado desejo de uma sociedade mais justa, solidária e internamente pacificada.

SUGESTÕES DE LEITURA

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990 e 1993, 2 v.
- HOBBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.
- ROBERT, Philippe. *Sociologia do crime*. Petrópolis, Vozes, 2007.
- ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2004.

OS AUTORES

ANDRÉ BOTELHO é professor do Departamento de Sociologia da UFRJ. Pesquisador do CNPq e da FAPERJ. Escreveu, entre outros trabalhos, *Aprendizado do Brasil* (Editora da Unicamp, 2002) e *O Brasil e os dias. Estado-nação, modernismo e rotina intelectual* (Edusc, 2005), e organizou, entre outros, *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país* (Companhia das Letras, 2009), com Lilia Moritz Schwarcz.

ANTÔNIO FLÁVIO PIERUCCI é professor titular do Departamento de Sociologia da USP, pesquisador do CNPq especializado em Sociologia da Religião, autor ~~dos livros: *Todos os países são como* (Editora 34, 2008) e *Q* (Editora 34, 2005).~~

ANTONIO SÉRGIO ALFREDO GUIMARÃES é professor titular do Departamento de Sociologia da USP, pesquisador do CNPq e da FAPESP em estudos afro-brasileiros e desigualdades raciais. Foi visitante em diversas universidades do exterior. Seus principais livros são *Racismo e antirracismo no Brasil* (1999), *Classes, raças e democracia* (2002), *Preconceito e discriminação* (2004), todos pela Editora 34, e *Preconceito racial* (2008), pela Cortez.

BERNARDO RICUPERO é professor do Departamento de Ciência Política da USP e pesquisador do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (Cedec). Escreveu, entre outros trabalhos, *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil* (Editora 34, 2000) e *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)* (Martins Fontes, 2004).

BOLÍVAR LAMOUNIER é natural de Dores do Indaiá, MG. Fez o bacharelado em Sociologia e Política na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e o doutorado (Ph.D.) na Universidade da Califórnia, Los Angeles. É autor de numerosos estudos de ciência política, entre os quais *Da*

Independência a Lula: dois séculos de política brasileira (Augurium, 2005). Integrou a Comissão Afonso Arinos (1985-86) e, desde 2001, a assessoria acadêmica do Clube de Madri, entidade formada por ex-chefes de Estado e primeiros-ministros com o objetivo de desenvolver esforços internacionais pela democracia.

BRASILIO SALLUM JR. é professor titular do Departamento de Sociologia da USP, pesquisador do CNPq e do Cedec. Seus trabalhos se concentram principalmente na área da Sociologia Política. Coordena atualmente dois projetos, o sistema de intercâmbio de informações sobre a sociedade brasileira, denominado Consórcio de Informações Sociais, e a pesquisa intitulada “*Impeachment, crise e transição política*”.

CELSO ATHAYDE é um produtor brasileiro, nasceu na Baixada Fluminense, RJ, onde viveu até os sete anos. Aos dezesseis anos já havia morado em três favelas, em abrigo público e na rua. Foi criado na favela do Sapo.

Autodidata, assina três *best-sellers*: é coautor dos livros *Falcão: mulheres e o tráfico* (Objetiva, 2007), *Falcão: meninos do tráfico* (Objetiva, 2006) e *Cabeça de porco* (Objetiva, 2005), os dois primeiros com o rapper MV Bill e o último com MV Bill e o sociólogo Luís Eduardo Soares.

CELSO CASTRO, doutor em Antropologia Social (Museu Nacional, 1995), é professor do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Tem vários livros publicados sobre os militares na história e na sociedade brasileiras, como *O espírito militar* (Zahar, 2ª ed., 2004), *Os militares e a República* (Zahar, 1995), *A invenção do Exército brasileiro* (Zahar, 2002) e *Antropologia dos militares* (Editora da FGV, 2009).

DALILA ANDRADE OLIVEIRA é socióloga, mestre e doutora em Educação. Professora titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG. Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Pesquisadora do CNPq.

EDUARDO GONÇALVES ANDRADE, TOSTÃO, 63 anos, é ex-jogador do Cruzeiro, Vasco e Seleção brasileira, campeão do mundo em 1970, médico, atualmente

colunista de vários jornais, como *Folha de S.Paulo*, *Correio Braziliense*, *Estado de Minas*, *A Tarde* (Bahia), *Gazeta do Povo* (Paraná) e *O Povo* (Ceará).

ELIDE RUGAI BASTOS é mestre em Ciência Política pela USP, doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, livre-docente em Pensamento Social e titular em Sociologia pela Unicamp. Foi editora da *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Anpocs) de 2001 a 2005, é atualmente editora da revista *Lua Nova* (Cedeec). Autora de *Ligas camponesas* (Vozes, 1984), *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico* (Edusc, 2003), *As criaturas de Prometeu* (Global, 2006).

ESTHER HAMBURGER é crítica e ensaísta, professora livre-docente de Teoria e História do Cinema e da Televisão da ECA-USP e Ph.D. em Antropologia pela Universidade de Chicago.

EUCANAÃ FERRAZ é professor de Literatura Brasileira na UFRJ. Organizou, entre outros, os volumes *Letra só* (Companhia das Letras, 2003) e *O mundo não é chato* (Companhia das Letras, 2005), ambos de Caetano Veloso. É autor do ensaio *Folha explica Vinicius de Moraes* (Publifolha, 2006). Coordena a Coleção Vinicius de Moraes para a editora Companhia das Letras. Também é poeta, autor de, entre outros, *Rua do mundo* (Companhia das Letras, 2004) e *Cinemateca* (Companhia das Letras, 2008).

EUGÊNIO BUCCI jornalista, é professor doutor da Escola de Comunicações e Artes da USP. Foi secretário editorial da Editora Abril e presidente da Radiobras. É autor de *Sobre ética e imprensa* (Companhia das Letras, 2000), *Em Brasília, 19 horas* (Record, 2008) e *A imprensa e o dever da liberdade* (Contexto, 2009), entre outros livros.

FABIO FELDMANN é consultor, administrador de empresas formado pela Faculdade Getulio Vargas em 1977 e advogado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1979. Foi eleito deputado federal por três mandatos consecutivos (1986-98) e atuou como secretário do Meio Ambiente do estado de São Paulo entre 1995 e 1998. Foi autor de parte

artísticas entre a Itália e os países ibéricos e sobre a arte brasileira do século XIX.

LUIZ CAMILLO OSORIO é professor do Departamento de Filosofia da PUC-Rio e curador do MAM-Rio. Publicou, entre outros livros, *Flavio de Carvalho* (CosacNaify, 2000), *Abraham Palatnik* (CosacNaify, 2004), *Razões da crítica* (Zahar, 2005) e *Angelo Venosa* (CosacNaify, 2008).

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, editor da *Revista de Economia Política* e professor associado da École d'Hautes Études en Sciences Sociales. Foi ministro da Fazenda (1987), da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-98) e da Ciência e Tecnologia (1999). É autor, entre outros, de *Globalização e competição* (Campus Elsevier, 2009), *Macroeconomia da estagnação* (Editora 34, 2007), *Democracy and public management reform* (Oxford University Press, 2004), *Desenvolvimento e crise no Brasil* (Editora 34, 5ª ed., 2003) e *Reforma do Estado para a cidadania* (Editora 34, 1998).

LUIZ EDUARDO SOARES é antropólogo e cientista político, professor da UERJ e da UES, ex-secretário nacional de Segurança Pública, ex-coordenador de segurança, justiça e cidadania do estado do Rio de Janeiro, ex-secretário municipal de prevenção da violência em Nova Iguaçu (RJ) e Porto Alegre, e autor de vários livros, entre eles: *Legalidade libertária* (Lumen-Juris, 2006), *Cabeça de porco*, com MV Bill e Celso Athayde (Objetiva, 2005), e *lite da tropa*, com André Batista e Rodrigo Pimentel (Objetiva, 2006).

Foi professor da Unicamp e do IUPERJ.

LUIZ WERNECK VIANNA é professor pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da UERJ e autor, entre outros livros, de *A revolução assiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Revan, 2ª ed., 2004).

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA é antropóloga e professora emérita da Universidade de Chicago. É membro da Academia Brasileira de Ciências. Seu mais recente livro é *Cultura com aspas* (CosacNaify, 2009).

MARCELO RIDENTI é professor titular de Sociologia na Unicamp, pesquisador

do CNPq e autor de livros como *Brasilidade revolucionária — um século de cultura e política* (Editora da Unesp, 2010) e *Em busca do povo brasileiro — artistas da revolução, do CPC à era da TV* (Record, 2000).

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO é professora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio e membro do colegiado de coordenadores do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES/IUPERJ). Autora de, entre outros, *O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil* (Revan, 1998).

MARIA LAURA VIVEIROS DE CASTRO CAVALCANTI é antropóloga (IFCS/UFRJ). Autora de *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile* (Editora da UFRJ, 1994) e *O rito e o tempo: ensaios sobre o carnaval* (Civilização Brasileira, 1999). É também gestora do Fundo Oracy Nogueira. Diversas publicações e atividades suas podem ser encontradas em www.lauracavalcanti.com.br.

MARIA TEREZA AINA SADEK é professora do Departamento de Ciência Política da USP e diretora de pesquisas do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas e Judiciais (Cebepej).

MARIZA CORREA, antropóloga, é pesquisadora do Pagu — Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp. É autora, entre outros, de *As ilusões da liberdade. A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil* (Edusf, 2001) e *Antropólogas & Antropologia* (Editora da UFMG, 2003).

NEIDE ESTERCI é professora do Departamento de Antropologia Cultural da UFRJ. Fez estudos sobre conflitos agrários e formas de coerção da força de trabalho na área rural, e hoje faz pesquisas sobre projetos socioambientais na Amazônia brasileira.

NÍSIA TRINDADE LIMA é professora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e editora científica da Editora Fiocruz. Publicou, entre outros, *Um sertão chamado Brasil* (Revan/IUPERJ, 1999) e co-organizou *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto* (Editora da UFMG/Fiocruz, 2008) e *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS* (Fiocruz, 2005).

ROSANGELA PATRIOTA é professora associada do Instituto de História da UFU (Universidade Federal de Uberlândia). Autora de *Vianinha — um dramaturgo no coração de seu tempo* (Hucitec, 1999) e *A crítica de um teatro crítico* (Perspectiva, 2007). Organizou com J. Guinsburg o livro *J. Guinsburg, a cena em aula: itinerários de um professor em devir* (Edusp, 2009).

RUBEN GEORGE OLIVEN, doutor pela Universidade de Londres, é professor titular do Departamento de Antropologia da UFRGS e membro da Academia Brasileira de Ciências. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

RUBENS RICUPERO é diplomata aposentado, tendo sido secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ministro da Fazenda, ministro do Meio Ambiente e da Amazônia, embaixador em Washington e representante permanente junto às Organizações das Nações Unidas em Genebra, na Suíça. Atualmente é diretor da Faculdade de Economia e Relações Internacionais da FAAP. Foi professor de Teoria das Relações Internacionais da UnB e de História das Relações Diplomáticas do Brasil do Instituto Rio Branco, sendo autor de vários livros sobre esses assuntos.

SERGIO ADORNO é professor titular do Departamento de Sociologia da USP, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-Cepid-USP), coordenador do INCT-CNPq Violência, Democracia e Segurança Cidadã, coordenador da cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância (IEA-USP) e pesquisador I-B do CNPq.

SILVANA RUBINO é doutora em Ciências Sociais pela Unicamp e professora do Departamento de História da mesma universidade. Autora de diversos artigos sobre patrimônio cultural, arquitetura moderna e revitalização urbana, organizou, com Marina Grinover, *Lina por escrito* (CosacNaify, 2009).

SILVIA FIGUEIRÔA é professora titular do Instituto de Geociências da Unicamp. É geóloga, com mestrado e doutorado em História pela FFLCH-USP. Suas áreas de pesquisa são História das Ciências (com ênfase no Brasil) e Educação em Geociências. É presidente da International Commission on the History of Geological Sciences/IUGS-IUPHS (2008-12).

VALDEMIR ZAMPARONI é doutor em História pela USP (1998), professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, no Centro de Estudos Afro-Orientais, ambos da UFB, membro do conselho consultivo da Casa das Áfricas (São Paulo) e pesquisador do CNPq, desenvolvendo investigação sobre práticas de cura em contexto colonial, Angola e Moçambique.

WANDER MELO MIRANDA é professor titular de Teoria da Literatura na UFMG.

Autor de *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago* (Edusp/Editora da UFMG, 1992; 2ª ed., 2009), *Graciliano Ramos* (Publifolha, 2004), *Nações literárias* (Ateliê Editorial, 2010), organizou os volumes *Narrativas da modernidade* (Autêntica, 1999), *Arquivos literários*, com Eneida Maria de Souza (Ateliê Editorial, 2003), e *Crítica e coleção*, com Eneida Maria de Souza (Editora UFMG, no prelo), entre outros.

Copyright © 2011 by os autores
Copyright © 2011 by os organizadores

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor
no Brasil em 2009.

PROJETO GRÁFICO
warrakloureiro

FOTO DE CAPA
José Medeiros /
Acervo Instituto Moreira Salles.
Rio de Janeiro, Brasil, c. 1945.

PESQUISA ICONOGRÁFICA
Vladimir Sachetta

PREPARAÇÃO
Cecília Ramos

REVISÃO
Márcia Moura
Ana Maria Barbosa

ISBN 978-85-8086-133-4

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32
04532-002 – São Paulo – SP
Telefone: [11] 3707 3500
Fax: [11] 3707 3501
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br